



PSICOLOGIA E DEMOCRACIA:

NENHUM DIREITO A MENOS

ANAIS DO VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE
PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

27 E 28 DE ABRIL DE 2018 | BRASÍLIA, DF



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
Comissão de Direitos Humanos

**Psicologia e Democracia:
nenhum direito a menos**
Anais do VIII Seminário Nacional de
Psicologia e Direitos Humanos



**Conselho
Federal de
Psicologia**

Comissão de
Direitos Humanos

1ª Edição
Brasília – DF
2019

© 2019 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br.

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: Carlos Flexa | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B,
Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0107 E-mail: comunica@cfp.org.br/www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – novembro de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos (8.
: 2018 : Brasília, DF).

Psicologia e democracia : nenhum direito a menos :
anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos
Humanos / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed. —
Brasília : CFP, 2019.
250 p. ; 29 cm.

“Seminário realizado entre 27 e 28 de abril, na
Escola-Parque 308 Sul, em Brasília, DF”.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5069-005-2

1. Psicologia - Congressos. 2. Direitos humanos - Brasil.
3. Psicologia social. I. Conselho Federal de Psicologia. II.
Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de
Psicologia. III. Título.

CDD 150

Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Informações da 1ª Edição

Coordenação Geral/ CFP

Miraci Mendes – Coordenação Geral
Cibele Tavares – Coordenação adjunta

Gerência de Relações Institucionais

Daniel Arruda Martins – Gerente
Marília Mendes de Almeida – Assessora I

Gerência de Comunicação

Luana Spinillo Poroca – Gerente
André Almeida – Analista Técnico – Editoração

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia XVII Plenário – Gestão 2017-2019

DIRETORIA

Rogério Giannini – Presidente
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice Presidenta
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Conselheiro Secretário
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul
Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

CONSELHEIROS SUPLENTE

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente
Daniela Sacramento Zanini – Suplente
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro Oeste
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (in memorian)
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

Coordenadora

Ana Luiza de Souza Castro (RS)

Integrantes

Carla Pinheiro França (BA)

Ematuir Teles de Sousa (SC)

Flávia Cristina Silveira Lemos (PA)

Francisco Theofilo de Oliveira Gravinis (CE)

Gabriel Medina de Toledo (SP)

Maria de Jesus Moura (PE)

Maria Orlene Daré (SP)

Marina de Pol Poniwas (PR)

Paulo Roberto Martins Maldos (SP)

Roberta Brasilino Barbosa (RJ)

Rosemeire Aparecida da Silva (*in memorian*)

SUMÁRIO

Apresentação	6
Homenagem: 20 Anos da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.....	10
<i>Cecília Maria Bouças Coimbra</i>	<i>11</i>
Conferência	14
<i>Tales Afonso Muxfeldt Ab'Sáber.....</i>	<i>15</i>
Diálogo 1: A Guerra contra e entre os pobres	21
<i>Tâmara Caroline Almeida Terso.....</i>	<i>22</i>
<i>Marcelle Gomes Figueira.....</i>	<i>28</i>
<i>Raull Santiago da Silva</i>	<i>33</i>
Diálogo 2: Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças	41
<i>Jaqueline Gomes de Jesus.....</i>	<i>42</i>
<i>Simmy Larrat.....</i>	<i>48</i>
Diálogo 3: Cidades e Campos Possíveis: Territórios em Disputa	52
<i>Bárbara Oliveira Souza</i>	<i>53</i>
<i>Luiz Henrique Gomes de Moura.....</i>	<i>62</i>
<i>Aldo Zaiden Benvindo.....</i>	<i>69</i>
Diálogo 4: Desafios da comunicação e da democracia diante da manipulação e da cultura de ódio nas ruas e nas redes	73
<i>Beatriz Costa Barbosa.....</i>	<i>74</i>
<i>Thiago de Souza Borges</i>	<i>79</i>
<i>Ricardo Augusto Poppi Martins.....</i>	<i>84</i>

APRESENTAÇÃO

Esta publicação reúne os diálogos e debates do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, realizado entre 27 e 28 de abril de 2018, na Escola-Parque 308 Sul, em Brasília, DF. O evento teve como tema geral “Psicologia e Democracia: nenhum direito a menos” e foi organizado pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP)

Em 07 de agosto de 1997 foi criada a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e, a partir de 1998, foram criadas as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Este ato ético, estético e político foi extremamente importante para a Psicologia brasileira, em um período no qual ainda era recente o processo de democratização do país e, tanto a sua ciência quanto a profissão precisavam constituir práticas de promoção, garantia e defesa de direitos humanos.

Após serem constituídas as Comissões de Direitos Humanos do Conselho Federal e as dos Conselhos Regionais, foram formulados objetivos que deveriam guiar o seu funcionamento, dentre eles: incentivar a reflexão e o debate sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia; estudar os múltiplos processos de exclusão como fonte de produção de sofrimento mental, evidenciando não apenas seu modo de produção sócio-econômico como também os efeitos psicológicos que constituem sua vertente subjetiva; intervir em situações concretas onde existam violações dos direitos humanos que estejam produzindo sofrimento mental; participar ativamente das lutas pela garantia dos direitos humanos na sociedade brasileira; apoiar e prestar solidariedade aos movimentos nacionais e internacionais de direitos humanos; intervir em situações em que ações do Estado ou de setores sociais específicos produzam algum tipo de sofrimento mental; buscar soluções para a omissão de ações do Estado, especialmente relativas ao sofrimento psíquico dos excluídos. Deste modo, a CDH tem como foco central de trabalho mobilizar a categoria na defesa dos direitos humanos como um desafio permanente que faz parte da prática, ensino e pesquisa dos psicólogos e psicólogas.

Ao menos duas vezes por ano, há encontros entre as Comissões de Direitos Humanos do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia com o objetivo de avaliar as relações desta importante área do conhecimento com a promoção de direitos humanos e propor a organização de eventos que venham a ampliar e qualificar o debate sobre o tema e mobilizar a categoria de psicólogos e psicólogas e a sociedade para o enfrentamento das violações de direitos.

Entre as atividades realizadas pelas Comissões, estão as Campanhas Nacionais de Direitos Humanos. O tema norteador de cada campanha é definido após análise geral do contexto nacional dos direitos humanos e das implicações dos processos de exclusão e produção de sofrimento psíquico. Seus objetivos são mobilizar os conselhos regionais a partir de um tema que possibilite discussões e intervenções da defesa dos direitos humanos.

Também são realizados seminários nacionais de Psicologia e Direitos Humanos, com o intuito de gerar reflexões e promover debates entre psicólogos e psicólogas, estudantes e a

sociedade sobre a Psicologia na construção dos direitos humanos e de suas diversas temáticas. Foram realizados os seguintes seminários até hoje: **1998**: I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental”; **2000**: II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Práticas Psicológicas: compromissos e comprometimentos”; **2001**: III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Psicologia, Direitos Humanos, Epistemologia e Ética”; **2002**: IV Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Psicologia, Direitos Humanos, Subjetividade e Exclusão”; **2003**: V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Psicologia e Direitos Humanos: desafios contemporâneos”; **2009**: VI Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos “Nenhuma forma de violência vale a pena”; **2011**: VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos “Drogas: Direitos Humanos e Laço Social”; **2018**: VIII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos “Psicologia e Democracia: nenhum direito a menos”.

Este seminário foi emblemático, por ser o marco de celebração dos vinte anos da CDH-CFP, e em função de ser realizado em meio à crise política, social e cultural brasileira no que tange às bases da democracia do país e as implicações deste acontecimento para as práticas da Psicologia como ciência e profissão, face ao campo dos direitos humanos. Assim, é organizado o VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, em 2018, cujo tema foi “Psicologia e democracia: nenhum direito a menos”.

A construção do Seminário esteve em debate no I Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos, do Sistema Conselhos de Psicologia, realizado no dia 6 de outubro de 2017, em Brasília (DF). Na atividade, os Conselhos Regionais presentes e o Conselho Federal de Psicologia assinaram um manifesto convocando psicólogas e psicólogos a se posicionar publicamente contra ações jurídicas e legislativas que representassem retrocessos aos direitos da população brasileira.

Ao longo dos anos, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP) dedicou-se cada vez mais a problematizar e produzir enfrentamentos às diversas formas de opressões e violências que estruturam a nossa sociedade, tais como: o racismo, a violência de gênero, a LGBTfobia, o preconceito, a discriminação e a desigualdade social. Isto é, foi sendo delineada uma Psicologia engajada em práticas que assumem um compromisso ético-político com transformações sociais, que visa a contribuir para a promoção de uma vida digna para todas e todos. Neste contexto, foi construído o VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, cujas falas encontram-se transcritas nestes Anais.

Poderá ser observado que o Seminário teve como objetivo geral discutir o contexto atual de promoção e defesa dos direitos humanos com as(os) psicólogas(os), movimentos sociais e sociedade brasileira, denunciando violações no cenário que se apresentava. Para tanto, os temas foram discutidos ao longo de quatro momentos de diálogo:

- Diálogo 1: A guerra contra e entre os pobres, que debateu a segurança pública, num sentido amplo, abrangendo a temática das drogas, encarceramento, desmilitarização das polícias e extermínio da juventude negra. Pretendeu-se abordar as temáticas na interface com a Psicologia e os Direitos Humanos, ao analisar os impactos subjetivos das violações de direitos na vivência da pobreza e da violência.
- Diálogo 2: Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças, que discutiu a produção histórica de violação de direitos de mulheres, LGBTs e negros(as), considerando a intersecção entre gênero, raça e etnia, classe social e se-

xualidades. Também abordou a complexidade que envolve o campo de disputa de narrativas sobre os corpos, os processos de (des)identificação com estas em diferentes movimentos sociais e espaços de militâncias feministas, LGBTQs e movimentos negros, bem como a relação destas temáticas com a Psicologia e Direitos Humanos.

- **Diálogo 3: Cidades e Campos Possíveis: territórios em disputa**, que apresentou como proposta de discussão um olhar sobre as questões subjetivas e as estratégias de enfrentamento das violações dos direitos humanos relacionadas com as cidades, campos e outros territórios, considerando os processos de especulação imobiliária, violência, genocídio e gentrificação.
- **Diálogo 4: Desafios da comunicação e da democracia diante da manipulação e da cultura de ódio nas ruas e redes**, cujo objetivo foi gerar reflexão acerca do papel dos meios de comunicação e a luta incessante para civilizá-los, sem perder de vista as reformas, as organizações alternativas e sua importância na democratização da Comunicação. Também procurou problematizar a forma e o conteúdo da produção cultural dos meios de comunicação, e seus impactos na construção de uma subjetividade produtora de desprezo da condição do ser humano.

Como descrito na programação a seguir, o seminário teve duração de dois dias e, além dos diálogos descritos acima, ainda contou com uma mesa de abertura, a conferência magna, uma homenagem à psicóloga e historiadora Cecília Maria Bouças Coimbra, primeira coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP. O Seminário também promoveu a reflexão sobre os direitos humanos por meio de apresentações artísticas e culturais, contando com a participação de Erick Barbi - Homens trans, cantor, músico, compositor e ator; e do grupo de dança *Hands Up* - fundado por Paulo Henrique e Eduardo Kon Zion, que realiza performances de *vogue* e *waacking*, danças de origem negra latino-periférica, que busca dar visibilidade e protagonismo à comunidade LGBTQ, contando com dançarinas e dançarinos trans, cis, não-binário, gays, lésbicas. Foram ainda expostos cartazes das campanhas nacionais, seminários, publicações e outras ações da CDH-CFP realizados ao longo de seus vinte anos de existência.

Evidenciamos, por fim, que as contribuições proferidas pelos especialistas, pesquisadores, militantes e demais convidados são individuais e respaldam-se em suas pesquisas científicas ou em suas experiências profissionais e políticas. Assim, ao realizar este seminário, o CFP cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para a promoção e defesa dos direitos humanos que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Sítio virtual do Seminário: <<https://direitoshumanos.cfp.org.br/>>.

Vídeos do Seminário: <<https://site.cfp.org.br/acompanhe-ao-vivo-o-viii-seminario-nacional-de-direitos-humanos/>>.

Quadro com a programação: <<https://direitoshumanos.cfp.org.br/evento/programacao/>>.

Programação

27/04/2018 – SEXTA-FEIRA				
Credenciamento e Apresentação Cultural	Manhã	08:30 – 09:00		Erick Barbi
Solenidade de Abertura		09:00 – 09:30		Rogério Giannini; Ana Luiza Castro; Pedro Paulo Bicalho; Givânia Maria da Silva.
Homenagem – 20 Anos da CDH-CFP		09:30 – 10:30		Cecilia Maria Bouças Coimbra
Conferência Magna		10:30 – 11:30		Tales Afonso Muxfeldt Ab'Sáber
Conferência Magna: Falas da plateia		11:30 – 12:00		
Almoço				
Diálogo 1: A guerra contra e entre os pobres	Tarde	14:00 – 15:30	Ementa: a mesa de debate "A guerra contra e entre os pobres" objetiva debater a segurança pública no sentido amplo, abrangendo a temática das drogas, encarceramento, desmilitarização das polícias e extermínio da juventude negra. Pretende-se abordar as temáticas na interface com a Psicologia e os Direitos Humanos, ao analisar os impactos subjetivos das violações de direitos na vivência da pobreza e violência.	Tâmara Caroline Almeida Terso; Marcelle Gomes Figueira; Raul Santiago da Silva. Coordenação: Lumena Almeida Castro Furtado.
Diálogo 1: Falas da plateia		15:30 – 16:00		
Diálogo 2: Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças	Tarde	16:00 – 17:30	Ementa: a presente mesa de debate possui como propósito discutir a produção histórica de violação de direitos de Mulheres, LGBTs e Negros(as), considerando a intersecção entre gênero, raça e etnia, classe social e sexualidades. Objetiva também, debater a complexidade que envolve o campo de disputa de narrativas sobre os corpos, os processos de (des)identificação com estas em diferentes movimentos sociais e espaços de militâncias feministas, LGBTs e movimentos negros, bem como a relação destas temáticas com a Psicologia e Direitos Humanos.	Jaqueline Gomes De Jesus; Symmy Larrat; Dora Lúcia Bertulio. Coordenação: Sandra Elena Sposito
Diálogo 2: Falas da plateia		17:30 – 17:45		
Apresentação Cultural		17:45 – 18:00		
28/04/2018 – SÁBADO				
Diálogo 3: Cidades e Campos Possíveis: Territórios em disputa	Manhã	09:00 – 10:30	Ementa: a presente mesa de debate possui como proposta de discussão um olhar sobre as questões subjetivas e as estratégias de enfrentamento das violações dos direitos humanos relacionadas com as cidades, campos e outros territórios, considerando os processos de especulação imobiliária, violência, genocídio e gentrificação.	Luiz Henrique Gomes de Moura; Barbara Oliveira Souza; Aldo Zaiden Benvindo. Coordenação: Paulo Roberto Martins Maldos.
Diálogo 3: Falas da plateia		10:30 – 11:00		
Diálogo 4: Desafios da comunicação e da democracia diante da manipulação e da cultura de ódio nas ruas e redes	Manhã/Tarde	11:00 – 12:30	Ementa: a finalidade desta mesa recai sobre a discussão do papel da mídia e a luta incessante para civilizá-la, sem perder de vista as reformas, as organizações alternativas e sua importância na democratização da Comunicação. Objetiva também colocar em debate a forma e o conteúdo da produção cultural dos meios de comunicação, os impactos na construção da subjetividade e o desprezo da condição do ser humano.	Beatriz Costa Barbosa; Thiago De Souza Borges; Ricardo Augusto Poppi Martins. Coordenação: Roseli Goffman
Diálogo 4: Falas da plateia		12:30 – 12:45		
12:45 – 13:00 – Encerramento				

HOMENAGEM

20 Anos da CDH-CFP



Minicurrículo

Pós-doutorado em Ciência Política (Núcleo de Estudos da Violência – NEV) pela USP. Doutora em Psicologia Escolar pela USP. Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense. Atuando na Pós-graduação de Psicologia “Estudos da Subjetividade”. Fundadora e atual membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Autora de dois livros e vários artigos publicados em Revistas Nacionais e Internacionais.

EXPOSIÇÃO

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês. Fiquei muito emocionada quando Ana Luiza me telefonou convidando-me para esta homenagem. Argumentei que não viajava mais devido à minha idade. Entretanto, ela contraargumentou enfaticamente. E aqui estou com vocês. Para mim, viagens assim muito longas, já pesam. É muito prazeroso, na minha idade, lembrar desses vinte anos de existência da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Quero dedicar esta homenagem a um companheiro nosso que foi assassinado, Marcus Vinicius de Oliveira, o Matraga, como ele mesmo se autodenominava. O Marcão foi assassinado em pleno Carnaval, em fevereiro de dois mil e dezesseis. Ele foi um dos idealizadores da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Foi ele que me telefonou, convidando-me a participar, a mim e a prof^a. Heliana Conde, ambas do Rio de Janeiro. Então, esta homenagem é também dedicada a Marcus Vinicius, o nosso Marcus Matraga. Seu assassinato até hoje não foi sequer esclarecido, e está muito longe disso, como tantos outros assassinatos neste país.

É muito importante para mim, quando você, Pedro Paulo, cita que, quando foi meu aluno de graduação, eu contava em sala de aula alguns fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar. Seu comentário mostra muito bem como eu era considerada na própria UFF: aquela professora que *não era psicóloga*, mas *militante*. Consideravam o meu estágio supervisionado no Juizado da Infância e Adolescência de Niterói, um estágio político e não vinculado à Psicologia.

Foi na primeira gestão do “Cuidar da Profissão”, com quem sempre tive uma aliança crítica, que formamos essa primeira Comissão. Ali estava implícita esta questão que, infelizmente, ainda hoje, está presente em nossos cursos de formação: a separação entre psicologia e política. Penso ter sido da maior importância o trabalho da Comissão no enfrentamento desta questão. Acho que foi e continua sendo fundamental que esta Comissão de Direitos Humanos, nesses últimos vinte anos, venha reafirmando a indissociabilidade entre psicologia e política. A indissociabilidade presente entre o que se faz e o que se diz, em qualquer profissão que se tenha, em qualquer área que se trabalhe: sempre temos uma atuação política, queiramos ou não.

Agora pela manhã, estava sendo entrevistada por um jornalista do Conselho Federal, e ele observou que em psicologia a política está muito presente. Na verdade, ainda é bastante comum a crença que fazer psicologia é uma coisa e fazer política é outra. Penso que estamos fazendo política ao respirarmos; estamos fazendo política, cotidianamente, e é fundamental que possamos entender que esses campos não estão separados, que esses territórios se entrecruzam e que estão o tempo todo se fazendo presentes.

O problema da inseparabilidade entre psicologia e política nos atravessou desde sempre e debatemos muito no início da formação da Comissão de Direitos Humanos, através, por

exemplo, da problematização dos “especialismos” com suas produções de verdades. Como nós, considerados por muitos especialistas da alma humana ou, como dizia nosso amigo Félix Guattari, das subjetividades que produzimos e que nos produzem, trazemos a problemática da crença na verdade. Como temos a arrogância de achar que vamos desvendar o interior do vivente e dizer quem ele é, e o mais sério: como ele deve ser. É importante que possamos, como profissionais psicólogos, pensar cotidianamente no que estamos fazendo: produzindo verdades, falas prontas e acabadas.

Quando digo isso para vocês, estou produzindo verdades, mas, ao mesmo tempo, interrogando tais produções para que sejam verdades provisórias, não universais, não absolutas; verdades deste momento, nesta hora, neste contexto. Esses autores com os quais trabalho são importantes, mas amanhã poderão não ser. Seus pensamentos são como “caixas de ferramentas” para o nosso trabalho. Como foi dito em uma conversa entre G. Deleuze e M. Foucault em “Os intelectuais e o poder”, artigo contido no livro *Microfísica do Poder*, Deleuze afirma que: “Uma teoria é uma caixa de ferramentas. É preciso que sirva, é preciso que funcione (...). Não se refaz uma teoria fazem-se outras; há outras a serem feitas”. Assim, podemos fazer e trazer outras teorias, embora não esteja falando de misturar autores com enfoques de pensamentos diferentes! Deleuze fala dos conceitos como instrumental que nos fortalece, que nos potencializa em um determinado momento. Em sua busca incessante de liberação da Vida daquilo que a aprisiona, ressalta a característica mutante de todo combate que tem a Vida vivida em seu esplendor como guia.

Por isto, considero importante pensarmos sobre a indissociabilidade entre psicologia e política, o que por nós foi debatido no início da Comissão de Direitos Humanos, há vinte anos atrás: será que Direitos Humanos seria uma nova especialidade? Ao afirmarmos o caminho de potencializar a Vida, não podemos naturalizar Direitos Humanos. É fundamental que nos perguntemos: o que é direito? O que é humano? A emergência histórica dos conceitos de direitos e de humano é de fundamental importância; lutar por mais direitos faz parte de nossos embates, mas sabendo que vivemos em um Estado capitalista, naturalizar Direitos Humanos estará nos servindo para quê? Onde isto estará nos levando? O que está sendo considerado como humano? Partindo do princípio de que tudo que existe é produzido incessantemente, podemos afirmar que a forma humana e seu enaltecimento foram inventados, assim como o conceito de direitos. E foram inventados pela burguesia, porque ela foi a grande fundadora da concepção de Direitos Humanos. Esta concepção nasceu na Revolução Francesa, que foi à época revolucionária, mas aos poucos foi se instituindo ao tomar o poder de Estado. Então, creio que não devemos naturalizar tais conceitos. A luta por sua garantia é fundamental, pois à medida que trazemos essas produções históricas do que é direito e do que é humano, podemos desnaturalizar os Direitos Humanos como uma verdade absoluta e imutável, afirmando-os como possessuais. Creio assim ser importante que possamos, o tempo todo, colocar em análise nossa militância em Direitos Humanos, buscando interrogar de que humanos e de que direitos tratamos, bem como, conquistarmos uma ampliação da luta, crucial em nossos tempos: o direito à Vida, às infindáveis expressões de Vida e aos múltiplos modos de viver. Temos uma responsabilidade muito grande, pois estamos produzindo, a todo momento, verdades, sujeitos e objetos com nossas práticas. Por exemplo, no momento em que assinamos um laudo, estamos produzindo uma certa concepção de homem, uma certa concepção de família, uma certa concepção de sociedade.

Para encerrar, gostaria de citar o Prefácio feito por M. Foucault à edição norte-americana de “O Anti-Édipo”, de G. Deleuze e F. Guattari, “Introdução à Uma Vida Não Fascista”, onde

Foucault nos fala, dentre outras coisas, sobre a produção da tristeza, tão forte nos dias de hoje, e sobre nossa paixão pelo poder, tão forte entre nós, os chamados intelectuais. Ele nos alerta que o Anti-Édipo é um livro de Ética ao nos levar a perguntar:

“Como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário? Como liberar nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como expulsar o fascismo que está incrustado em nosso comportamento? (...) Deleuze e Guatarri, por sua parte, espreitam os traços mais ínfimos do fascismo nos corpos (...). Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável (...). Não caia de amores pelo poder (...). O livro faz pensar sobre a perseguição a todas as formas de fascismo, desde aquelas, colossais que nos rodeiam e nos esmagam até aquelas formas pequenas que fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas”.

Grata pela homenagem.

CONFERÊNCIA



TALES AFONSO MUXFELDT AB´SÁBER

Minicurrículo

Psicanalista e psicólogo, Professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, supervisor da Clínica Aberta de Psicanálise, autor de «O sonhar restaurado» (Editora 34), «Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica» (Hedra), «A música do tempo infinito» (Cosac & Naify) entre outros.

EXPOSIÇÃO

Obrigado.

Obrigado a todos. Obrigado pelo convite! É uma honra e uma alegria estar aqui. É um momento muito delicado que todos estamos vivendo. É um momento delicado para o Brasil, que tem um processo próprio de desencontro e de *desrrecalque* de uma dimensão de violência e de estupidez na cultura e na cultura política, mas também é um processo global, mundial às vezes. A gente no Brasil fica muito isolado de pensar o processo do todo, não é?! Então, não há dúvida que nós vivemos um momento de recrudescência, de reafirmação, de arcaísmos humanos e políticos. Não só estamos com as dificuldades emocionais de sustentar o trabalho da Psicologia e dos Direitos Humanos no mundo, mas estamos numa situação pior, porque existe um movimento social se produzindo, que tem escala, que tem dimensão, que produz efeitos políticos, que produz efeitos simbólicos ativos e que se aproxima de novas modalidades de fascismo.

Nós estamos num tempo em que há uma parte que tende ao fascismo, neofascismo. Então eu acho que é uma questão de às vezes a gente se relembrar do que se trata e ao mesmo tempo quais são os elementos autoritários que participam tradicionalmente do nosso mundo, da nossa vida. Eu sou psicólogo, mas eu também sou psicanalista. Do meu ponto de vista a Psicanálise é uma maneira de se fazer Psicologia, certo? Não é outra coisa. Ela é uma modalidade da Psicologia que se constituiu desde o espaço da clínica; é o encontro clínico em que existe uma mutualidade humana e também certos princípios éticos que orientam essa conversa; princípios éticos de cuidados, princípios éticos de amor e princípios éticos de transformação.

A Psicanálise se difunde nesses vértices, nesses campos éticos que permitem que duas pessoas se encontrem a partir desses princípios, e então se conheçam, e a partir daí conheçam a humanidade. Esse é o laboratório da Psicanálise. É... tá ligado à transformação; tá ligado ao cuidado... mas não tá ligado à vida, portanto, também ao amor.

Freud tinha um jeito curioso, a origem da coisa toda, dessa psicologia clínica, que é a Psicanálise, de falar de amor, que ele trazia para o lado da libido. É o amor primitivo do bebê humano, que só vai ser corporal antes de ser simbólico, e que isso marca toda a estruturação do psiquismo. Mas, como vocês sabem, a Psicanálise tem essa perspectiva de dimensões de sentido, que mesmo que não sejam conscientes, permanecem; que o passado não passa; o que é um saber complexo sobre a alma humana, esse que é checar as dimensões do que impede; do que entrava, do que resiste à transformação, à renovação, ao contrário da repetição, seria o novo. Essa é uma das facetas trágicas do entendimento dessa psicologia clínica que tem esse saber. Existe um travo no humano e esse travo, na perspectiva da Psicanálise, é determinado. Não é vazio. É um compromisso dentro, qualificado com o passado, tem qualidades do passado.

Lá no começo da história da Psicanálise, umas das primeiras coisas que Freud constatou foi que as mulheres estavam sofrendo psicossomaticamente pelas memórias do passado, o que

se pode chamar de a grande primeira percepção. Essa mulher se cura quando o passado pode circular em ser pensado, em ser lembrado e ser revivido e ser tocado de outro modo, diferente daquele que está provocando aquele sintoma? Essa é uma das dimensões preferenciais da Psicanálise: a observação da presença do passado no sujeito, que não é óbvia, porque não é exatamente memória, é uma memória que se faz corpo; é uma memória; é uma memória que não se sabe memória. Será esse o paradoxo da Psicanálise?

Quando estamos falando de fascismo, fascismos, modalidades de fascismo, estamos falando num plano coletivo, num plano histórico de estruturas de sentido e de história que também são antigas e não passam, estruturas no sentido que permanecem, que insistem e insistem.

A tradição autoritária brasileira, a nossa situação de neofascismo, o que está em jogo nas novas formações autoritárias? O que está em jogo no presente histórico? Que é uma atualização de arcaísmos, mas também é uma atualização de arcaísmos que se articulam ao novo campo de cultura, que se atualiza, por exemplo.

É vital hoje na transmissão dos novos fascismos os meios de comunicação, as redes sociais, a internet, que permitem que os grupos identitários fascistas convivam numa relação especular com eles mesmos, onde eles cultivam seus sistemas de delírios, o que cria um problema muito grande, por que eles cultivam o próprio delírio nos seus vínculos fraternos e narcísicos. Eles só escutam a eles mesmos. Essa estrutura tecnológica contemporânea permite que essas intensidades de tipo arcaico, que eu vou falar daqui a pouco, frutifiquem; existam e alimentem a sua intensidade, porque o processo fascista não é um processo de razões, ele é um processo de intensidades, de intensidades que tendem àquilo que um psicanalista contemporâneo chama de alucinose. São mitos, mitos deliráveis, são cultivos míticos muito intensificados por uma estrutura paranóica que cria uma fronteira, que cria o inimigo. Tudo isso é criado ao mesmo tempo, a intensidade da fronteira, o dentro da fronteira, a identidade e o inimigo. Isto tudo é uma formação primitiva e arcaica.

Freud fala disso pela primeira vez num texto chamado *Psicologia de Massas em Análise do Eu* (1921), em que ele pensa o que acontece com um indivíduo que tem uma certa estrutura emocional e uma certa capacidade de pensar, que quando se aproxima se converte em determinados grupos ou grupos mais amplos, que ele chamava de massas. O indivíduo perde as suas funções individuais e ele passa a funcionar por uma espécie de psiquismo grupal, que é essencialmente identificatório, e a identificação é uma modalidade de organização do psiquismo e do contato com o outro, muito primitiva, porque ela é exatamente imediata. Então a identificação é uma coisa em que inconscientemente eu já sou. Mas eu já sou o quê? Se há um trabalho de derrubar o pensamento, eu já sou aquele campo delineado, fetichista que me sustenta.

Vocês podem observar, são processos psicológicos. Quando vocês encontrarem um neofascista contemporâneo querendo votar em um candidato de extrema direita, altamente desqualificado e vocês perguntarem: “Mas o que esse candidato tem a dizer, pensar, fazer?” Essa pessoa vai dizer: “Não interessa. Eu não quero fazer esse trabalho, eu não quero pensar, eu não quero ter de determinar o que será. Esse candidato vai me salvar dos bandidos.”

É uma posição psíquica total, de algum modo totalitário. A realidade está simplificada nessa formula. Por isso é difícil a conversa com quem se converteu a essa posição psíquica.

A questão é interessante e ainda contemporânea, e hoje podemos olhá-la de uma perspectiva mais ampla. Freud já estava sentindo isso, desde os anos vinte, quando escreveu o ensaio que eu citei.

Depois na década de trinta, o Reich desdobrou esse texto de Freud na “Psicologia de Massas do Fascismo”, aí já falando propriamente do sistema de produção dessas conversões identificatórias nazistas nos anos vinte e trinta, o que disparou a hipótese de política ampla do fascismo, na Europa e em vários lugares do mundo, da integridade de um corpo unificado, identitário, em que sociedade e Estado coincidem, e o Estado coincide com o líder. Isso era coisa dos anos vinte, dos anos trinta, os guias, os *Führer*, que é o que Freud discute, ou seja, há um lugar para o senhor autoritário nesse processo. Ele dizia que isso era uma regressão, uma coisa muito primitiva. Uma regressão é uma modalidade de horda, a vida social deixa de ser complexidade, as múltiplas frentes, as múltiplas questões, deixa de ser a pluralidade, a multiplicidade democrática, que é trabalhosa porque implica a construção de um consenso com a diferença e isso implica maturidade.

E, aqui, o Winnicott traz um texto muito interessante, um outro psicanalista, já dos anos setentas, — esses psicanalista não são tão alienados quanto eu acho que eles são. Eles querem articular sua psicologia profunda, criada desde a experiência clínica com a vida social na medida em que eles encontram uma relação verdadeira. Então, o Winnicott dizia que a democracia implica um grau de maturidade. A verdadeira democracia implica um sujeito capaz de suportar frustrações. Ele disse que as complexidades do processo são suportar que o outro tenha um mesmo valor que ele.

São fundamentos modernos, éticos dos Direitos Humanos, da democracia e da Psicologia, que tem esses mesmos fundamentos.

O processo do fascismo é uma outra produtividade emocional cíclica e política, que vai unir o grupo, reduzir a complexidade da realidade. O grupo pode ceder a um líder, a escolha da vítima sacrificial, porque é disso que se trata. É um processo tão primitivo, tão primitivo, tão primitivo que nós restauramos a ordem cósmica quando sacrificamos alguém. Não sei se nós devemos chamar de primitivo isso em relação a povos não-ocidentais, mas em relação às orientações ontológicas, ontológicas com políticas, ou seja, é primitivo em relação a nós mesmos; isso é voltar para traz, é regressão, é reinvestir no passado.

Freud dizia que havia a regressão temporal, que é a gente voltar para traz. Mas a regressão temporal era também uma regressão formal. Não se volta para traz só no tempo, mas também na forma de viver as coisas.

Um amigo, à época, me dizia: “Alguém que vai votar em um candidato de extrema direita”. Um outro amigo chegou para mim e disse: “Eu vou votar num candidato de extrema direita, fascista”. Ao que eu respondi: “Cara, você está maluco?” Não, porque tem de realmente de dar conta dos bandidos.”. É um *slogan*!

Há aí duas dimensões de regressão formal: uma de achar, de pensar que é pela violência, que é pela barbárie, que é escapando dos limites mediados pela lei e pela civilização, que é pelo sacrifício da vítima escolhida, — que pode ser judeu, negro, *gay*, o comunista, real ou inventado, o artista pedófilo delirado... , que é uma construção psíquica. A vítima não existe, que é o que James Baldwin também queria dizer quando falava naquele filme lindo *Eu Não Sou o seu Negro*: “Eu não sou seu negro. Eu não sou isso aí que você criou. Eu sou negro, mas esse negro aí não sou eu. Isso, você criou! É problema seu! Você que criou esse dispositivo de terror”.

Então, o cara diz: “Tem de dar conta dos bandidos, dos corruptos!”. E então nós escolhemos um super-herói altamente desqualificado, que vai romper todas as mediações e vai nos salvar com um gesto de violência sobre alguém. É disso que nós estamos falando. Nós estamos fa-

lando desse nível de estupidez. Para os psicanalistas, essas raízes psíquicas históricas elas têm longa duração, longuíssima duração; elas não desaparecem da noite para o dia.

A gente se esquece de que quem fez a “independência” do Brasil foi a mesma monarquia europeia que fez a “dependência”, que criou a primeira estrutura política do Brasil, na década de mil oitocentos e vinte, a mesma monarquia europeia, que veio para o Brasil em mil oitocentos e oito, fugindo da comunidade europeia, fugindo da catástrofe europeia, das guerras napoleônicas, que são as guerras de modernização. É um regime reacionário.

O Brasil tem profundas raízes reacionárias, sendo fundado historicamente como um país reacionário, não só reacionário em relação à modernidade violenta do capitalismo, mas também a uma modernidade de liberdade de classes; não só em relação à complexidade do espaço da modernidade europeia, mas também à escravidão. Além dele ser reacionário, elitista, — uma elite que se acredita superior em nobre. Por quê? De onde? Ela está fora do circuito de produção, da modernidade, de ciência, de tecnologia, de conhecimento... totalmente fora.

A Universidade no Brasil começou em mil novecentos e trinta e seis, trinta e sete, a USP é de mil novecentos e trinta e sete. É muito atraso e muito recente. Então, esses processos que nós temos visto de algum modo, eles fazem parte. De tempos em tempos, é a ideia que o Glauber Rocha modulou em “Terra em Transe”, aquele filme incrível, obra-prima do cinema brasileiro, do final dos anos sessenta e que de vez em quando aparece, não por acaso, aparece esse significante que as pessoas falam “Terra em Transe”, diante de uma certa imagem do Brasil.

Agora nessa crise política reapareceu a ideia de Terra em transe, que a Terra em transe é uma coisa assim: o que o filme mostra é que todo um processo de adensamento simbólico, histórico, de compromisso de construção nacional, de vínculo humano, de integração social que aconteceu ao longo do século vinte e desaguou em sessenta e quatro num golpe, numa ditadura militar que destruiu esse processo e que jogou o país para trás.

Então há toda uma construção que gera uma certa circunstância de forças internas e externas que explode e o Brasil volta a ser um real da violência, do arcaísmo, do autoritarismo direto; volta o espírito cruel do senhor escravo, que é nenhum compromisso.

Aconteceu uma coisa semelhante agora depois de vinte anos de processo democrático intenso, lento, trabalhoso, depois de um governo de interesse nacional e popular bastante produtivo socialmente do ponto de vista do arcaísmo do Brasil, num certo momento, uma certa crise que envolve uma crise internacional do capitalismo, que aconteceu em dois mil e oito, em Wall Street. A elite brasileira pode rasgar o contrato inteiramente; jogar fora cinquenta e quatro milhões de votos; desfazer uma eleição e aí nesse processo da temporalidade trágica de um país como o Brasil, que está indo num certo processo, e da noite para o dia esse processo desaparece! Transe, transe! E aí o que nós temos visto acontecer? Dissolverem-se todas as tramas simbólicas. É uma outra atividade do pensamento fascista: dissolver as tramas. Mas dissolver a história, a historicidade das coisas, mas agora sem o travo de uma rede simbólica, o jogo vira para quem tem força direta, para quem determina, porque não existe nenhum controle coletivo político de nenhuma força.

Foi isso que aconteceu no Brasil nos últimos dois, três anos, um processo horroroso social e político. Horroroso e é importante vermos como psicólogos o que significa destruir uma eleição numa subjetivação democrática? O que acontece? Chegou-se a um grau de barbárie e regressão que o governo pós-impedimento, ou golpista, propôs a liberalização de trabalho escravo no Brasil.

Veja o grau de regressão, de violência. O que é essa liberalização do trabalho escravo? Não é que os caras que estão lá são maus e vão falar: “Vamos refazer a escravidão!”, embora isso seja a máxima maldade. Mas as grandes fazendas no Pará e no Amazonas, do grande negócio agropecuário brasileiro *não podem garantir um galpão com beliches e com banho e com água potável para os seus trabalhadores. É demais. É difícil demais! Esse capital não pode sustentar esse grau de civilização tão elevado e tão caro.* Então, ele precisa que o governo faça uma portaria para o Ministério do Trabalho, da noite para o dia, uma portaria dizendo que os fiscais do trabalho não podem mais entrar nas fazendas e verificar as condições de trabalho se são análogas da escravidão, porque as fazendas não podem, elas não podem sustentar isso daí.

A tessitura simbólica de controles e compromissos foi dissolvida e qualquer um que tem poder chega para o governo e diz: “Eu quero que na minha fazenda não entre fiscal de trabalho escravo.” E o Governo fala: “Sim, senhor.”. Veja-se o grau de regressão que o próprio processo político brasileiro produziu. São questões complexas; questões de cultura; questões de história... Todos estamos envolvidos nesse processo. É nosso processo. Nós temos de criar os instrumentos para conhecê-lo, para pensá-lo, para explorá-lo. Nós somos psicólogas(os). O fundamento da nossa profissão, da nossa humanidade, está em outro lugar, é um ponto de fuga cujos princípios são fundamentalmente democráticos e humanistas.

Uma outra crise muito complexa da vida contemporânea é um outro lado, porque esse que eu estou falando é a regressão brasileira, que é típica, que diz respeito à História do Brasil. Mas há a regressão do próprio avanço do capitalismo contemporâneo, que constitui outro problema, de outra ordem, que é a regressão anti-humanista do desenvolvimento, do fogo feticista do mercado. Mundo inteiramente sem subjetividade. Realidade inteiramente voltada ao mercado e a seus ritmos, que são os ritmos da reprodução do capital, e não são os da nossa humanidade.

É uma catástrofe que aconteceu com a humanidade. Nós somos regulados por uma produtividade, por um inconsciente que é uma estrutura de poder que vem de fora, mas que regula a nossa vida toda. Então, é o aspecto fascista, anti-humanista, que nos choca a todos, do próprio avanço da humanidade! O “avanço” da humanidade que nos faz querer mais mercado, mais tecnologia, mais consumo, mais produção e mais produção.

E nós temos de fazer mais produção? Sim, nós temos de fazer mais produção! Essa coisa não pode parar, não por nós nem por ninguém. Quem está nos expulsando da vida ou por depressão por não estar incluído ou por excesso de exploração absurda por estar incluído num ritmo impossível dessa produtividade, essa máquina do mundo, como dizia o Drummond, essa máquina do mundo, daí a gente pode entender o poema de Drummond, porque o Drummond, vindo numa estrada pedregosa de Minas Gerais, vê a máquina do mundo se abrir para ele, e é pessoal, é para ele mesmo. Ele Drummond, a pessoa que está ali, olha para aquilo tudo e fala: “Não, obrigado. Prefiro não.”. Porque não dá, não dá para viver essa obra. Então, nós temos esse outro problema que é o neofascismo do neoliberalismo e paradoxalmente o que nós vemos no Brasil é um casamento do neofascismo, do arcaísmo autoritário brasileiro com o neofascismo do neoliberalismo global. Na rua estão os neo-autoritários, atacando artistas em museus e tirando o artista do museu e transformando isso numa ideologia contra a civilização, é o espetáculo ideológico fascista. Não é a ideologia contra a civilização. É um trabalho de arte do museu, que bota problemas, que bota questões. E o fascista totaliza isso como uma grande crise universal em que ele vai ter de matar o artista, é claro, porque ele realmente está num risco de vida, de morte, e o mercado com seus critérios globais funciona do mesmo jeito:

qualquer mediação de interesse político nacional que interfira nos critérios que o mercado faz sobre como a economia tem de funcionar é uma catástrofe contra a civilização e tem também que ser exterminado.

Então, na rua nós temos o fascista comum; no governo nós temos o grande, a grande máquina que o mercado tem de seguir sozinho. Por isso que inacreditavelmente os grandes liberais contemporâneos recebem candidatos de extrema direita, fascistas em seus bancos e os aplaudem. Porque na dúvida, vai que acontece uma crise social e o capital fica em risco? O capital é que não pode ficar em risco. A vida das pessoas pode.

São circunstâncias muito complexas, muito difíceis, é o estágio atual do capitalismo sobre nós no Brasil e eu acho que assim, como psicólogas(os), como cuidadoras(es), como transformadoras(es), a gente tem que ter consciência da “máquina do mundo”, como dizia o poeta. E ter uma imaginação elaboradora, transformadora, desde as nossas experiências éticas e científicas.

O que é interessante nesse processo, é saber que muitas(os) psicólogas(os), psicanalistas ou antropólogas(os) têm produzido espaços de intervenção social e política que tentam produzir algo que não seja da natureza desses passos que eu estou falando. No caso das(os) psicanalistas, que eu estou mais perto, muitos grupos, como o que eu participo, o Clínica Aberta de Psicanálise, que teve um desdobramento aqui em Brasília, que começou a fazer Psicanálise na rua. E entre essas(es) psicanalistas há os “Psicanalistas pela Democracia”. Há esse trabalho que estamos fazendo aqui no Conselho. Há os psicanalistas “Precisamos falar sobre o fascismo”, que é um outro coletivo de psicanalistas.

Enfim, existe muito trabalho buscando ser feito numa esfera em que a Psicologia não pode mais se reduzir a forma ideológica de uma relação e de uma produção que é apenas para o cultivo de um indivíduo, que é o modelo liberal de mundo. A Psicologia passa pelos indivíduos, passa pelas pessoas, mas ela também passa pelo todo; ela também passa pelo grupo; ela também passa pela vida social; ela é muito mais complexa e rica do que o caso do indivíduo, que é uma modalidade de reprodução ideológica da própria Psicologia.

Obrigado!



DIÁLOGO 1

A Guerra contra e entre os pobres



Minicurrículo

Jornalista e Ativista do Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, foi Secretária Executiva do Conselho Nacional do Juventude, no governo eleito em 2014 de Dilma Rousseff e atualmente é mestranda do programa de pós-graduação em comunicação e cultura contemporâneas da UFBA e membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso Mediático.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde a todas e todos.

Eu queria saudar a organização do Oitavo Seminário de Psicologia e Direitos Humanos. Também saudar, agradecer o convite e parabenizar o Conselho Federal de Psicologia, por fazer um debate tão corajoso em um momento tão difícil, tempos de ódio em que a gente vive. E falar de uma temática como essa para o conjunto de profissionais da Psicologia é importante porque vocês estão na ponta e debatem isso, estão cada dia mais no convívio diário desses conflitos.

Eu me chamo Tâmara Terso, como fui apresentada aqui; participo de coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER. Esse coletivo foi fundado em 2009, fruto da política de um debate auto-organizado de jovens negros e negras nas universidades em defesa das ações afirmativas, da participação política. De lá para cá a gente espalhou a nossa ação e a formação de coletivo para dez estados, nos quais estamos presentes hoje com atividades que ocorrem, por exemplo, em Salvador com formação de crianças e adolescentes da rede pública de ensino; no Tocantins, com o Movimento Hip-Hop; no Ceará com o Movimento Cultural de Maracatu em defesa das culturas populares nos bairros periféricos; no Rio de Janeiro com a Ocupação Urbana, lá na comunidade do Kelson, com o companheiro Valmir. Também estamos hoje no Conselho Nacional de Direitos Humanos, com o companheiro Cristian de Tocantins, debatendo as questões de violação dos direitos humanos da juventude negra.

O nosso principal objetivo é a defesa do conjunto de políticas antirracistas na sociedade, com o ideal de construir relações anticapitalistas. Nós somos oriundos dessa matriz anticapitalista; nós achamos que o racismo e o capitalismo andam juntos e não dá para combater um sem falar em combater o outro. Então nas atividades que nós desenvolvemos nos territórios, o nosso principal objetivo é construir uma política de desconstrução do mito da democracia racial. Eu queria trazer esse tema aqui porque é um tema super-importante, essa falsa ideia de que não há conflitos entre negros e brancos no Brasil, criada há muito tempo, uma ideia colonial, mas que está ainda viva nas instituições e nas relações mais basilares, mais primordiais na nossa sociedade. Então, quando a gente entra com o projeto nas comunidades, nós fazemos uma construção paralela, a construção de uma alternativa cultural, tecnológica, de uma alternativa educacional, mas também nessa formação ali conjunta construindo conhecimento conjunto e identificando esses dispositivos racistas na vida de cada jovem. E por que a gente faz isso? Porque nós acreditamos que o mito da democracia racial se atualiza de tempos em tempos. Um conjunto de políticas quando são geradas para a promoção de direitos, na comunidade negra, na comunidade indígena sofre também uma ofensiva enorme de uma política da democracia racial do “deixa disso” de que “não existe o racismo”, que, “é uma outra coisa”.

Então assim, nós achamos que é preciso revelar o mito da democracia racial porque ele é uma espécie de cortina de fumaça que embaça essa fronteira do que é a guerra. Nós acreditamos que

há guerra contra os pobres, e que essa dinâmica causa conflitos entre os pobres, causa a desordem, causa essa bagunça que acontece nos nossos territórios, e que mata, e mata cotidianamente. Ela é uma guerra de raízes racializadas e históricas. É preciso a gente trazer esse tema e não ficarmos incomodados e incomodadas quando o racismo vem à baila, quando o debate está no tema.

O racismo é um sistema de desigualdades materiais e simbólicas, que está presente nas relações, como eu tratei, mais basilares. Foi uma opção das elites econômicas lá no século dezanove, no século dezanove, o trabalho escravo não foi consequência, foi uma opção. E foi uma opção das elites econômicas e políticas, a política escravista, depois do século dezanove, ceifar a possibilidade de direitos para negros e negras. Então, isso é um sistema bem estruturado, não é por acaso que a gente não tem direito, e por isso acontecem os conflitos.

Esse sistema sobrevive sustentado pelo que a historiadora Wlamyra Albuquerque vai falar, que é um jogo de simulação. Se simula o tempo todo que não há racismo, de que as instituições e as leis não são construídas hierarquicamente para a contenção de uma população, a população negra, a população indígena, os povos comunidades tradicionais, os pobres. Essa dissimulação vai passando de geração em geração, e pouco é tratada. A dissimulação que lá no século dezanove, e em todo o século vinte criou as primeiras políticas da lei da vadiagem, os códigos penais, códigos de conduta que estruturavam aquele processo de contenção: “Olha, o negro foi liberto, mas não pode estar na rua, porque vai incorrer em vadiagem”. “Ele foi liberto, mas não tem direito à moradia”. E os negros são empurrados para as bordas da cidade, criam as comunidades sem acesso à saúde, saneamento básico, educação, tudo isso em uma farsa muito seletiva, assim como desde sempre a política judiciária foi muito seletiva para tratar o negro e a negra, os povos de comunidades tradicionais nesse mesmo cinturão de dissimulação. E esse histórico chega hoje com uma construção que orienta a criminalização da pobreza, as políticas de guerra às drogas, que orienta o super-encarceramento, o extermínio da Juventude negra e um projeto mais amplo de genocídio do povo negro, que é histórico.

Lá no século dezanove foi bem pensado que, a elite econômica e a elite intelectual tinham que elaborar o papel da negra e do negro pós-escravismo. E esse papel estava associado diretamente ao quê? Proteger o seu patrimônio. Não se organizou naquele momento um pacote de direito, porque era preciso continuar na direção das instituições, os brancos, a elite intelectual, não queria ser uma parte irrisória, por exemplo, na direção das universidades que acabam surgindo naquela época, não queria ser uma parcela irrisória do sistema econômico, que estava se reestruturando naquele momento.

Essa falta de direitos tem esse histórico muito colocado, e entender todo esse sistema, tendo como parâmetro a História, é necessário, porque pensar qualquer intervenção na sociedade, seja uma intervenção ativista, seja uma intervenção de segurança pública, de saúde mental, é fazer esse resgate, e é um resgate trabalhoso. É um resgate trabalhoso porque se a gente for pensar, só em 2003, por exemplo, foi sancionada a lei que organiza a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas. Até então a gente não sabia qual era a nossa história; eu não sabia qual era a minha origem; e eu não conseguia entender quais eram os processos de colonização que todos nós passamos.

Não saber da sua história é um quadro para que você fique ali, contido; os negros e negras contidos na história, contada pelos outros, uma história hegemonicamente racista.

Esse conjunto de direitos historicamente construídos foram construídos por instituições muito velhas. Então, mesmo que essas instituições passassem, e passaram por reformas enormes, sempre

estavam conduzidas ao imperativo da manutenção de privilégios, e essa manutenção de privilégios é fundamental entendê-la para entender de onde partem as raízes, por exemplo, das estatísticas 54% da população carcerária em 2012 ser jovem. Um mar de presos políticos. E o Movimento Negro Unificado, já em 1978, denunciava porque prendia-se mais e julgava-se menos.

Se não há acesso nos territórios empobrecidos aos direitos mais basilares isso é uma condição de criação de violência, é a panela de pressão para que os conflitos aconteçam, também os 31 mil jovens mortos em 2015, ou a chance, demonstrado pelo Mapa da Violência, em 2017, de 23% a mais de negros serem assassinados no Brasil em comparação ao branco. Isso é o quê, senão racismo? Racismo estrutural, organizando a vida de cada um e cada uma. Então para nós é importante organizar esse processo de pensar democracia, e pensar a luta da democracia atrelada à desconstrução desse racismo estrutural. Porque quando a gente fala dos retrocessos que nós estamos vivendo hoje da luta antidemocrática, o curso da antidemocracia que vem atingindo a vida de todos nós, se a gente for parar para pensar, desde quando vivemos? Anos democráticos para quem na década de noventa? Para uma parcela muito pouca da população ainda, porque o direito ao voto é um dos direitos que uma democracia, claro, um direito basilar, mas muitos direitos que uma democracia pode proporcionar para a população esses outros direitos não tivemos? É o direito à vida, que é um direito basilar? É importante a gente pensar isso, porque se não for isso para nós, na nossa opinião, na opinião do ENE-GRECER, não nos serve uma luta pela democracia que não coloque no centro da agenda o combate do extermínio da juventude negra, porque a gente vê um conjunto de jovens, essas estatísticas acontecendo todos os dias, o assassinato da Marielle Franco, que já faz mais de um mês e a gente não tem nenhuma resposta do Estado; Felipe Doss na Bahia também há menos de um mês, outras lideranças como Márcio Matos, do MST, também assassinado, e tantas outras lideranças que não aparecem, que não são divulgadas, mas que no norte/nordeste, todas as regiões a gente convive diariamente.

A luta democrática é uma luta pela sobrevivência dos povos de comunidades tradicionais, da juventude negra, não é simples como eu falei, mas é importante que a gente debata essa questão racial como centro. E debata porque lá no território, quando a gente vê o fundamentalismo religioso crescendo, a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana, quando a gente percebe a proliferação de um conjunto de programas midiáticos ao meio-dia que consolida o discurso do ódio, porque em todo estado tem hoje, não é? Um “Na mira”, um “Se liga, Bocão”, um “Cidade Alerta” que trabalha no imaginário da nossa comunidade que bandido bom é bandido morto ao mesmo tempo que essa mesma comunidade perde todo dia um filho ou uma filha. Então tem aí uma conexão que a gente precisa fazer, para nós o debate do direito à segurança pública está longe de ser um debate de armamento, está longe de ser um debate de policiamento. É um debate multidisciplinar, é entender como essas forças, a condição da comunicação, a condição da educação, a condição do direito aos princípios mais básicos de permanência, de sobrevivência, como saúde, como a saúde mental que historicamente foi relegado para a comunidade negra. Até pouco tempo atrás, nós negros e negras éramos tidos como loucos e relegados aos antigos manicômios, os hospícios. É importante pensar nisso. A ciência, por exemplo, há um histórico de ciência racista, como a criminologia, como a literatura que constrói o mito do homem cordial. Então como que a gente retrabalha isso tudo hoje? E aí a Ângela Davis vai falar, quando uma mulher negra se movimenta na base da estrutura, toda essa estrutura se movimenta, então nós achamos que esse processo de retrocesso vivido hoje é uma ofensiva a essa pequena ruptura que a gente teve em menos de uma década atrás, que foi, por exemplo, o ingresso dos negros e negras na universidade, porque não é coisa pouca você ter

um negro ou uma negra ali no banco da universidade, no grupo de pesquisa fazendo embate frente a uma tese racista ainda hoje, porque há teses racistas que ainda hoje são defendidas em universidades públicas. Então isso atíça o ódio de classes, atíça o ódio racial. Atíça também o fruto desse retrocesso, que é essa ofensiva da direita, da elite econômica, das elites herdeiras do colonialismo, que é importante a gente lembrar.

A luta precisa, na nossa opinião, ser a cada dia a luta contra o racismo, a luta contra o genocídio da juventude negra; ela precisa a cada dia levar em consideração o conhecimento produzido por negros e negras, a máxima “Nada sobre nós sem a nossa presença”, é fundamental. Nós precisamos refundar em bases epistemológicas e filosóficas o nosso horizonte de luta. Óbvio que, há uma contribuição enorme de brancos na academia, mas nós estamos produzindo também, na Academia e fora dela, historicamente. E nós temos respostas a dar para um conjunto de perguntas que se faz quando a gente pensa que é preciso refundar um Estado hoje. Nós precisamos refundar um Estado nas bases do abolicionismo, nas bases do anticapitalismo, nas bases do anti-escravismo, e aí essas respostas elas são dadas, por exemplo, quando você vai ao território, lá na ponta, e vê um conjunto de tecnologias sociais sendo desenvolvidas por mães para mediação de conflito, para produzir um processo de mínima segurança, que hoje, na falha de todo o sistema de segurança pública, é muitas vezes o que salva o jovem. É a Organização das Mães de Maio, e organizações similares presentes na Bahia, em Salvador, como a ODEART e o Projeto “Mãe não Dorme Enquanto o seu Filho não Chega em Casa”, em que as mulheres criam ali uma rede de afeto, cuidado e segurança. Uma tecnologia social que faz com que aquela comunidade tenha no mínimo a ordenação de quem entra e quem sai, onde seus filhos estão.

Quando você também olha para os povos e comunidades tradicionais, são vinte e dois em todo o país, e você tem uma alternativa econômica no etno-desenvolvimento, um consumo baseado no desenvolvimento social, há um respeito aos recursos naturais em um nível de sustentabilidade que faz com que esses povos e comunidades tradicionais sobrevivam a toda violência de estado de Belo Monte a todas essas catástrofes produzidas pelo capitalismo; você tem uma alternativa econômica acontecendo ali, que é em outras bases, diferente das exploratórias.

Quando você vai também para um debate sobre a redução de danos, que é uma tecnologia na saúde desenvolvida e que está sob ataque do governo golpista, você vê uma tecnologia para promoção de saúde lá na ponta que muitas vezes salva vida de quem está ali no olho do furacão dessa guerra às drogas. Desse modo, nós precisamos ter outras bases epistemológicas; nós precisamos levar em consideração a produção que os negros, negras, e povos de comunidades tradicionais estão apontando, de estratégias para a gente construir esse projeto de combate a todos esses retrocessos, e, sobretudo, o genocídio do nosso povo, porque se a gente não colocar nossa opinião nesse debate da democracia a projeção de mortes continuará e daqui a uns dias nós não vamos conseguir falar em processo eleitoral, e em nenhum outro processo, por que a nossa população vem morrendo em massa.

Então o ENEGRECER chama vocês para conhecer o nosso trabalho nos estados. Chama também cada um para que consiga se mover do seu lugar, e entender um pouco como o racismo se estrutura na sua vida, e para os não-negros. Para os brancos é importante entender onde está o seu privilégio e como trabalhar esse privilégio. Porque é isso, é uma escala. É do privilégio individual de você não perceber o tratamento que você dá ao trabalhador que está do seu lado, negro e negra, ao privilégio de estar cursando um doutorado, um mestrado financiado pelo governo, sem dar contrapartidas no conhecimento, sem enxergar uma epistemologia para além da epistemologia europeia, outras formas de conhecimento já produzidas, esse é o cerne

da questão. E é aí que mora esse vínculo e o desdobramento de uma cadeia que chega lá na ponta e nos extirpa, assim, numa velocidade enorme!

Fica aí o nosso recado. Eu acho que vamos conversar mais, e eu espero que o ENEGRECER possa encontrar vocês; possa encontrar essa comissão de direitos humanos mais vezes, e a gente possa fazer mais trabalhos juntos porque nós precisamos é disso, é um trabalho interseccional, multidisciplinar, em que negros e brancos, povos indígenas, do campo e da cidade consigam desconstruir em conjunto esse imaginário racista, e as políticas estruturais racistas que estão machucando nossa pele, estão nas nossas vidas e estão dominando a organização social.

Obrigada a todas e todos.

COMENTÁRIOS

Bom, eu queria me ater a uma pergunta que eu achei bem interessante, que dialoga um pouco com as ações práticas que a gente pode construir no território. Qual é o seu nome, que eu esqueci? Ah, Ana Caroline! Minha xará! Eu também sou Caroline. Ela trata de uma questão fundamental.

Como a gente traduz isso tudo, esses números, essas estatísticas, como a gente traduz essa gramática do que é a guerra às drogas, do que é o tráfico de pessoas, do que é o tráfico de armas para Dona Maria do Alto da Sereia, para as comunidades do Nordeste Amaralina, Kelson, tantas outras que vivem cotidianamente, identificam todas essas situações, mas podem ter a dificuldade de fazer uma conexão mais ampla? Porque essas comunidades também vivem bombardeadas por outro discurso, discursos organizados por uma comunicação estratégica, que é uma comunicação que não é de Estado, mas do Estado Genocida, porque quando você não regulamenta os meios de comunicação no Brasil você dá o direito para as emissoras comerciais tratarem esse assunto do jeito que elas querem, elas querem tratar dessa forma, elas querem criminalizar a pobreza, e elas querem criminalizar a população negra, os povos de comunidades tradicionais, indígenas. Por outro lado percebemos que há um fundamentalismo no discurso, vindo das portas que se abrem dentro das comunidades para o resgate de uma cidadania, mas que renega a autonomia dessas pessoas se identificarem como negras, identificarem que esse seu papel na sociedade é um papel criminalizado, e por conta de quê? Por conta desse racismo. Essa política fundamentalista vem muitas vezes das igrejas fundamentalistas que se alastram nas comunidades brasileiras. Se a gente pensar que uma emissora, hoje nacional, trata de crime, trata da criminalização da pobreza, falando de uma vertente religiosa, isso é muito grave. Como é que a gente traduz tudo isso? Na minha opinião traduzir tudo isso é trazer para perto dessas iniciativas coletivas: as experiências, as mais diversas experiências que acontecem no território, porque elas acontecem, só que elas não são visibilizadas. Então eu acho que conseguindo construir essa narrativa, atualizaremos as nossas pautas com legitimidade. E a gente precisa de várias mãos. É o posto de saúde, por exemplo, trabalhando com coletivo de juventude, que também trabalha com o coletivo de comunicação, que é o que acontece na maioria hoje das periferias, é o que a gente faz hoje pelo Brasil. É tentar unir forças porque uma coisa que vem me deixando muito em alerta é, como é que a gente dá uma proporção de construção de redes, porque nós temos muitas iniciativas cidadãs, antirracistas acontecendo, mas elas são pontuais, elas acontecem na rua tal, no bloco tal, que não consegue dialogar com outro bloco porque aquele território está recortado e não recortado pelas pessoas, mas por um domínio econômico legal e ilegal. Precisamos dar essa conectividade, com as universidades

que muitas vezes entram nas comunidades e ainda tratam as comunidades como um tubo de ensaio, vai lá, capta todo aquele conjunto de entrevistas, estratégias, bolam aquele pensamento, mas e depois? Vai para outra comunidade e esquece aquela. Então assim, a continuidade desse processo de que o tecido social precisa se recompor com essas diversas estratégias e com novas narrativas, porque não vai ser com um debate da legalização das drogas, do ponto de vista comercial que eu vou convencer o conjunto da minha comunidade a debater uma nova política de drogas. Vai ser com essa capacidade de falar que, nós podemos construir uma nova política de drogas debatendo a seletividade da justiça, debatendo porque um filho de dona Francisca está preso, e foi preso por uma quantidade irrisória de drogas, ao contrário de Aécio Neves e tantos outros líderes políticos que estão aí soltos e com denúncias enormes de tráfico de drogas, de pessoas, de armas. A bancada da bala, a gente consegue chamar uma bancada eleita democraticamente de “bala”.

Eu acho que é muito fundamental que a gente consiga reconectar essas experiências. É uma outra coisa que me chamou muito a atenção é que é preciso a gente denunciar o estado de violação de direitos vividos pela imigração venezuelana, colombiana, nos países do Norte, na região do Norte. Essa semana foi aberta denúncia de venda de pessoas, venda dessas pessoas, lá no Norte para trabalhar em subempregos e empregos de condições escravas no sudeste brasileiro. Como vamos nos posicionar quanto a isso? Vender colombianos e vender venezuelanos de matrizes afrodescendentes, de matrizes afro-indígenas no nosso território? É escravização moderna, e nós vamos tratar isso como? Eu acho que é preciso a gente se debruçar, porque isso também é uma face do genocídio das populações negras e afrodescendentes e afro-indígenas do nosso país.

Obrigada.

MARCELLE GOMES FIGUEIRA

Minicurrículo

Professora da Universidade Católica de Brasília-UCB, Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília- UnB. Foi Coordenadora de Análise Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Coordenadora da Graduação Tecnológica em Segurança Pública da UCB e atualmente é professora do Mestrado Profissional em Gestão do Conhecimento, Governança e Inovação da UCB.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui com vocês. Primeiramente então eu gostaria só de trazer qual é o meu lugar de fala aqui, porque o meu campo é a segurança pública; é onde eu milito, trabalho como pesquisadora, sobretudo, na academia, apesar de já ter trabalhado no governo.

Eu fui Coordenadora de Análise Criminal na Secretaria Nacional de Segurança Pública, no primeiro mandato do governo Lula, e depois como consultora no governo Dilma Rousseff, — ainda que eu tenha muitas críticas à forma com que o governo Dilma conduziu as ações de segurança pública, e assumo isso como uma autocrítica, algo importante que deve ser feito —, sobre determinadas ações, sobre determinados direcionamentos que foram dados pela esquerda durante um determinado período, e sobretudo no campo da segurança pública.

Se nós formos nos debruçar sobre a evolução da legislação no campo da segurança pública no Brasil, vamos ver que desde o governo Getúlio Vargas até hoje, em todos os momentos que nós passamos por momentos de maior democratização, o campo da Segurança Pública sempre foi negligenciado pelos governos de esquerda, e muito bem trabalhado pelos interesses dos governos com direcionamentos mais autoritários. Deste modo, boa parte da legislação que nós temos hoje, de segurança pública no Brasil, remonta à última reforma que foi feita, em 1968, ainda dentro do governo militar.

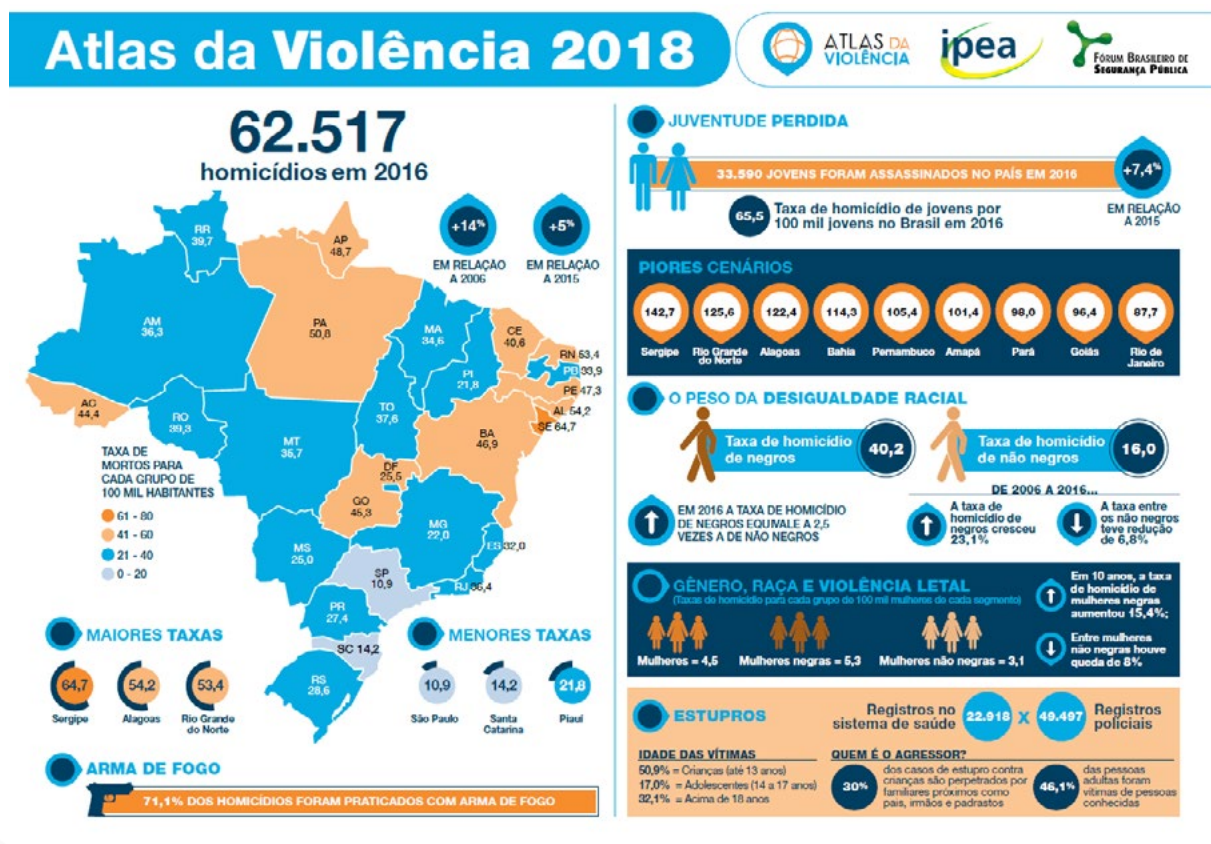
O que a Constituição Cidadã fez basicamente, foi devolver o comando das polícias aos governos estaduais, mantendo as polícias como uma força reserva do Exército. A militarização para mim nem é a principal questão em relação as polícias porque disciplina e hierarquia nós temos até na Polícia Federal, que é civil. Então não é necessariamente isso. Não que nós não possamos debater esse tema, eu só não o considero central. Penso que o que é central dentro dessa discussão é o mandato das polícias, que são mandatos em aberto. E o que eu estou chamando de mandato em aberto? Hoje, nenhum de nós, se nós formos parados em uma blitz, não temos condições de avaliar se aquele procedimento utilizado conosco é correto ou não. Se nós temos uma ação com refém nós não temos elementos, como sociedade, para avaliar se aquela ação seguiu protocolos adequados ou não. Basicamente todo resultado da ação da polícia é avaliado se produziu ou não, morte. Se o refém sobreviveu, se for o caso, então essa foi uma ação exitosa, caso contrário, não. Desta forma o resultado da ação não pode ser a única métrica de adequação de um procedimento. Procedimentos precisam de ser pactuados socialmente para que possam ser validados, e não há isso no Brasil.

Houve, mais uma vez, com os alunos da UnB, na Esplanada dos Ministérios, o uso de gás pimenta. Existe protocolo para isso, existe protocolo para utilizar bala de borracha, existe

protocolo para você utilizar gás de pimenta e gás lacrimogêneo? Neste momento eu proponho um desafio a todos: buscar, no nosso “oráculo”, Google, quais são os protocolos de uso do gás de pimenta? Procurem. Vocês vão ter muita dificuldade de achar. Os fabricantes de qualquer medicamento, inclusive do gás de pimenta, que é uma substância química, tem manual de instrução. O Taser, que é a arma de choque, ou a bala de borracha, vêm com manual de instrução. Todo o armamento menos letal, — é importante que se diga que muitas das vezes se reproduz uma terminologia inadequada —, produz letalidade sobre determinadas circunstâncias, e possui um protocolo de uso.

Se formos à página virtual da Condor, que é a principal fabricante do gás de pimenta utilizado pelas polícias militares no Brasil, vamos encontrar uma página em espanhol que menciona que ele não pode ser utilizado, por exemplo, em vias próximas a escolas, nem próximo a hospitais; não pode ser utilizado em uma série de lugares. Deve ser manuseado com determinada precaução. Por exemplo, um asmático, um doente respiratório crônico pode vir a falecer em contato com ele. Eu mesma sou asmática. Uma vez eu peguei só uma “brisa” do gás de pimenta! Fiz uma crise de asma no mesmo momento, e eu sou uma pessoa com a asma controlada já há muitos anos.

Todo esse debate no campo da Segurança Pública precisa de ser necessariamente mais qualificado. Então eu trago a minha área, o meu lugar de fala. Eu sou geógrafa de formação, trabalho com estatísticas criminais há muito tempo, logo, o meu campo de atuação é nas políticas de segurança pública, sobretudo na parte de produção de diagnósticos e avaliação. Deste modo eu trouxe alguns números do infográfico que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública elaborou, e que nos ajuda a formular perguntas e construir algumas respostas.



Logo no início observa-se algo muito interessante que são as mortes intencionais violentas no Brasil, um dado do Ministério da Saúde, em que as maiores taxas de mortes por cem mil habitantes estão localizados nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, e Alagoas. Pouco nos surpreendemos porque o estado que está sob intervenção hoje não é nenhum desses. O que está sob intervenção vai ser pelo menos o décimo em mortes violentas no Brasil.

Então já se encontra uma resposta: essa intervenção se justifica a partir de outros elementos, não a partir da dinâmica da violência no estado do Rio de Janeiro. E outro lado nós também temos. Eu penso que isso revela também como nós temos uma seletividade nos meios de imprensa, de mídia, e muitas das vezes nos nossos discursos. Onde está o problema da violência no Brasil, e qual é o problema da violência? Nós temos vários “balaios de gato” dentro da discussão da Segurança Pública. Um é esse discurso muito amplo, que nós temos no Brasil: o problema sério da violência. Agora o que é essa violência? Qual é a sua característica? E o que está incomodando as pessoas? E o que a sociedade está demandando em relação a isso? Existem várias pesquisas que demonstram que a modalidade da violência que mais produz impacto acerca da percepção de medo e de risco das pessoas é o crime contra o patrimônio, menos do que o crime contra a vida. Esse resultado apareceu sobretudo numa pesquisa que eu tive a oportunidade de coordenar, que foi um diagnóstico dos homicídios no Centro-Oeste, uma das últimas ações quando Jose Eduardo Cardoso ainda era Ministro da Justiça, em 2015, que foi o Programa do Pacto Pela Vida, em que foi feito um grande diagnóstico no Brasil. E dentro dessa pesquisa nós tivemos a possibilidade de entrevistar vários presidentes de conselhos comunitários de segurança de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Em Goiás a maior parte dessas entrevistas fora feita por mim, então sobretudo em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Luziânia, que eram os municípios identificados como aqueles onde havia uma maior taxa de homicídios. E entrevistando os membros do então Conselho Comunitário de Segurança, e outros da sociedade civil organizada, fazíamos a seguinte pergunta: “Você identifica este lugar como um lugar problemático por conta dos altos índices de homicídio?”, ao que respondiam sim, com respostas como: “Realmente aqui nós temos muitos casos”. E o questionário prossegue: “Mas ao que o senhor atribui essa dinâmica da violência aqui no seu bairro, aqui no seu município?”, Ao que ele respondeu: “Isso aí é bandido matando bandido”. Deduz-se que para ele o homicídio não é o problema, porque era “bandido matando bandido”. Então se bandido está matando bandido, está tudo bem. O problema é o roubo. O roubo... Roubar não dá! Matar tudo bem. Mas roubar não pode!

E ao se ver o perfil dessas vítimas e o perfil desses autores, a maior parte dessas pessoas são homens, jovens e negros. E dentro do discurso da Segurança Pública nós temos várias seletividades. Nós temos uma seletividade regional, de para onde a gente olha o problema. Parece, contudo, que o Brasil começa e termina no sudeste, sobretudo no Rio e em São Paulo. Parece que só existe o Rio de Janeiro e São Paulo como problemáticos neste país. Mas há do outro lado também uma seletividade, na forma de atuação do Estado, em relação a um determinado perfil da população, que são os jovens negros pobres da periferia. Vejamos um dado que consideramos como muito relevante: o volume da letalidade das polícias, no ano de 2017. A polícia matou em ações, que são as chamadas intervenções legais, 4.222 pessoas que, observadas de forma comparada, o número de pessoas que morreram em função do roubo seguido de morte, o chamado latrocínio, ou seja, onde dentro de uma ação criminosa alguém morreu, morreram 2.666. A polícia conseguiu matar mais do que os criminosos durante ações desse tipo, o que é bastante...

Certa vez eu estava em debate com um grupo formado não só por policiais, mas também de pessoas que igualmente possuem essa percepção, de que “bandido bom é o bandido morto”, de que, na verdade, o Estado realmente precisa fazer o uso da força no seu grau máximo, sempre que possível. Diante disso expus o seguinte argumento: “O problema é que a conta não está fechando: a polícia deve estar matando mal, e deve está matando errado, porque se ela está conseguindo matar mais do que o que está acontecendo, temos aí uma questão muito séria.”

E dentro do que já foi falado aqui, dentro dessa problemática e desse perfil, questiona-se quem são esses policiais, o perfil desses policiais. Eles são, sob a perspectiva de uma média Nacional, com variações consideráveis nas unidades da Federação, mas em sua grande maioria, negros. Estamos, portanto, constatando uma dinâmica de negros pobres assassinando negros e pobres. E tomando o Rio de Janeiro como exemplo, a sua polícia militar, o número da presença de negros e pardos chegará a 80 %. Cabe ressaltar que isso também varia dentro da patente. Dentro do oficialato há um número maior de brancos, e no universo dos praças, um número maior de negros.

E aqui nós temos alguns números que nos ajudam a perceber como o Estado brasileiro, como as ações de Segurança Pública têm sido afetadas por essa percepção de que a política de segurança, junto com a justiça criminal, demanda e “precisa” de uma política mais dura, de mais encarceramento, e um desmonte de parte dessa estrutura que foi construída nos últimos anos, — o que se constata observando a redução dos investimentos. O Fundo Nacional de Segurança Pública, de 2016 a 2017, sofreu uma redução de 30 %. O Fundo Nacional Anti-Drogas reduziu 63 %, enquanto que o Fundo Penitenciário Nacional aumentou 80 %. E mais, se nós formos nos deter sobre o perfil dessa população prisional, se verá o perfil de uma população extremamente jovem, em sua maioria sendo presa por conta de tráfico de drogas, ou, em muita das vezes, por crimes de menor potencial ofensivo.

Estou trazendo esses números aqui, imaginando que se vai, depois, poder ampliar isso para um debate sobre a discriminação das drogas, que eu entendo ser hoje um debate fundamental no Brasil. Se quisermos mudar esse paradigma da forma com que as instituições de Segurança Pública estão atuando, e se quisermos mudar esse patamar de como conduzimos hoje as ações de segurança pública no Brasil.

Para finalizar, trarei mais um. O discurso do perigo do tráfico de drogas também é uma grande cortina de fumaça, usada, hoje, no Brasil para se colocar toda a culpa nas drogas, no tráfico de drogas. E nós sabemos aonde mais se apreende drogas na Cidade do Rio de Janeiro: na Zona Sul, na favela. No complexo penitenciário de Bangu é onde mais se apreende drogas no Rio de Janeiro. Se atentarmos para o Distrito Federal, encontraremos uma grande quantidade em São Sebastião, onde se situa a papuda. Em nenhum lugar do mundo circula mais drogas do que dentro do sistema penitenciário.

E se faz o quê, diante dessas circunstâncias? Prende-se o preso? E nós, vamos faz o quê? Vamos combater o tráfico de drogas! Vamos prender o preso!

Finalizando, lançarei para o debate essa relação entre crime e Estado. Não entra nada na cadeia sem a conivência de alguém, que é integrante do Estado. Os fuzis que circulam pela cidade do Rio de Janeiro, muitas das vezes já foram apreendidos, e voltam para as ruas! A bala que matou Marielle foi comprada pela Polícia Federal. E no Brasil faz-se pouco debate sobre a relação entre crime e Estado.

A pesquisadora carioca, Professora Jaqueline Muniz,¹ fala que no Brasil não se governa contra o crime, se governa com o crime. Este é um debate fundamental a fazer, eu trago mais umas questões de provocação aqui, para que possam ser aprofundados depois, e alguns números para estabelecer um confronto, — porque é impressionante, sobretudo os membros da “Bancada da Bala”, que sempre dispõem de uns dados que eles tiram do bolso, que só eles possuem. De modo que eu considero de extrema relevância trazer esses diagnósticos, essas estatísticas, para que se possa debater e contra-argumentar esse discurso tão conservador, de cunho fascista, de forma mais substantiva e desvelar esses recursos fáceis dos profetas da segurança, que lucram muito com isso.

Obrigada.

1 Os principais dados foram retirados do Atlas da Segurança Pública - <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>

Minicurrículo

Coordenador do projeto Movimentos: Drogas, Juventude e Favelas, que busca discutir uma nova política de drogas que respeite a vida e direitos nas favelas; Também é coordenador do Coletivo de Comunicação Independente, Direitos Humanos e Cultura - Papo Reto. Em seu ativismo, busca garantir vida e direitos para a população das favelas e periferias, enquanto, através da comunicação, disputa narrativas sobre esta realidade, tentando desconstruir os estereótipos sobre ela.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde a todos e todas.

Marielle presente! Bom, excelente poder falar por último nessa composição porque vocês duas trouxeram dados importantíssimos de redes nacionais. Aí eu pensei em falar um pouco da situação local; falar um pouco da experiência do movimentos do Papo Reto por meio do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, de onde eu venho.

Agradeço também a oportunidade de fala aqui nesse espaço tão importante. Bom, como já disse, sou do Rio de Janeiro, sou do Complexo do Alemão e a gente tem vivido esse turbilhão de situações. Mais uma vez, no Rio de Janeiro, todos os dedos apontados, os holofotes, as câmeras do racismo e da exploração capitalista deste país, e mais uma vez se repetindo o erro, ou o acerto estratégico do povo racista contra nós, de sempre reduzir o Brasil ao eixo Rio-São Paulo, ao Sudeste, colocando ali tudo o que é de ruim ou tudo de bom, e assim fazendo a gente esquecer ou ignorar um outro Brasil que vai muito além dessa fronteira tão pesada.

E eu estava aqui pensando em como fiquei feliz em ver em tantos lugares a palavra “direito”, os direitos humanos, porque eu também trabalho com os direitos humanos. Eu acredito nos direitos humanos. Hoje em dia você falar sobre direitos humanos é até arriscado em alguns espaços. Muita coisa está invertida, muita coisa se perdeu... e o Papo Reto... Eu falei um pouco isso para falar do Papo Reto.

A gente tem diversos trabalhos, mas o principal deles é usar a comunicação *peri-favelada*, a comunicação da favela, para escutar narrativas diversas dentro de vários cenários. E aí nesse cenário, eu fiquei pensando, inclusive refletindo esse lugar que a gente está. Uma escola pública com essa estrutura, — só de chegar aqui já falei: “Uau! Nossa, isso aqui tem de ter lá em Ceilândia também; tem de ter em Sol Nascente... vamos nos unir e pesar para que isso aconteça”. E dentro dessa linha do tempo a gente vive sob circunstâncias tão pesadas, que eu estava pensando: só linha do tempo, desde o assassinato da Marielle para cá, em especial no Rio de Janeiro, na cidade, nem fazendo um recorte do Brasil como um tudo. Mas a gente tem o assassinato da Marielle, dia quatorze de março. Dois dias depois, no próprio Complexo do Alemão, a gente teve uma operação da chamada “Guerra às Drogas”, quando foram mortas três pessoas, inclusive uma criança de menos de dois anos, o Benjamim, o seu José, e a Dona Maria. Poucos dias depois, na favela da Rocinha, a polícia invade um bar e assassina oito pessoas. Pouco tempo depois em um bairro de Maricá, eu acho que todo mundo viu isso, executaram com tiro na nuca, deitado no chão, cinco jovens envolvidos com Rap lá naquela região, e pouco tempo depois invadem uma outra festa e predem massivamente cento e sessenta pessoas, acusando todo aquele grupo que estava no evento, em uma área periférica, de serem envolvidos com a milícia no Rio de Janeiro. Isso tudo dentro de um contexto de uma dita intervenção

militar, que na prática nem a militarização da vida cotidiana está sendo, porque fora a intervenção feita numa favela do Rio de Janeiro, da zona Oeste, chamada Vila Kennedy, o que tem acontecido agora é os militares circularem na Zona Sul, que lá no Rio de Janeiro é a área nobre, que é onde ficam as áreas da praia. Então esse é o cenário duro que a gente tem vivido agora.

O que me levou a pensar que a Psicologia, dentro da realidade que a gente vive, de direitos humanos e todo esse conjunto, a psicologia da periferia, da favela é a correria, é a sobrevivência... porque a gente vive em uma realidade em que os nossos governantes, historicamente, como principal política pública, para nós, que vivemos na favela, é essa daqui: Política pública [de pé, faz gesto de armas com as mãos e caminha apontando para a plateia] para favela em que os nossos governantes dialogam conosco, nos observando pela mira do fuzil da polícia militar do Brasil. E o que isso leva a acontecer? Uma série de fatores violentíssimos, como essa sequência de assassinatos, de execuções. E no campo da política de drogas, por meio do Projeto Movimentos. O Projeto Movimentos nasce lá no Rio de Janeiro, onde a gente, com o intuito de discutir o que é essa guerra às drogas, juntou jovens de várias periferias, meninos e meninas, principalmente do campo da comunicação, para começar a desenrolar sobre política de droga. Vamos ver qual é dessa parada então. E aí a gente viu que existem várias discussões acontecendo há muito tempo sobre legalização, regularização, descriminalização e várias outras questões, — só que na maioria desses debates, muitas vezes eles estão fora da favela, inclusive são pessoas de classe média, classe alta... população branca discutindo novas políticas de drogas, em momento algum levando para a sua pauta o genocídio da população negra, o extermínio diário nas favelas e periferias desse país. e buscando apenas pelo fato do lazer, “quero usar para me divertir porque eu gosto”, ou até por questões medicinais. Tranquilo. Não é esse o problema. A questão é que seu José, Dona Maria e Benjamin foram assassinados na justificativa de uma guerra às drogas. Então a gente tem tentado rediscutir o que é uma política antidrogas? Porque para nós quando se fala em segurança pública, nós não estamos inseridos dentro da segurança pública, somos vistos como o inimigo; a pessoa da favela, a operação na favela, violência na favela... o que está de ruim... é na favela, sempre na favela! os dedos, as lentes e o discurso racista. E a gente tem tentado desconstruir isso por meio de dados, tentado levantar o que acontece do mundo, desde que Nixon declarou guerra às drogas nos Estados Unidos, o que fez que a parte do mundo que abraça causas só por querer ser americanizada, trouxesse isso para a nossa realidade, para as fronteiras da América Latina.

E nesse processo da violência crescente, a gente tem visto que essas pessoas que estão discutindo essas políticas de drogas na maioria das vezes não estão vendo a nossa realidade; não estão discutindo conosco; a nossa voz não está dentro daquele espaço, e não estão nem ligando para o que está acontecendo dentro da periferia, porque “bandido bom é bandido morto”. E se está na favela, é culpado. E aí a gente não consegue mostrar o simples: que o jovem com um cigarro de maconha na favela é assassinado de forma violenta ou preso para sempre. Para que o filho de uma desembargadora seja preso, para que ele seja punido de alguma forma, há de haver mobilização coletiva porque ele , ainda que estivesse com mais de cem quilos de droga ilegal, e munição de pistola e de fuzil, ele é “filho de uma desembargadora.

Política de drogas, guerra às drogas. E nesse contexto a gente tem discutido o seguinte: a gente descobriu que há várias empresas mundiais patenteando, de mansinho, um monte de produtos originados de algumas folhas, de materiais primários, de coisas consideradas ainda ilícitas hoje em dia.

E aí o que acontece nesse processo? Qual é a manha? É mais uma vez pegar e fortalecer as bocas de fumo, as “biqueiras” do governo, que são as farmácias. A farmácia boca de fumo legalizada. Correto? Então o que essas pessoas estão fazendo? Patenteando um monte de drogas que são consideradas ilícitas para colocar no cunho da legalidade, e poder patentear e vender quando for legal. E aí parte da discussão que a gente tem feito no campo racial é o seguinte: se até ontem era considerado ilegal, — e no Complexo do Alemão a gente sangra, a gente morre, a gente vai preso —, amanhã quando legaliza tiram isso da favela, e a gente fica excluído, mais uma vez. Então a gente está no debate de dizer: não existe discutir política de drogas, sem discutir uma reparação de danos histórica para as mães da periferia; sem rever todo mundo que está preso; que foi preso com quantidade mínima de droga e está até agora trancado, trancado na maioria dos presídios desse país como criminoso, como criminosa, porque tinha pequena quantidade de uma substância considerada ilícita. E aí amanhã fica legal e a gente fica esquecido. Então a gente está disputando essa leitura difícil de “legal”, enquanto crime, é “bandido bom é bandido morto”, tem que matar na favela. Mas amanhã, quando fica legal, exclui a gente e pega e começa a vender na pista. Todo mundo abre uma farmácia e já é, e a favela fica excluída de novo. Então a gente está tentando levantar esse debate coletivo. E como coletivo Papo Reto, a gente está tentando disputar narrativas sobre muito do que eu falei aqui. E a primeira delas é que não existe uma guerra às drogas, existe uma guerra à população negra, à população periférica.

Não existe bala perdida, disparo perdido, acidental de fuzil... Essa ideia que tentam vender de guerra tem endereço específico: da fronteira da favela para dentro. E aí você tem em uma semana quatro, cinco, vinte mortes por bala perdida. É muito hipócrita um discurso desse tipo. Então a gente tem disputado essas narrativas, e tem também trabalhado com construção de dados. Lá no Rio de Janeiro, a polícia, nas operações dentro da favela, usa carro blindado. Eu não sei se já vocês já viram, é um veículo que é apelidado por quem mora na favela como “Caveirão”, porque as primeiras versões do carro blindado do BOP, tinham em todos os lados colado uma imagem gigante de caveira nas laterais. E além dele ser um carro extremamente maciço de guerra, um tanque que permite que se dispare duas armas para frente e duas armas para trás, quatro em cada lateral, além da parte de cima, é quase um carro alegórico do terror. A principal demanda de reclamação que a gente tem de moradoras e moradores sobre ele não é sobre o disparo da arma de fogo, pelo contrário, — o Rio de Janeiro tem muitas favelas, muitos morros, as favelas são morros, e aí são poucas as ruas, a maioria é beco estreito, apertado, e nas poucas ruas é onde há um monte de comércio, é onde fica estacionado carro, a moto do morador, da moradora, — é sobre os prejuízos que, quando esse carro entra, blindado, pesado e imponente como é, provoca. Um monte de bem material da população da favela, que está pagando para a vida as prestações, é parcial ou totalmente destruído.

Quando eu falo que a psicologia da favela é a correria, é porque no caso das últimas pessoas assassinadas no Complexo do Alemão é muito duro você ser morador ou moradora de favela, e ainda mais quando a violência chega, de fato, ao seu corpo, porque ela já está no seu dia a dia, você já é estigmatizado, estereotipado pelo seu lugar, pela cor da sua pele. Mas quando ela chega a sua casa... a gente cansa de ver isso com o Coletivo Papo Reto: uma pessoa foi atingida, ferida ou morta... os que ficaram não têm tempo de sentir dor, porque eles têm que juntar as pessoas, parentes... para fazer vaquinha, para tentar pagar o enterro da pessoa, porque morrer é caro. E aí no momento seguinte, é tão doloroso porque a pessoa na favela morre várias vezes, ela está no meio da situação de violência e leva um tiro, e o Estado treinado, diante de uma consciência racista, ao invés de assumir que diante de uma operação uma pessoa foi executada, normalmente forja com uma quantidade de droga, com uma pistola velha, porque a sociedade vai abraçar, nos

ensinaram dessa forma. O racismo estrutural faz a gente olhar: “Estava com uma droga, estava com uma arma. Tinha de morrer realmente”. E muitas vezes essa pessoa foi assassinada, morre o seu corpo. Mas imediatamente tem de ter mobilização para tentar garantir que não assassinem a sua imagem, que vai para o censo comum, “Era bandido, tinha de morrer.”. E depois a gente ainda tem mais um assassinato, que é o assassinato cometido pela Justiça, que não investiga, que deixa para lá, que te faz ser um número. Por isso a gente também trabalha com nome, assassinaram Benjamim, assassinaram o seu José, assassinaram a dona Maria.

E aí a gente tem feito esse trabalho de tentar disputar essas narrativas e recebe no colo uma intervenção federal. Como você bem falou, não somos a cidade mais violenta, e também não é dizendo que queremos intervenções nas áreas mais violentas, porque não é isso, não é esse o caminho, pelo contrário. No Rio de Janeiro, após a intervenção, o próprio Comando Maior à frente da intervenção, falou que o Rio de Janeiro é um laboratório de segurança, e nesse laboratório os ratos sempre são as favelas e as periferias. Só que historicamente a gente sempre viveu a militarização da vida cotidiana, principalmente sempre que tem mega-evento, desde o PAN em 2007, se eu não me engano. Até hoje, sempre que tem um mega-evento a gente vira laboratório de algum meio de segurança. O mais recente foram as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, a maioria agora falidas, e as que não faliram, já viraram articulações, grupos de milícias em alguns territórios. No momento seguinte, a gente tem o idealizador disso tudo, à época o governador Sérgio Cabral, afogado em escândalos gravíssimos. E por fim toda a estrutura falida; a violência maior hoje do que antes, quando não havia a UPP, e o maior símbolo da ideia de política pública, o teleférico do Complexo do Alemão, há mais de um ano e três meses fechado, inclusive com partes dele caindo dentro da casa dos moradores. Onde se conclui que nunca foi para nós, porque nunca foi com a gente. Nunca houve uma reunião; nunca ninguém disse: “Vamos pensar Segurança Pública de vocês”. A gente não quer nada de teleférico, porque a gente ainda está pisando no esgoto. A gente ainda está pisando no sangue da nossa população, e a gente olha para o alto e vê essa coisa aqui em cima que hoje já nem funciona. Então não teve o “com a gente”, só chegou de fora para dentro mais uma vez empacotado. Porém, antes disso, a própria Maré, a Rocinha, o Jacaré, o Alemão, que são grandes complexos de favela do Rio de Janeiro, já haviam sofrido essas intervenções militarizadas.

Segundo dados públicos, dados oficiais, a intervenção do Exército no Complexo da Maré, alguns anos atrás, quando ele ficou mais de um ano dentro da Maré, essa ocupação custava mais de um milhão de reais por dia. Façam as contas. É bizarro. Nem o alemão, nem a Maré, nem qualquer favela do Rio de Janeiro e até do Brasil, recebeu um milhão de reais por dia em educação, saúde, cultura. Mas a gente recebeu, — para ser militarizado.

E nesse processo do trabalho que a gente tem feito, o Coletivo Papo Reto tem trabalhado com construção de dados, a especialidade do nosso trabalho. A gente ficou conhecido entre o setor social, no sentido de que o Complexo do Alemão, historicamente, vive muito o confronto dessa ideia de guerra às drogas; o enfrentamento direto dentro do território; com muitas vítimas; com muita violência. E em certo momento da vivência da realidade do Complexo do Alemão, a gente teve um cenário onde uma mãe e uma filha foram baleadas dentro de casa, em uma localidade do Complexo, pela mesma munição. A mãe faleceu, a filha ficou gravemente ferida. A gente teve o assassino de uma outra criança de dez anos, o Eduardo de Jesus, um caso que ficou nacionalmente conhecido. A gente teve pessoas baleadas dentro da escola, dentro da lanchonete, pilotando o transporte alternativo dentro da favela. Aí gente falou: “Não existe mais o ‘espaço do seguro’”; Essa ideia de “bala perdida” já chega a qualquer lugar: dentro de casa, dentro do seu

trabalho, dentro da sua escola...Então a gente precisa tentar mostrar quem está fazendo isso com a gente. E aí o Papo Reto se organizou. Somos oito pessoas. Nós nos dividimos em um grupo de ia para a rua, e um outro que ia ficar no monitoramento de quem estava na rua, e a gente começou a cobrir com áudio-visual o conflito dentro da favela. Imediatamente a gente pegou situações gravíssimas, bizarras! Execuções sumárias cometidas pela polícia; agressão de pessoas já rendidas; extorsão; sequestros; desaparecimentos... Começamos a denunciar, e isso trouxe dois pontos para o Coletivo Papo Reto. O primeiro foi que a gente foi muito ameaçado pela estrutura de polícia do Rio de Janeiro, e o segundo que a gente conseguiu reascender um debate de segurança pública a partir do momento que a gente tinha uma tecnologia que a gente mostrava: “Você não acredita na minha voz porque eu venho da favela, por causa do meu endereço. Mas olha aqui o que eu tenho. Essa é a realidade da Segurança Pública quando ela chega para nós”. Aí a gente começou a se especializar. Hoje a gente trabalha muito com treinamento de indivíduos que são ativistas em direitos humanos, coletivos e grupos que precisam pensar, tanto a cobertura, o uso de tecnologia para denunciar violação de direitos humanos no espaço de conflito, como também para pensar a proteção dessas pessoas. E a gente tem feito conexões com alguns grupos em algumas regiões do mundo, principalmente entre a América Latina, que acaba sendo explorada pelo poderoso mercado que vai além das drogas, que é o mercado das armas, o intocável, que a gente não consegue nem falar porque a droga a gente ainda consegue uma entrada para falar. Mas da arma você não consegue. É muito difícil.

E aí a gente tem se articulado com alguns grupos na Colômbia, Venezuela, que também vivem situação semelhante a da exploração da chamada guerra às drogas para controle dos nossos corpos. E temos discutido também em sete estados americanos, com o movimento Black Lives Matter, numa parceria para tentar construir o caminho das drogas e das armas no mundo, para a gente trabalhar com dados, porque a favela, a rua, a periferia, a gente é formado em “Ruologia”, bacharel em “ciências perifaveladas”. Então a gente também está construindo coisas, está fazendo nossos dados. E nós estamos trilhando e construindo nós por nós, essa disputa narrativa, inclusive com pontos determinantes para poder tentar impactar de alguma forma a realidade que a gente vive, como por exemplo, você saber que no Complexo do Alemão ou em alguma favela do Rio de Janeiro, existe um fuzil AK-47. Enquanto a sociedade inteira está preocupada que haja um menino com uma AK-47 na mão, dentro do complexo do Alemão, eu estou preocupado em saber como é que tem uma AK-47 dentro do Complexo do Alemão para o menino pegar. E aí é muito mais grave ainda que uma AK-47, que nem é do Brasil. Ele viaja, passa por países, estados, cidades e vira uma guerra quando ele entra no Complexo do Alemão. Antes disso ele não era uma guerra, ele não era um problema, ele nem era monitorado. E aí quando ele está na mão daquele moleque, olha que louco, o fuzil já viajou por mais lugares do mundo do que o moleque que está com ele na mão que, se bobear não saiu nem do bairro dele. Então isso é muito grave. A gente tem tentado disputar essas narrativas, fazer essa inversão da chave de ver. Mano, a favela não é o problema, a favela é a solução, a periferia é a solução, e a solução periférica não se resume a Rio e São Paulo, pelo contrário é olhar para outras áreas do Brasil, onde a violência acontece de forma gritante, mas não tem os holofotes que tem na cidade que a gente vive. Então a gente como favela, como periferia, como aldeia, como quilombo temos que enegrecer a nossa realidade, nos conectarmos, nos fortalecermos, porque ninguém está preocupado com a nossa realidade a não ser nós mesmos, sangrando, sofrendo, fazendo vaquinha para conseguir enterrar alguém nosso. Então o Papo Reto e o Movimento estão, — a gente faz muitas outras atividades, obviamente, de cultura, de fortalecimento do território, mas dentro do tema que a gente tem discutido, a gente tem tentado construir essa narrativa, sobre o que é a política de drogas para nós, o que

isso impacta para nós, e o que nós queremos com isso, temos tentado fortalecer, fomentar esse debate dentro da nossa realidade, e como Coletivo Papo Reto a gente está fazendo essas redes de enfrentamento, de construção de material, que possa ser aceito como denúncia jurídica, que seja aceita como prova pensando em proteção dos indivíduos que fazem esse tipo de trabalho, e entrelaçando para além do Rio e São Paulo mas com outros grupos através da comunicação independente, uma resistência, uma união nacional, para que a gente possa se fortalecer. Eu tenho essa tatuagem aqui no meu braço, e nela está escrita: “Acredite”, desse tamanho. Mas não é porque eu acredito muito não, e não é porque eu uso óculos para poder enxergar não, pelo contrário, e porque eu desacredito todo dia quando vejo a notícia da Marielle, a gente estava no fórum em Salvador, o Fórum Social Mundial, chega a notícia do assassinato da Mari, e no dia seguinte está todo mundo voltando do jeito que dá para o Rio de Janeiro. Aí a gente tem, dois dias depois, o assassinato no Complexo do Alemão. Isso todo dia desanima a gente. Só que aí a gente se conecta, vai conhecendo trabalhos, pesquisas, dados, pessoas importantíssimas e é nisso que eu acredito. E ocupar esse espaço e vir falar um pouco do que a gente está fazendo, não para dizer para vocês: “Olha o que a gente está fazendo”, pelo contrário, é para dizer: “Acreditem nisso”. E acreditar é fazer junto com a gente; é nos ajudar; é sair do espaço de privilégio; e abrir espaço para que a gente entre com respeito e com igualdade, porque a gente tem dados; a gente tem ações e a gente tem soluções para a maioria desses problemas. Muitas vezes o que a gente não tem é espaço de fala, e escuta ativa verdadeira de quem está ocupando esses espaços de privilégio. Então, sentar nesse espaço aqui hoje e pensar que esse espaço pode ser dentro de uma periferia, e que dentro de Ceilândia, ou que dentro do Complexo do Alemão, ou em Sussuarana, Capão Redondo, que a gente pode e deve ter estruturas como essa, e que a gente deve fazer debates como esses, porque só assim, no “nós por nós”, nesse espaço que a gente vai conseguir construir mudanças. É nisso que eu acredito, é por isso que eu venho conversar, compartilhar, ouvir e aprender para voltar mais fortalecido e para que vocês saibam que existe essa resistência, para que nós saibamos que existem essas resistências, e assim a gente acreditar, que apesar de tão dificultoso, e tão dura como está a nossa realidade, existem esses pontos de conexão que estão resistindo mesmo diante de toda essa parada. Estamos juntos, eu falo para caramba.

COMENTÁRIOS

Bom, excelente o vídeo, depois eu vou baixar para repostar também, da Andreia. Maravilhoso. Algumas falas que foram compartilhadas aqui, eu fiquei refletindo, tanto quanto o Movimento quanto o coletivo Papo Reto, que são dois projetos de grupos que eu faço parte lá no Rio de Janeiro. A gente veio no último ano estudando bastante sobre política de drogas no campo nacional e internacional, e trabalhado muito com a redução de danos, levando, tentando explicar ao máximo, multiplicar o que significa e a importância desse tipo de pensamento mais humanizado, do cuidado, do respeito de valorização dos direitos das pessoas. E ao mesmo tempo no cenário atual que a gente vive no país, está realmente muito difícil a gente fazer esse trabalho. Lá no Complexo do Alemão tem o CAPS AD muito próximo, que a gente trabalha com uma parceria muito potente, mas desde o golpe e o desmonte dessa estrutura de trabalhar o cuidado, de trabalhar o direito, a gente tem visto o quanto tem ficado mais difícil de conseguir avançar nesses trabalhos, e ao mesmo tempo, no próprio sistema comum de saúde. Clínica da Família em outros espaços onde parte do trabalho que a gente estava fazendo para pensar redução de danos, é o diálogo com as pessoas que ocupam os cargos trabalhar esses espaços, porque muitas vezes, como o próprio vídeo trouxe essa reflexão, por várias vezes a gente vê pessoas que moram, que estão em situação de rua, e normalmente vão buscar ajuda

no espaço como esse, e são imediatamente ligada às drogas, sofrem racismo ou preconceito, são colocados no canto do atendimento, quando não expulsas daquele espaço pelos seguranças das unidades, e não podem, não tem o direito de ter uma dor de cabeça, de se sentir mal, já recebem: “Ah, essa pessoa é usuária de drogas”, e a gente estava fazendo esse trabalho de construir uma comunicação que mostrasse que quando essa pessoa chega em uma UPA, em uma Unidade de Pronto Atendimento, ou em um postinho da família, ela tem que ser atendida porque quando colocaram o CAPS AD perto do Complexo do Alemão, todo mundo começou a trabalhar o estereótipo e qualquer pessoa que fosse buscar um atendimento nesses espaços comuns, que estivessem em situação de rua, ou que estivesse com uma roupa humilde, as pessoas já direcionavam para o CAPS, sobrecarregando o trabalho do CAPS, “Vai lá para o CAPS”; “Procura o CAPS”, e não fazendo a triagem, não fazendo o atendimento básico, o primeiro acolhimento a essas pessoas. E a gente estava trabalhando muito a redução de danos, inclusive no fortalecimento das pessoas que trabalham com diferentes áreas da saúde ou serviços públicos dentro ali no Complexo do Alemão, e estava muito potente, mas diante de situações onde a gente tem hoje Osmar Terra cuspidando loucuras que ele inventa, e isso reproduzido em âmbito nacional pela mídia hegemônica, por outros e outras pessoas envolvidas com o governo golpista, é muito duro, e muito problemático, e faz ser cada vez mais desigual.

Sobre a situação de Roraima, gravíssima, eu não tinha ideia, e isso eu acho que diz muito do contexto do debate que a gente tem conversado aqui. Lá no Rio de Janeiro, principalmente, a gente que trabalha com comunicação, que está conseguindo costurar espaços de dar visibilidade a nossa realidade em uma contra narrativa a uma mídia hegemônica que historicamente só nos mostravam como problemáticos e violentos, a gente também tem tentado discutir essa situação, e meio que literalmente, essa é a palavra, destruir esse eixo Rio-São Paulo e mostrar um outro Brasil, e isso dialoga muito com a minha colega lá de Fortaleza, porque se você subir qualquer favela do Rio de Janeiro, ela é nordestina, ela é indígena, ela é negra. Por quê? Porque se criou aquela ilusão de Rio São Paulo anos atrás, de como os lugares que estão se desenvolvendo, vamos para lá todo mundo trabalhar, e todo mundo larga as suas casas em outras áreas do país e vai para o Sudeste. só que era puro *marketing*, como sempre. Vendendo o Rio turístico; vendendo São Paulo empresarial, e aí você chega àquele lugar, há quantidade enormes de pessoas; não tem emprego para todo mundo, e as pessoas vão sobrevivendo nos espaços que tem, fazendo da favela nordestina totalmente, Norte e Nordeste. E aí é um processo muito louco, porque há preconceito, inclusive no próprio Rio de Janeiro, com pessoas. Se você tiver um sotaque do Nordeste no Rio de Janeiro, você já sofre preconceito, sacou? É louco. E às vezes é um cara, uma mina que veio do Norte, que veio do Nordeste há mais tempo, e aí pegou essa ideia do “carioquês” É muito duro, é muito grave as diferentes reduções que a gente vive no Rio de Janeiro, principalmente com a origem que a gente tem, periferia, favela, negro, indígena, quilombola. Então muito grave, e eu acho que a provocação é coletiva da gente tentar cada vez mais olhar para o que está acontecendo em Fortaleza, olhar para o que está acontecendo em Roraima, Pará, discutir todas essas questões gravíssimas. Eu vou falar sobre Fortaleza por que as outras falas foram colocações importantíssimas, mas sobre Fortaleza a gente tem feito alguns trabalhos lá nessa parceria. Você estava nesse treinamento da Anistia? Ou não? Mas eu estava lá também, a gente trocou essa ideia. A gente também faz muita conexão com um coletivo chamado Na Tora, com a galera que está lá na correria tentando resistir a todo esse processo, jovens ocupando espaços públicos abandonados, fazendo rede, disputando essas paradas todas, e ao mesmo tempo a gente já participou de algumas outras ações, eu como ativista, como Papo Reto com grupos, principalmente a partir do Rap, que eu também

tenho uma conexão muito grande com a galera do Rap, de fazer alguns diálogos em diferentes periferias, porque é muito triste a gente ver em uma realidade o que está acontecendo hoje em Fortaleza, o que era o Rio de dez, quinze anos atrás. No Complexo do Alemão por exemplo, que tem duzentos mil pessoas, dezesseis sub-localidades, o pessoal da área A não ia à área B porque era um grupo, pequenas gangues. Hoje não. E é o que está acontecendo lá. A gente vê pelas esquinas a juventude se matando. E aí o Estado aproveita através da consciência da militarização do capitão do mato, da polícia; aproveita que ambos estão se matando e já vem passando o rodo em todo mundo.

Então é muito grave e é muito urgente que qualquer pessoa que tenha alcance midiático; que tenha espaço de fala potente; que consiga mobilizar de forma nacionalmente; que atente para o que está acontecendo em outras regiões do país, porque isso dialoga diretamente com o que está acontecendo na realidade do Rio de Janeiro, do Complexo do Alemão, porque a juventude está se matando em Fortaleza, independentemente do nome que os grupos tenham lá, por causa de Comando Vermelho do Rio de Janeiro, PCC de São Paulo, e a gente tem essa quantidade de pessoas se matando por conta de como é destrutivo algumas coisas que vêm desse eixo Sudeste. Então é importantíssimo que a gente olhe, volte. Faça o trabalho contrário de ver o que é o surgimento de um Brasil, porque o Brasil vem de lá para cá, e quando chegou aqui a gente se achou. Agora é Rio e São Paulo, e ignoramos todo o resto. A gente precisa fazer esse caminho contrário, e se conectar como periferia; buscar a nossa raiz, a nossa ancestralidade, e aí sim, tentar construir alguma mudança. É isso.

DIÁLOGO 2

Corpos em disputa: uma
discussão interseccional
das diferenças



JAQUELINE GOMES DE JESUS

Minicurrículo

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília - UnB. Pós-Doutora pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV Rio. Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ). Ocupou o cargo de Assessora de Diversidade e Apoio aos Cotistas e Coordenadora do Centro de Convivência Negra da UnB entre 2004 e 2008. Foi Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (gestão 2013-2016). Agraciada em 2016 com o Prêmio Rio Sem Homofobia, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e em 2017 com a Medalha Chiquinha Gonzaga, da Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro.

EXPOSIÇÃO:

Quero começar fazendo alguns agradecimentos: à Sandra Sposito, companheira de outras lutas, de outras caminhadas. À Dora Bertúlio, que também é companheira de caminhada contra o racismo, por estar comigo na construção de cotas para negros na Universidade de Brasília, e à Symmy Larrat, irmã na luta transfeminista, em que nos encontramos. E também obrigada a vocês psicólogas, psicólogos, estudantes, pessoas que se interessam de alguma forma pela nossa ciência, profissão.

É uma honra para mim estar aqui de volta ao Seminário; mais uma edição do Seminário Psicologia e Direitos Humanos, e na minha terrinha natal, Brasília. Hoje eu sou uma carioca nascida em Brasília. Eu amo o Rio de Janeiro; amo o caos da minha cidade maravilhosa. Infelizmente eu não voltaria neste momento para Brasília, apesar de ter sido Brasília que me deu formação e que me possibilitou muita caminhada até eu chegar aqui, muita caminhada mesmo, não só no sentido positivo, também muitos desafios. Eu nasci aqui. Cresci na Ceilândia. Venho de uma família com registros do século XIX, a minha família materna lá de Minas Gerais; família de “mulattos”, que redigiam no século dezenove com dois T. Eu descendo de uma antiga família de pessoas negras que vieram para construir Brasília.

Falar de mim. Essa é uma atitude feminista!

Um pouco de posicionalidade: depois de me tornar psicóloga, depois de uma longa luta das minhas ancestrais que eu pude contribuir com isso e conhecer tanta gente boa. Eu comecei na militância em Direitos Humanos em 1997, quando minha mãe morreu. Ela era professora de uma escola na Ceilândia, no Setor O, no Centro Educacional número nove, também conhecido como Duque. A minha formação foi bem rica ali porque tinha uma biblioteca. Além de ela ser professora de ensino religioso, ela também cuidava da biblioteca, então eu tinha uma biblioteca na minha infância em que eu podia ler, estudar... O que me levou a ter uma formação que me ajudou muito.

Minha mãe foi a primeira pessoa da família a entrar num curso superior aqui na Universidade de Brasília (UnB), na Pedagogia, e quando minha avó e meu avô vieram com meus treze tios aqui para Brasília, eles receberam um terreno na frente da UNB, que quando se passa na frente da FINATEC, vê-se um lote de árvores altas. É ali que minha avó mora. Eu cresci por ali e também no Setor O, da Ceilândia. Como eu já disse, a minha militância começa em 1997. Eu conheci o grupo Estruturação de Brasília. Cheguei a ser presidente do grupo e nessa época, como eu iniciava a minha graduação, era muito comum no curso que se dissesse que eu tinha

que decidir se eu era militante ou se eu era acadêmica, porque eu estudava e já pesquisava, e entendia que tinha que aplicar os meus conhecimentos acadêmicos ao movimento e o que eu aprendi no movimento à academia.

Moscovici traz esse ensinamento quando ele fala da Teoria das Representações Sociais. De qual pensamento, de qual produção de conhecimento que a gente está falando? Precisamos compreender isso para que a gente não reproduza uma das verdades, que são construídas, como se fosse “a verdade”, como “a verdade” que é construída com relação às religiões afro-brasileiras no Brasil racista. É muito comum, nós somos um país que pratica epistemicídio da população negra. Epistemicídio é um conceito que foi usado pela Sueli Carneiro, uma das maiores filósofas da América Latina para pensar as questões étnico-raciais. Uma mulher negra. E ela fala exatamente isso: que se assassina a todo momento o pensamento da população negra, e isso se dá com diferentes populações. O conceito foi primeiro abordado pelo Boaventura de Souza Santos. Então, a gente pensa em tudo de conhecimento e de informações e de construção de saberes, fazeres, que, por exemplo, o candomblé pode nos trazer.

O conceito de encruzilhada, eu gosto muito dele. o tema da nossa mesa é sobre intersecção. Eu leio em vários sentidos a intersecção, o que também inclui a ideia de encruzilhada, como um lugar onde a gente pode se encontrar, pode entrar em conflito, pode aprender e seguir em frente.

Existem muitos aprendizados do pensamento afro-brasileiro que podemos abordar para tratar de outras verdades, para além, no caso, de verdades eurocêntricas, verdades racistas. O pensamento negro, na perspectiva dessas verdades, é considerado muitas vezes como “primitivo” e que, portanto, não deveria ser levado em conta, desconsiderados por ser fantasioso ou pueris, na visão dessas verdades, que aliás não se veem questionadas também como verdades. Recomendarei até uma leitura de Schopenhauer, para quem quiser se aprofundar, como é a construção das verdades. Primeiro as novas verdades são definidas como algo ridículo, em seguida elas são aceitas, mas como algo que não vai se efetivar e, finalmente, são aceitas como verdades. Então, pensem só, ainda hoje, e quando eu digo hoje estou sendo bem literal, nós temos que lidar com o pensamento racista, eurocêntrico, que considera determinadas formas de produção do saber como inferiores epistemologicamente a outras. Qual é o nosso papel, aqui no jardim da psicologia? Como podemos enfrentar isso?

Ali atrás a gente estava conversando, eu e a Dora, sobre o tema da mesa e a gente teve visões, a princípio, diferentes. Engraçado, não é? As visões se completaram uma à outra, sobre corpos em disputa. E a Dora trouxe uma visão que eu entendi como mais econômica, que eu gostei muito. Dá a ideia também de que recursos estão disponíveis, e que a gente tem que disputar esses recursos, mas sobre isso ela vai aprofundar um pouco mais na sua fala, que é a da questão racial. Não é à toa que o maior detentor desses recursos é o sujeito universal, que tradicionalmente é o objeto de estudo da psicologia: o homem branco, cis, hétero, casado, com filhos, classe média-alta, e toda listagem aí que a gente tem.

Esse é o detentor dos recursos. Como a gente lida com essa realidade? Como a gente enfrenta essa questão do privilégio? Porque nós, que somos alvos da discriminação e da estereotipia negativa, queremos sair do lugar onde estamos, em espaço desprivilegiado em que os recursos não são acessados de forma integral. Mas para quê o homem vai sair do lugar dele? Do lugar de privilégio? Quais são as estratégias que nós devemos criar para enfrentar essa lógica do privilégio? E até que ponto o privilégio importa nesse debate? O privilégio como algo factual, como algo radicalmente ligado à própria “natureza” do sujeito, que não escolheu estar nessa situação. Seja como mulher negra favelada, Marielle Franco, seja como homem branco

em espaço de poder, Michel Temer, que não escolheram estar em determinadas constituições de sujeitos, puxando um pouquinho a leitura marxista da Cecília Coimbra, são sujeitos, como aqueles que de fato são sujeitados pela própria constituição da sociedade, da superestrutura. Como que a gente lida com isso no dia a dia? Com essa factualidade?

Aqui a gente está se aproximando dessa discussão do Sartre sobre o fato de nós sermos radicalmente livres, porque não é o nosso privilégio que determina as nossas possibilidades de ação. É o fato de que nós podemos algo sempre e parece que nós não temos nenhuma opção... nós continuamos tendo alguma opção. E aí a gente pode voltar um pouquinho em algumas reflexões que muitas vezes a Psicologia não traz e não se aprofunda, porque a nossa Psicologia ainda é fortemente influenciada pelo pensamento judaico-cristão, por mais que não queiramos.

Não é à toa que nós temos sintomas dessa nossa influência como aquilo que se chama *psicologia cristã*, que por ser cristã não pode ser Psicologia, assim como não poderia ter psicologia de outras religiões, porque a gente está falando de uma ciência e profissão. Mas, muitas vezes, no nosso saber-fazer em Psicologia nós reproduzimos certas lógicas de um determinado pensamento, pensamento judaico-cristão, e que uma base dele é a ideia da construção maniqueísta de bem e mal, e que eu acho que foi superada, não é? Acho que a gente já avançou um pouco, mas há outras questões que eu acho que ainda não foram tão enfrentadas.

Por exemplo, qual seria a opção, ante à possibilidade da interrupção de uma vida? Já diriam os filósofos gregos antigos que você pode optar por morrer. É uma opção, mas como a gente lida com isso? Com a nossa constituição pessoal e profissional? Como psicólogas e psicólogos lidam com o fato de que vivemos numa sociedade racista, sexista, machista, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica, gordofóbica, e tudo o mais? Como a gente enfrenta a isso, de fato? A gente tem instrumentos, para além dos psicologismos, para permitir então o nosso trabalho, que não é dar uma resposta certa para a pessoa. É permitir que ela tome decisões esclarecidas. A pessoa ou os grupos, não é? A Psicologia foi constituída como ciência moderna para servir não os indivíduos mas as instituições, e hoje muito mais as organizações e corporações. Essa Psicologia se reinventa para tentar contribuir de alguma forma nesse mundo que nós vivemos. Às vezes, eu sou bem pessimista, e eu tenho sido com muito mais frequência. Eu acredito que nós temos que construir ainda muitas respostas. Acho que nós temos que refletir e por isso a ideia do conflito. A ideia de que nós temos que enfrentar esses problemas, reconhecê-los e criar estratégias para enfrentá-los, porque eu acho que as questões ainda não estão plenamente compreendidas. Por enquanto ainda é muito mais fácil nós recebermos o discurso construído.

Discursos fáceis, discursos genéricos sobre o que é coletivo, o que é movimento social, o que é democracia e que muitas vezes não nos ajudam a construir de fato essa precária, mas única possibilidade de diálogo e de transformação coletiva, que é a democracia. Nós enfrentamos isso cotidianamente. Até que ponto nós na Psicologia, para além de discutirmos a importância dos direitos humanos e da democracia, e das diversidades, até que ponto nós de fato, além de visibilizar e de pensar o outro e os outros como tema e como assunto, e até com fetiche, a gente os pensa como sujeitos que também produzem conhecimento? O outro que não está aqui. A pessoa que não é branca, a pessoa que não é cis, a pessoa que não é heterossexual, teoricamente, a pessoa que não é de classe média-alta, a pessoa que não é moradora de região central de Brasília. Como a gente tem de fato construído estratégias para isso? Estratégias que não dependem só de boa vontade, mas de como lidar com as economias. Economias sobre os corpos, economias dos afetos, das seleções, dos concursos públicos, das seleções docentes.

O movimento negro construiu no Brasil estratégias, — que aí nós participamos dessas estratégias de ações afirmativas, — que têm caminhado, mesmo que tardiamente, como quase tudo dos direitos humanos na história do Brasil, mas que têm caminhado. Particularmente quando a gente toca em um dos tipos das ações afirmativas, que são as cotas. Nós avançamos desde a reserva de vagas no ensino superior com relação à graduação. Agora há um debate sobre a pós e ainda teremos de ter um debate sobre as seleções docentes e a reserva de vagas, agora com relação aos servidores públicos e os técnicos dos concursos públicos, que, na verdade, afetaria a seleção dos docentes só que por estratégia dos departamentos, fragmentam-se as vagas e muitas vezes não se coloca número suficiente de vagas para que haja cotas para negros nas seleções docentes. Isso é uma discussão estrutural que nós temos que enfrentar. É uma discussão política. Então, a Psicologia também tem de estar engajada nessa discussão e esperar que tragamos respostas.

Como é que a gente se engaja nessa discussão? Até porque as pessoas não esperam que a gente participe dela. A partir dos estereótipos que existem sobre a Psicologia, de qual é o nosso papel, que a Ana Bock até comentava muito sobre uma conversa que ela costumava ter com o Ziraldo. Para quem ela já contou essa história? Aliás, o Ziraldo não. O Henfil. Que ele fez uma charge de um psicólogo atendendo no consultório e era um psicanalista, atendendo alguém num divã. E ela falou: “A Psicologia é muito além disso”. Aí ele respondeu: “É, mas não sou eu que tenho de construir essa representação, são vocês”. Vocês, nós, psicólogas e psicólogos como a Sandra, que fazemos coisas que eu acho que têm alguma relevância.

Eu trabalho como professora de Psicologia no campus Belford Roxo, da Baixada Fluminense e acredito que faço alguma coisa que provoca uma transformação, a partir do nosso lado, que é o dessa ciência-profissão. Já é um grande trabalho ser professora em um lugar em que, como me perguntaram há uns anos: “Professora, como é dar aula, você que é mulher, negra, trans, que não é natural do Rio de Janeiro, para os estudantes brancos de classe média-alta”? Olha que interessante, o estereótipo do aluno de universidade pública que vem de um padrão e que é geralmente esse padrão mesmo. Eu respondi: “Os meus alunos e as minhas alunas, pelo fato de eu ser professora na Baixada Fluminense, são na maioria mulheres negras da periferia, de todas as idades, que me trazem um grande desafio. O primeiro diferencial é que elas me têm como referencial de uma professora negra, e de trazer pautas que não se espera que cheguem à Baixada, às regiões periféricas”.

O nosso *campus* é de economia criativa. Os Institutos Federais funcionam de maneira diferente das universidades. A gente tem mais autonomia em cada *campus*, e temos de ter focos. Então, o meu foco foi aquele designado para economia criativa. Quando eu fiz o concurso, eu fiz para o *campus* de Nilópolis, o meu concurso foi na área mais especificamente da Psicologia da Educação. Mas logo que foi publicado o resultado de minha seleção eu recebi um telefonema do diretor do *campus* Belford Roxo, Fábio Silva, propondo-me o seguinte: “Ao invés de ir para o *campus* de Nilópolis, — que é um *campus* bem antigo e conhecido no Rio, por quem sabe do instituto, você não quer vir para o Belford Roxo, trabalhar com o pessoal da economia criativa?” E eu achei super interessante, porque eu poderia conviver não só com colegas psicólogos, pedagogos mas também com pessoas que eu nunca esperaria trabalhar, da área de moda, do design, do empreendedorismo, de gestão, das artes, por exemplo. E realmente estou convivendo. E tem sido extremamente rica essa experiência.

No *campus* nós temos muitas discussões, nossos horizontes de pensamento são diferentes. A gente não tem essa experiência de convívio com pessoas que vêm de áreas diferentes, de vi-

sões diferentes, mas repito: “Eu tenho aprendido muito”. E isso tem uma grande importância, não só para mim, mas também para a forma como eu leciono e como eu me relaciono com os estudantes. E isso com certeza também é uma transformação para esses colegas, que não tiveram essa experiência de convívio com alguém da área de Psicologia que não fosse apenas o estereótipo da profissional atendendo uma pessoa no divã. Isso também é uma forma de atuação política. Apesar de que eu não me centro só nela, também tem outras frentes de atividade política no sentido amplo dessa política como cidadã, como habitante da *polis*.

Foucault trabalha esse termo grego, *khora* que é uma referência para as pessoas que vivem no lado de fora da muralha da *polis*. Geralmente se constrói a ideia de identidade pensando em quem está dentro da *polis*: os cidadãos. E já é problemático o conceito de cidadania, porque ele também considera, retomando as ideias de Cecília, quem é reconhecido no modelo de cidadania, que não inclui todos. Os gregos, que primeiro construíram esse conceito, não atribuíam cidadania a todo mundo ali. Mas a homens com papéis específicos lá dentro da *polis*. O resto, mulheres e outras populações, não estavam incluídos. A gente está olhando por enquanto só dentro da muralha e não imagina quem está morando também do lado de fora dela, e aos quais Foucault se referencia para pensar em como lidar com a alteridade, porque não necessariamente essas pessoas estão fora da cidade, eles estão às margens da cidade, que é aquele conceito que Moscovici vai trabalhar na Psicologia das Minorias Ativas: as pessoas que estão nas margens não estão totalmente excluídas; elas fazem parte dessa sociedade. E qual é a relação da cidade com elas? De quem está lá no centro, na ágora, com essas pessoas? Como é essa relação?

Moscovici vai refletir sobre isso a partir do conceito de minorias ativas, pensando na relação entre influência e poder. Essas pessoas nas margens não têm poder, porém elas têm influência.

Talvez essa seja uma estratégia, e aí eu jogo uma semente, para concluir minha fala, de nós tentarmos entender melhor não só o conceito de visibilidade, ou em outros termos, querer entender o outro, pesquisar e conhecer, mas superar a visão dele como objeto. Entender o outro como um sujeito de conhecimento, mas não só isso, entender como produtor de conhecimento. Precisamos criar condições efetivas para que o outro seja produtor de conhecimento. Como eu sempre falo, dentro dos partidos políticos, por exemplo, que não haja só a lei de cotas para as mulheres do mínimo de trinta por cento, que não é respeitada pelos partidos, ou que quando é respeitada formalmente não garante recursos para que essas candidatas concorram em pé de igualdade com os candidatos, e que são usadas muitas vezes como laranjas. Isso não é representatividade. Representatividade é investir para que elas sejam candidatas efetivas, e o mesmo cabe na academia, na nossa área da Psicologia, nos locais de trabalho onde nós estamos.

Como empoderar, no amplo sentido de empoderamento, não apenas no subjetivo, mas econômico, político, para que nós empregemos pessoas que vêm de grupos sociais historicamente discriminados, para que elas tenham os seus pontos de vista reconhecidos não só citados estereotipadamente. Como trabalhar para que aquele que fala sobre o mundo não seja só o sujeito universal, o homem branco, cis, casado, de classe média alta, etc., mas também as mulheres negras, LGBTQs, de periferia, população indígena, candomblecistas, pessoas de diferentes horizontes ideológicos, que possam não apenas falar de si, mas do mundo também; da política; da economia; da cultura, e ocuparem espaços.

Isso é representatividade, que nós não sejamos apenas assunto. Que nós tomemos a cena; falemos por nós e ocupemos lugares que são reservados apenas para as pessoas que dificilmente vão sair do seu lugar de privilégio.

Então, psicólogas, psicólogos, e quem não se identifica com esses termos binários, vamos pensar nisso? Vamos refletir em como lidar com os privilégios? Voltando um pouco ao ensinamento da Cida Bento: a gente estuda bastante racismo, podia estudar mais, mas estuda bastante. Vamos tentar pensar os ideários de branquitude. Vamos nos aprofundar nisso, por que é importante que o branco se nomeie? Se alguns dos colegas psicólogos brancos se nomearem como tais, se alguns dos colegas psicólogos cis se nomearam como tais, é importante que se nomeiem, porque isso é uma questão política. E se não há esse nome sendo colocado é porque a gente continua invisibilizando algumas populações e reforçando um estereótipo laboral. A gente tem que repensar isso. Repensar é o começo, para que a gente faça alguma coisa para transformar isso. Muito obrigada.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde a todas as pessoas, para ficar no todas.

Gente, eu estou presidenta da ABGLT. E por que eu digo presidenta? Porque eu sou uma presidenta travesti, e acho que é importante significar isso.

A ABGLT é a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). A gente vai falar desse campo, desse lugar. Foi essa militância que me levou a diversos lugares. Foi a minha identidade que me levou a outros lugares. Foi a minha identidade de gênero que me tirou de um processo da empregabilidade e me colocou numa esquina, mas foi a minha militância que me levou a diversos lugares. Eu saí lá de Belém do Pará, fui a Brasília, fui a São Paulo para coordenar um programa, que foi a potencialidade do Transcidadania, e agora à Bahia, em Salvador, e coordenar um projeto lindo, porque enquanto todos os fatos estão recuando na política LGBT, o estado da Bahia é ao único a dizer: “Não! Nós vamos potencializar essa pauta.”. E é com muita honra que vou a esses lugares.

E é desse lugar que eu falo. É dessa experiência que eu vou falar, da construção da minha identidade como travesti e como militante. Então é desse local e desse saber que a gente está tratando. Fomos para o tema corpos em disputa. Eu fiquei pensando um tempão, vim viajando e pensando nesse tema. Não sei se os corpos estão em disputa ou se a gente está disputando para sair de uma tutela em que as pessoas querem colocar nos nossos corpos, porque há um incômodo geral. Há um incômodo que essa sociedade em que nós vivemos, esses sistemas de hoje, e todos os outros que nos antecederam, colocam diferenças. Eles dividem as pessoas para manter o poder de poucos. E existem diversas formas de diferenciar essas pessoas. Eles vão criando diversas formas: questão de classe; questão de raça; de gênero... diversas questões para dizer quem pode estar naquele espaço, quem tem o direito a aquisição de certos bens e criar em outra grande parcela da população o ideal de que ela está tendo acesso.

E para a grande maioria que não tem acesso ele dá o quê? Dá a essa categoria a tutela e dá a essa categoria, e dar à micropolítica o poder de dizer que aqueles corpos são descartáveis. São corpos que podem ser assassinados; são corpos que não servem e para manter esse poder. A questão da orientação sexual e da identidade de gênero ela está nesse campo. A gente tem que dizer que algumas pessoas são “pouca vergonha”. Tem um monte de gente safada que quer se vestir de mulher e que está na esquina só porque gosta de fazer sexo. Ou então é um bando de homem safado que quer se esfregar com homem, ou é pecado, é coisa do diabo. Eu cresci ouvindo na minha família que era isso. “Cuidado isso é coisa do diabo”. Ou então dizer assim: “Se você for por esse caminho, você não vai ser nada. Não vai ter trabalho, ninguém vai te empregar.”. Eram duas coisas que falavam em casa. A questão da sexualidade e da identidade de gênero e a questão da militância. “Não vai para esse negócio; “Não coloque esse negócio vermelho aí”; “Não vai te levar para nada”; “Ninguém vai querer te empregar”; “Ninguém vai te querer em canto nenhum.” Então vão colocando na gente essa ideia. É essa ideia de poder que é alicerçada no patriarcado, no machismo, no racismo, e por aí vai. Que vai nos colocar nessa

diferença, que a gente não serve, não presta... Então se a gente morre; se a gente é assassinada com dezesseis facadas; se é colocada uma roupa feminina numa mulher masculinizada, nesse assassinato com vinte e duas facadas, esse corpo não serve. Até parece justiça. Até parece que os assassinos de Dandara no Ceará fizeram justiça, porque eliminaram da face da Terra aquilo que não presta. Então, quando esses corpos vão à delegacia, esses corpos são culpabilizados pelo que sofreram. Por que eu vou reclamar que eu fui agredida, se eu estava à meia noite numa esquina seminua? Por que eu vou reclamar se eu fui ao banco e tive que sair correndo, quase não consigo chegar, porque eu retifiquei meu nome, e até hoje no cadastro do banco há dois nomes, o que me faz ser duas pessoas para o banco. Eu não consigo entender. E todo mês para receber o meu salário é uma luta. Mas por que eu vou reclamar disso? Não sou eu que inventei isso para mim? Esses problemas vão se acometendo, vão se aglutinando e esses corpos não servem para esse processo. Eu não tenho o direito de ter uma conta no banco. Eu não tenho o direito de estar numa escola, porque tem uma pesquisa que diz que grande parte da população não quer um aluno gay, porque nem vai falar de travesti e homossexual, porque nem vai imaginar que a gente pode estar numa escola. Mas os homossexuais não podem estar na escola do lado da criança. Mas a gente pode estar na esquina para esse mesmo pai de família ir lá pegar a gente para fazer um monte de “saliência”, como dizia a minha avó, e muitas vezes nem querer pagar. E se eu ficar louca com ele, o delegado ainda quer me prender! Entendeu?

Há uma série de exclusões que se justificam pela existência de nossos corpos, no caso dos travestis e homossexuais, nós não podemos negar isso. O nosso corpo fala. Eu fico brincando assim, a bandeira de vocês é outra, não é? A minha bandeira é o meu corpo, meu amor, porque quando eu saio na rua eu sou uma bandeira, não adianta, não tem como esconder. E a prática sexual, a prática de cada um e a própria identidade, a orientação dessa pessoa na relação com sua sexualidade. Então, tudo isso é condenável, tudo isso tem que ficar fora do jogo. E há uma galera que para amenizar isso vai dizer assim: “Não, para de bobagem. Não é coisa do demônio, não; não é safadeza. Era só um doente. Então se é doente, eles precisam de cura, tem de ajudar esse povo.”. E tem gente que vai fazer cura com exorcismo na gente. E tem gente que vai dizer: “Não, faz uma cirurgia nela.”. Se até para a gente ter direito, a gente tem que ser considerada doente. Então, se a gente tem o direito a um processo, que é transsexualizador, ele ainda não é o que a gente quer. Ele vai colocar o padrão de homem, vai virar mulher, vai ser recatada e não era nem para estar em pé. Vai colocar a gente num padrão que não é nosso. Porque não precisa ser recatada para ser mulher. Eu posso ser puta, travesti e do bar, não posso? E vou continuar sendo mulher. Então vai colocar a gente nessa lógica.

Então mesmo esse serviço que foi conquistado por nós, que foi construído por nós também, porque nós fomos lá, ele nos coloca nessa lógica. Ele nos dá hormônios que não foram construídos por nossos corpos, foram construídos para os corpos de mulheres cisgêneras. Então, o hormônio que muitas vezes nós tomamos são os que as nossas mães e irmãs tomam. Não foram criados para a gente e tem uma série de impactos na nossa saúde. Deste modo, todo serviço que ainda nos é dado, é dado como uma ajuda, como uma caridade, — porque somos pessoas doentes e estamos adoecendo as pessoas. Nós estamos adoecendo quem está ao nosso redor, nossos familiares, nossos amigos e amigas. Então, a culpa está em nós quando na verdade a ciência deveria estudar como feminilizar e masculinizar esses corpos com tecnologia voltada para essas pessoas. Não com migalhas dadas a nós. A ciência deveria produzir um entendimento para que quando a gente chegue numa unidade básica de saúde o médico não olhe para aquele corpo e pense que é um extraterrestre, porque ele aprende numa aula de anatomia que o corpo de um homem é assim e de uma mulher é assado. Que quando ele olha para um

corpo transicionado, como alguns costumam colocar, ele não vai entender os impactos para a construção dessa masculinização e dessa feminilização desse corpo.

Então, urge que a Academia ceda dessa ausência e comece a pensar a existência desses corpos e comece a pensar e a produzir saberes sobre esses corpos e para esses corpos e dê uma devolutiva para quem durante toda a sua existência não pode existir. Quantas de nós a gente vê por aí. Quantas de nós estão nesse evento? E quantos de nós estão nesse evento. Quantos e quantas de nós, LGBT, como um todo? Apesar de, em especial, eu querer falar dos transexuais.

Quantas dessas pessoas vocês cruzaram na sua atuação profissional ou na Academia? Se não zero, muito pouco, não é? Então, ao não ocupar esses espaços por conta de toda essa exclusão que está relacionada com o patriarcado, com o machismo, a gente não enxerga essas pessoas nos lugares. Então nós não pensamos e não nos colocamos para ela. E os sistemas todos são falhos para a gente. Eu vou citar de novo o meu problema com o banco. Eu estou passando um problema terrível com o banco, mas eu tenho certeza que a Xuxa quando colocou Xuxa no nome dela não teve esse problema. Eu não sei se eu tenho que tingir mais o meu cabelo, ou se eu tenho que casar com Luciano Szafir. Acho que a terceira opção é mais babado, não é? Mas por que o problema? É porque a gente fez uma indecência que foi trocar de nome de homem para mulher. É uma pornografia para as pessoas... e que eles consomem horrores, eles adoram, porque a colega traz isso, porque o Brasil é o país que mais registra assassinato a pessoas trans e é o país que mais consome pornografia trans. E aí a gente vai falar de direitos humanos como uma possibilidade de fazer justiça a toda essa incoerência, mas aí como a gente usa os direitos humanos para chegar até lá, as pessoas começam a dizer que os direitos humanos são para isso: para bandido, para viado, para traveco, e para preso. Só para essa galera, quando na verdade os direitos humanos nem foram feitos para essa gente, porque quem estava lá escrevendo os negócios dos direitos humanos nem pensava que a gente ia usar. Se soubessem eu acho que nem tinham escrito. Se soubessem que ia ter uma travesti em cima de um palco falando isso rasgava, apagava, queimava, mas não escrevia aquela carta. Mas a carta existe! A carta não fala sobre nós. A carta fala sobre todo mundo! Fala sobre os direitos de todos os humanos. Então quando se fala em direitos humanos a gente fala de educação, de saúde, de assistência básica... de tudo isso. E a gente usa os direitos humanos para dizer: “Está vendo como todo mundo é igual? Então, se todo mundo é igual e tem direito a isso, eu também quero.” E é por isso que os direitos humanos estão no jogo e é por isso que a gente prioriza quem não está no jogo quando a gente fala dos direitos humanos. Então, a gente usa os direitos humanos como caminho para a gente conquistar o que outros estão tendo e a gente não está. A gente também quer fazer parte do rolê e a gente vai lá usar nossa senha para entrar. E o que isso tem que ver com a Psicologia? Isso tem que ver com todo mundo. Todo mundo deveria ver direitos humanos para entender o que está fazendo no seu papel diário, na sua profissão, na sua existência como pessoa. Na sua religião também.

O que a Psicologia tem a ver com isso? Por anos a Psicologia serviu para reforçar esse discurso de que nós somos as culpadas, que o nosso sofrimento está em sermos quem somos. Nesse amor que não ousa dizer o nome, como dizia o poeta. A culpa está nisso e a Psicologia vem brilhantemente absorvendo esse discurso de direitos humanos e reconhecendo que esses sofrimentos são causados por uma coisa chamada “preconceito” e que essa doença que as pessoas imputam a nós, na verdade é uma doença de uma sociedade que aprisiona para se vingar e que dá ao nosso país uma das maiores populações carcerárias desse mundo, sobretudo a negros e negras. É um país que diz que é um absurdo o banheiro ser junto, porque se torna perigoso. Se a sociedade reconhece isso, e é notório que essa sociedade está doente, por que

eu vou ter medo de fazer xixi e cocô, gente? Não pode. Isso não é de Deus. Não pode, não dá. Então é essa doença dessa sociedade que o homem diz que a mulher deve ficar em casa e que ele tem de ir a uma esquina se servir de um corpo. É essa sociedade que está doente, essa sociedade que está causando exclusão. Essa sociedade que está dizendo: “Uns podem e outros não podem.”. Esse problema que a gente tem de enfrentar. E como a gente vai enfrentar? Reconhecendo o direito de certas populações. Então, é isso que traz, por exemplo, Resoluções CFP importantes como a Resolução CFP nº 01/1999 e a Resolução CFP nº 01/2018, que vêm reconhecer o atendimento a essa população e vêm dizer não. Não interessa se está lá no CID, eu não vou ficar sentado esperando eles decidirem o que vão fazer. Nós vamos fazer a nossa prática hoje e vamos dizer que não, nós temos de ir no x da questão. A pessoa precisa trabalhar nesse serviço indo no x da questão. Indo no machismo, no racismo, na transfobia, e todas as fobias que a gente sabe. Indo nesse conceito da necropolítica e não culpabilizando essa pessoa, porque senão ela não terá acesso. Então, é de parabenizar essas iniciativas. E já agradecer, porque nós somos usuárias desses serviços, nós sabemos o quanto isso impacta na ponta e reconhecer que a gente tem que enfrentar essa realidade diariamente e em todos os nossos espaços. Não é só no espaço da minha categoria, não é só quando eu fecho a porta do meu consultório e vou servir. É em todos os momentos e todos os espaços. Então, os direitos humanos são algo que a gente tem de levar para quando a gente escova os dentes, para quando a gente faz amor, para quando a gente trabalha, quando dialoga e quando respira. E não só para um título, um seminário ou um momento específico, porque senão a sociedade vai continuar doente e o remédio a gente já sabe qual é.

Obrigada.

DIÁLOGO 3

Cidades e Campos Possíveis:
Territórios em Disputa



Minicurrículo

Antropóloga e Cientista Social. Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília. Pesquisadora sobre questões vinculadas às relações raciais, identidade e territorialidade, comunidades quilombolas e movimentos sociais na Diáspora Africana.

EXPOSIÇÃO

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes! Agradeço enormemente o Conselho Federal de Psicologia pelo convite para estar aqui dialogando com vocês. Ontem eu fiquei super-emocionada na abertura, foi linda a homenagem à Psicóloga Cecília, e o debate todo, enfim, é importante ter esse espaço de escuta, de diálogo nesse momento tão delicado que a gente está vivendo, e o Seminário está dando esse tom, de trazer essas várias vozes, essa diversidade de olhares.

Quero agradecer muito ao Paulo Maldos pelo convite, também. Paulo Maldos que conheço de outros processos de diálogos amplos, um deles foi o diálogo sobre a regulamentação do direito de consulta aos povos e comunidades tradicionais, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Acompanhei de forma mais próxima a pauta junto às comunidades quilombolas, ao movimento quilombola, que foi extremamente atuante, e dali a gente amadureceu vários outros pontos, o que gerou um debate rico.

Avalio que este momento atual traz uma demanda por reflexões e análises que novamente vêm à tona, de como a gente pensa, a partir de um contexto bastante tenso e contraditório, as estratégias de luta. Para pensar sobre isso, avalio que é fundamental, ainda mais quando pensamos em territórios tradicionais coletivos, discutir como é que estão esses corpos, como é que está a construção dessas pessoas, desses sujeitos.

Gostaria de iniciar por um tema que foi puxado ontem, mas que eu acho que vale retomar para esse debate sobre os territórios, que é o próprio conceito de direitos humanos, o conceito de humanidade. O que é ser humano? O que é essa construção do humano? Quais são os reflexos desse processo em um país que teve quase quatro séculos de escravidão, no qual a desumanização foi a marca para muitos povos envolvidos nessa dinâmica de construção. Então essa desumanização que chegou a um extremo de mercantilizar corpos, animalizar sujeitos e identidades (e os povos africanos foram muito marcados nisso, nossos ancestrais) essa construção desse outro desumanizado é algo que marca muito também essa identidade dos povos de comunidades tradicionais na relação destes com os estados nacionais violentos.

Nessa reflexão, gostaria de trazer, nesse início de debate, um autor relevante para o tema, Achille Mbembe. Ele faz reflexões sobre o a vida e a morte, em diálogo com Foucault, especialmente no trabalho sobre o biopoder.¹ Mbembe faz uma reflexão a partir de vivências violentas contemporâneas de estados nacionais. Aponta que *a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Nesse sentido, matar ou deixar viver seriam os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.*²

1 FOUCAULT, M. **História da sexualidade**, Rio de Janeiro: Graal, 2001. v. 1: A Vontade de Saber.

2 MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, dezembro 2016. (Revista do PPGAV/EBA/UFRJ)

Mbembe apresenta um olhar sobre o que Michel Foucault entende por biopoder, que se refere ao domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Contudo, Mbembe apresenta outras perspectivas: sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, de deixar viver ou de expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra sua(seu) assassina(o)? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? Para esse autor, a guerra seria um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar.³

Essas reflexões, acredito eu, têm relação com a forma como é construído o que se entende como humano e desumano. Nessa perspectiva, está amparada a construção do outro, do desumano, do parcialmente humanizado. Esse outro, essa construção da alteridade na relação do Estado Colonial Violento se origina, em grande escala, dessa construção de quem deve morrer, de quem deve ser deixado à margem. Obviamente, isso traz um impacto social, ambiental e histórico de grande relevância, pois nessa construção dos corpos descartáveis, na construção da ideia de “carne mais barata do mercado”, como disse na letra de uma de suas músicas, a banda O Rappa, e de quem deve morrer, o povo quilombola, enfim, os povos e comunidades tradicionais são muito marcados.

Em um paralelo um pouco mais abrangente, antes de entrarmos no debate territorial especificamente, cabe destacar como essa reflexão sobre os corpos negros incide numa leitura das relações raciais na sociedade brasileira. O movimento negro apresenta uma denúncia constante, nas suas diversas narrativas, de como os corpos negros, marcados como ocupantes desse lugar do outro, são deixados para morrer, como aquelas e aqueles expostos à morte. Nesse cenário, as muitas falas das organizações sobre o presente genocídio da juventude negra ganharam força, apesar de haver um silêncio social para esse aspecto tão grave.

Outro aspecto que fortemente marca essa morte, é a dimensão do que é visível e invisível, do que se fala e daquilo que não tem lugar, de como se constrói uma imagem estereotipada que silencia vozes e olhares. Judith Butler trabalha algumas dessas dimensões em *A vida Precária*. Essa construção da alteridade, do outro, se dá muito a partir desse esvaziamento da relação com essa alteridade, com esse outro. A partir desse olhar do outro distante, marcado e marginal, ou você não se identifica com ele, ou sequer pára para pensar, ou o visibiliza como alguém com quem você tem uma relação. No caso, por exemplo, do genocídio da juventude negra, isso é muito marcado. Como é que uma sociedade que mata sistematicamente tantos jovens negros não se mobiliza, não se comove diante desses dados alarmantes.

De acordo com o Atlas da Violência 2017⁴ são os homens, jovens, negros e de baixa escolaridade as principais vítimas de mortes violentas no País. Negras e negros correspondem à maioria (78,9 %) dos 10 % dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. A cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O racismo está presente também nos corpos das mulheres. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4 % entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22 %. E os números são alarmantes. A partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, ocorreram 59.080 homicídios no país, em 2015. Cerca de uma

3 Idem.

4 IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2017.

década antes, em 2007, a taxa foi de 48 mil. Esse crescimento, contudo, não ampliou o debate sobre o tamanho dessa violência e do que isso representa. Há uma naturalização do fenômeno por parte do poder público.

Voltando ao debate sobre a invisibilidade e sobre a relação inexistente ou marcada por signos de estereotipia acentuados, cabe destacar que de acordo com uma pesquisa, feita pela SEPPPIR e Senado Federal, em 2016, 56 % da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”. Essa é uma denúncia que o movimento negro tem trazido à tona, tem pautado, e vem ganhando volume nas demandas dos movimentos sociais. Contudo, segue como um silêncio opressor nos meios de comunicação, nas políticas públicas, na atuação do Estado e dos representantes das instituições públicas.

É um debate fundamental nesse momento refletir sobre esse lugar dos corpos negros, e de como isso vem sendo construído nessa nossa sociedade atual. Obviamente, pós-golpe, isso tem se acelerado mais. Os dados do Atlas da Violência do IPEA, de 2017, que acabaram de ser lançados, dá muita ênfase a esse crescimento exponencial das mortes dos corpos negros, tanto de mulheres e de homens, em comparação com uma queda acentuada dos demais segmentos populacionais da sociedade brasileira. Essa diferenciação do humano e do não-humano, que nos marca muito, chama a atenção também para a necessária reflexão sobre caminhos, ainda mais nesse contexto que estamos agora em 2018, no qual Bolsonaro é um dos candidatos que está com percentual de intenções de votos muito alto. É um candidato que fala coisas de uma violência absoluta. O referido candidato diz que voltou de um quilombo, e de acordo com ele: “O afrodescendente mais leve lá, pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais.”. É um candidato presidencial que comete um crime absurdo, que pela Constituição é considerado racismo, um crime inafiançável. E ele trata os quilombolas como animais. Mais uma vez está presente, de modo estruturante no discurso e no campo simbólico, a marcação da desumanização, da animalização de pessoas, do que somos nós ou não somos nós.

É de uma gravidade extrema, e isso obviamente rebate nos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Seguindo sobre o quão perigoso é essa narrativa, ele fala: “Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa; não vai ter um centímetro demarcado para a reserva indígena, ou para quilombolas”. Então, a desconstrução dessa humanidade também rebate no território. Ela está muito presente, inclusive na inoperância do Estado em atuar nesse campo. Se fizermos um panorama, por exemplo, das comunidades quilombolas, o movimento identifica que existem cerca de seis mil comunidades quilombolas no Brasil. Desse número, mais de três mil comunidades são oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro como grupo, e só 295 têm seu território titulado. Ou seja, menos de dez por cento das comunidades quilombolas têm seu território titulado. E isso é muito central para o direito desses grupos. Se não é assegurado o território a esses povos que possuem uma ocupação tradicional, o território ele acaba entrando numa tensa disputa, em uma disputa da especulação imobiliária, dos grandes fazendeiros. São sujeitos marcados em seu cotidiano pelos diversos conflitos existentes. A inoperância do Estado expõe esses corpos à desumanização, à morte, à marginalidade, ao não-reconhecimento de seus direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal, de 1988.

Os aspectos que estamos discutindo aqui são severamente presentes na disputa pela terra. O ano de 2017 foi, inclusive, o que teve o maior número de assassinatos de lideranças quilombolas na história, desde que são feitos os registros de homicídios no campo para esses grupos. Essa violência crescente está também muito presente para os povos indígenas, para os movimentos do campo e aqueles que lutam por direitos. A Comissão Pastoral da Terra fez

um levantamento também do número de assassinatos no campo em 2017. Nele, está presente essa marca do crescimento exponencial do número de mortos em comparação com 2013, que teve um crescimento muito acentuado.

Dentro dessa contradição e violência extremas, uma peça fundamental é a organização e a resistência histórica desses povos e comunidades tradicionais, dos movimentos do campo, das organizações sociais. Dentro da magnitude dessa resistência, o movimento quilombola apresenta um processo vivo de organização própria, que atua na diversidade do Brasil em dinâmicas voltadas para as relações de parentesco, para as identidades territoriais, para as redes estabelecidas com as comunidades vizinhas, para as trocas de sementes, para a construção da educação a partir dos referenciais coletivos das comunidades, enfim, para as diversas dinâmicas locais que pautam também politicamente a ação desses grupos e a luta pela terra. A partir dessas múltiplas dinâmicas locais e regionais, há processos de organizações em nível nacional relevantes. Atualmente, o movimento quilombola está organizado na Coordenação Nacional de Quilombos, que abarcou os vinte e cinco estados que tem quilombos no Brasil. Há uma multiplicidade de pautas presentes, mas a fundamental é a defesa dos territórios tradicionais.

A luta pela terra, e as contradições vivenciadas nesse processo, está presente nos poderes do judiciário, legislativo e executivo. E nesses espaços são muitos os casos de violações de direitos ou tentativas de. Dezenas de projetos de lei, de Propostas de Emendas Constitucionais, de ações fraudulentas e de paralisia do Estado estão presentes nesse caldo. Dentre essas várias, penso que vale a pena trazer uma das experiências vividas, exatamente por simbolizar uma resposta coletivas de resistência a todo esse processos opressor. No caso da ADI 3239, em tramitação no STF, desde 2004, que questiona a constitucionalidade do Decreto n.º 4887/2003, a mobilização quilombola foi muito marcante. No dia nacional da consciência negra, vinte de novembro, o Presidente Lula assinou o Decreto n.º 4.887/2003, que marcou um referencial legal para o reconhecimento dos territórios das Comunidades Quilombolas pautado em princípios fundamentais, como a auto-atribuição das Comunidades Quilombolas e os territórios para a sobrevivência física, social, econômica e cultural desses povos. O Decreto foi fruto de um amplo debate, que envolveu também a participação direta das comunidades.

Pouco tempo depois de estar em vigor o Decreto n.º 4887/2003, o então o PFL, hoje Democratas, contestou, em 2004, no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade do documento. Nesses anos todos o julgamento entrou em pauta diversas vezes, com longos intervalos de paralisia. Só ano passado, 2017, entrou em pauta três vezes. O movimento quilombola, em resposta a isso, conseguiu fazer uma mobilização marcante. Nesse período eu estava acompanhando o movimento por dois laboratórios de pesquisa na UnB. Como fruto dessa mobilização, nós elaboramos memoriais para ministros e ministras do STF, alguns disponíveis na internet.⁵ Realizamos diversas agendas no Supremo com ministras e ministros para a pauta.

O que foi marcante nesse contexto de 2017 foi que a nossa avaliação era, ainda mais no contexto do que a gente está vivendo hoje, extremamente delicado para os direitos quilombolas. A gente esperava uma resposta de retrocesso de direitos de fato. Um dos elementos que mais trazia preocupação era o marco temporal. Dentre seus efeitos o marco temporal poderia trazer a obrigação de a comunidade estar demandando seu direito ao Estado e que essa mesma comunidade tivesse de provar que ocupava o território em 1988, que é a data da Constituição. Imagina-se que seria criado um ônus para quem, historicamente, foi excluído e

5 Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/doc-20171107-wa0036.pdf>>. Acesso em:

violentado pelo Estado, e teve uma vivência secular de exclusão das instituições estatais, para que pudessem vir a acessar talvez o direito efetivo lá na frente. Fica na ordem do absurdo, ainda mais pensando no processo histórico de desapropriação que essas comunidades sofreram.

Os anos 1960 e 1970 foram marcados por um processo de expropriação severo a comunidades quilombolas, nas várias regiões do país. A inclusão, portanto, desse marco temporal, seria mais um símbolo de um obstáculo para o acesso a direitos. Surpreendentemente depois dessa mobilização intensa, tanto do movimento quilombola, como de outras organizações da sociedade civil parceiras, de grupos de pesquisa acadêmicos, dentre outras organizações ocorreu o julgamento, com desfecho final após quase quatorze anos. No início de fevereiro de 2018, os votos proferidos no julgamento caminharam no sentido afirmativo do direito das comunidades quilombolas. Se pensarmos no histórico de lutas dessas comunidades, o término do julgamento, em 08 de fevereiro de 2017, com o reconhecimento integral da constitucionalidade do Decreto n.º 4887/2003, e com referências importantes aos marcos legais das comunidades, como a Convenção 169 da OIT, avalio que cabe incluir essa data como um marco da resistência e luta dos quilombos no Brasil. Um dos votos proferidos, inclusive, elevou à instância de normativo constitucional a essa Convenção, que é um instrumento de direitos fundamental para os povos e comunidades tradicionais, não apenas para os quilombolas.

Nesse contexto, esse é um dos exemplos que demonstra a importância dessa mobilização, de estarmos juntos, caminhando juntos. São movimentos, mobilizações e caminhadas que se refletem não apenas nos sujeitos diretamente envolvidos com as políticas, mas na sociedade. Por isso, dinâmicas articuladas que envolvam uma gama de instituições, de grupos sociais, como, por exemplo, os presentes nas universidades, são fundamentais para fortalecer essa luta por direitos. Eu avalio que a psicologia é um dos campos fundamentais nesse contexto. Os corpos negros, de mulheres, de povos e comunidades tradicionais, são sujeitos muito expostos a contextos violentos, que precisam amparo, apoio e orientação profissional. Dessa forma, é importante que esse debate seja feito e ampliado, pois não é um caso, nem são dois, de pessoas que vivem em situações violentas de racismo, de gênero, que vivem em situações de graves conflitos fundiários. Em muitas situações são sujeitos que não encontram amparo profissional, ou quando encontram, se deparam com profissionais da psicologia, que não necessariamente têm uma sensibilidade para tratar o tema. Portanto, se envolver com isso é importante e esse seminário me parece ter grande relevância nesse sentido.

Para encerrar esse primeiro momento, antes do debate, eu queria trazer um poema que marca o que refletimos aqui sobre a luta, as estratégias que bebem nas referências ancestrais de luta, que é um poema do Nego Bispo, liderança quilombola do Piauí, que escreve poesias incríveis e elabora reflexões sobre a cosmovisão quilombola: “Fogo! Queimaram Palmares, nasceu Canudos. Fogo! Queimaram Canudos, nasceu caldeirões. Fogo! Queimaram caldeirões, nasceu pau de colher. Fogo! Queimaram pau de colher, e nasceram tantas outras comunidades que vão cansar se continuarem queimando, porque mesmo que queimem a escrita não queimarão a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados, mesmo queimando nosso povo não queimarão a ancestralidade”.

É com esse sentimento de escuta e fala da voz coletiva, amparada nas lutas ancestrais, que seguimos essa caminhada, que vai continuar crescendo. Essa referência histórica que temos de resistência; que está em Palmares; que está em Canudos, e a referência contemporânea que temos, que está em Kalunga; que está em Campinho da Independência; que está nos Yanomamis; nos terreiros de matriz africana, como Axé Opó Afonjá, que nos enche de força para seguirmos! Obrigada.

COMENTÁRIOS

Agradeço muito o diálogo com a plateia e a riqueza desse debate. É bem importante esse momento de escuta porque eu acho que é o diálogo que possibilita o avanço de reflexões, e que possibilita criar novos referenciais sobre os caminhos da diversidade. Eu queria começar trazendo uma fala de minha vivência em Brasília, que penso demonstrar mais uma vez o que a gente está discutindo aqui sobre a humanidade e a desumanidade, sobre quem é considerado humano, e como se desconstrói a humanidade de outros, essa alteridade desumana. Grande Otelo, uma referência importante do nosso teatro, fez propaganda nos anos 1950 que chegava pelo rádio, chamando os brasileiros do Sertão para construir Brasília. Meu pai, sertanejo, de Santa Rita de Cássia, Bahia, ouviu isso no rádio. Ele tinha dezoito anos na época e foi para a estrada esperar o pau de arara. A história que o filme do Presidente Lula narra, da viagem de Lula com a mãe e irmãos em processo migratório para São Paulo, a partir do sertão nordestino, em viagem de três meses, com inumeráveis paradas, dormidas ao relento, retrata o que muita gente viveu no processo de construção de Brasília. Meu pai veio três meses em um pau de arara para chegar aqui e trabalhar na construção de Brasília, como operário. Essa construção idealizada de Brasília, e que na teoria de Lucio Costa, trazia um projeto urbanístico inclusivo, com espaços de socialização nas quadras residenciais, nunca incluiu quem construiu Brasília. Esse grupo todo de operários que veio para cá, morava em acampamentos, e trabalhava em jornada infinitas, sem equipamentos de segurança. Vivenciou casos extremamente violentos que marcam de novo essa coisa da carne deixada para morrer. E no fim da construção, receberam passagens para retornar aos estados de origem.

Meu pai, um dos operários que veio construir Brasília, nessas terras, por outras águas navegou. Foi um dos fundadores do movimento negro em Brasília, nos anos 1970, e também um dos fundadores do partido socialista brasileiro na época do Miguel Arrais, quando o partido tinha ainda um viés de esquerda mais presente. Pode-se chama-lo de testemunha ocular de grandes acontecimentos históricos de Brasília. Sempre trazia reflexões sociais e sobre a questão racial em casa, mas não comentava sobre sua experiência como operário na construção da cidade. Apenas quando eu já estava na graduação, na Universidade de Brasília, fui conhecer, ter contato com os diversos eventos ocorridos durante a construção. Por uma casualidade, em uma disciplina chamada “História, Cinema no Vídeo”, começamos a debater e refletir sobre as construções imagéticas de Brasília, nas campanhas oficiais e em outras fontes escassas existentes. A construção imagética dos “grandes homens” era presente, visíveis e enormes, em geral filmados de baixo para cima, o que assegurava maior grandiosidade na representação. Ali estavam personalidades como JK, Lúcio Costa, Oscar Niemayer, os “grandes homens” enormes. Já os operários eram sempre captados de forma despersonalizada, pequenos, em multidões ao fundo. Nos registros oficiais e majoritários da construção, os operários apareciam apenas trabalhando, pequenos, nas grandes obras. Sem registro das suas horas de lazer, de onde viviam, do que faziam além do trabalho, de como eram esses trabalhadores. Eram representados como parte da paisagem, como quase-figurantes das grandes obras e dos grandes homens. Com o término da obra, meu pai, como todos os operários que vieram, que trabalharam, receberam a passagem de volta: “Voltem para o Sertão. A gente não quer mais vocês aqui. Já cumpriram a sua função”. Então o apartamento das 400 não é para os operários, não é para quem construiu Brasília, é para essa cidade administrativa idealizada, que na verdade representa uma bolha da elite, que não construiu a cidade, que ia ter só administração pública, não ia ter Universidade, para não ter movimento estudantil, assim como não teria indústria, para não ter sindicato. Daí é muito interessante a iniciativa de Darcy Ribeiro, figura central na construção e concepção da

Universidade de Brasília, que depois podemos falar melhor. Brasília, idealizada como a cidade administrativa de vida pacata e mais controlada. Obviamente quem construiu essa cidade não fazia parte desse projeto, não devia estar aqui. Voltando a essa disciplina que mencionei, que fiz na UnB, as únicas imagens que esse professor conseguiu da época da construção de Brasília, que narravam quem era os operários, como é que viviam, era de um desenhista industrial estadunidense, que veio para cá e filmou algumas pracinhas onde havia churrasquinho e forró. A partir das imagens, é possível ver o legado nordestino forte, o núcleo bandeirante, os acampamentos. Então essas eram as únicas imagens, que eu tive acesso, onde é possível ver a cara das pessoas, obviamente, de modo majoritário, homens negros, com meu pai era.

Outra coisa que penso que foi uma referência importante, e que me chocou muito, mas que simboliza o padrão de conduta do poder público, junto aos operários, e que na atualidade tem sua estrutura também presente, é a que é retratada no documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”, feito por Vladimir de Carvalho, professor de comunicações da UNB. Esse documentário retrata o processo da construção de Brasília. Em um trecho, narra o massacre que a GEB protagonizou, em um desses batalhões, acampamentos, que meu pai, assim como outros operários, dormiam à noite depois de uma exaustiva jornada de trabalho. Os operários fizeram uma greve de fome, pela baixíssima qualidade do que comiam. Era absurda o que era ofertado para esses trabalhadores. Batendo os pratos, não comeram o jantar, e após a manifestação foram dormir. Por volta das duas da manhã, a GEB entrou no batalhão e fuzilou todas as pessoas, todos os operários. Você não encontra registro na imprensa sobre isso, registro na polícia. Novamente a alteridade silenciada, marginalizada, apagada. Vladimir de Carvalho foi, num longo processo de pesquisa, entrevistando as pessoas, e foi pegando, a partir de depoimentos, essa narrativa do que aconteceu nesse batalhão.

Então eu perguntei para o meu pai: “Pai, assisti hoje um documentário que fala sobre o massacre em um batalhão de operários, durante a construção de Brasília. Você viu isso?” Ele respondeu: “Claro que eu acompanhei. Não vi diretamente, mas ouvi, filha. Eu estava no batalhão ao lado. A gente ficou pipocando na cama com todos os tiros que a gente ouviu”. Conversando com outro jornalista, e militante do movimento negro de Brasília, Edson Cardoso, perguntei sobre o caso e ele disse que ficou na época tentando coletar materiais que trouxessem informações sobre esse massacre feito pela GEB, a polícia do JK, que funcionava como o BOPE da época. Dos relatos que Edson Cardoso encontrou, o que mais me chocou foi um achado incrível. Uma das reportagens trazia o depoimento de uma senhora que lavava as roupas desse batalhão. Dentre as diversas perguntas feitas, essa trabalhadora sempre respondia que não sabia de nada, dispersava a conversa, enfim, afirmou diversas vezes que nada sabia. Mas, no final da fala, ela disse assim: “A única coisa que eu posso dizer para o senhor é que no dia seguinte sobrou muita roupa”. Enfim, eu acho que isso conta muito essa desigualdade na relação de poder, e como isso está estabelecido para alguns segmentos muito marcados nesse processo de construção desse “outro”, do “subumano”, do que não tem voz, não tem narrativa. Um massacre dessa magnitude não é visível, não é registrado, nas está na história dessa cidade idealizada, Brasília.

Quando a gente vai estudar a história de Brasília, quem fala sobre quem construiu Brasília? Quem efetivamente levantou esse concreto, os pilares, os monumentos? Quem deixa com suor e sangue a cidade de pé? Essa é uma questão central, e invisível. É esse o aspecto que estamos aqui falando, dessa necessária análise crítica sobre a construção da humanidade e da desumanidade, a luta cotidiana para reverter isso, para dar novo significado e trazer novos referenciais. Construir um caminho mais justo, mais igualitário, diverso e equânime, necessariamente passa pela incorporação dessa diversidade de vozes, essa diversidade de participações, porque senão o

processo se debilita em si mesmo, ou a contradição acaba sendo tão elevada que ela cria novas formas de, violentamente, silenciar essa diversidade que está colocada e presente.

Pegando esse gancho eu acho que, de acordo como o que foi levantado no nosso debate, em uma luta por uma sociedade mais justa, se essa escuta, — a partir da voz das mulheres, das vozes negras, das vozes indígenas, das vozes das comunidades tradicionais, — não for incorporada à luta, a contradição acaba sendo muito extrema. Temos no histórico da esquerda, um esvaziamento grande dessas outras questões, que são tão estruturantes quanto a desigualdade de classe, como o patriarcado, o racismo. São questões também fundantes dessa lógica, como o meu colega baiano levantou muito bem, “a escravidão é um pilar para a estruturação do capitalismo”.

Enfim, por uma série de questões da vida, quando eu tinha dezesseis anos aqui em Brasília, eu era do Comitê de Defesa da Revolução Cubana Internacional. A gente tinha um grupo no Sindicato dos Bancários; fazia mil debates; estudava sobre Cuba; sobre o capitalismo e o socialismo; sobre marxismo. Muitos anos depois, eu fui morar em Cuba, morando lá dois anos e oito meses. Escrevi a minha tese de doutorado, inclusive sobre o movimento negro em Cuba, as narrativas negras em Cuba. O que abordam as narrativas de quem eu dialoguei na pesquisa, e são pessoas que desde a adolescência construíram a Revolução (foram alfabetizadoras, *maestras*, lutaram pela Revolução cotidianamente)? Que os grandes dilemas, os grandes pontos que precisam de ser melhor incorporados pela Revolução para fortalece-la, são exatamente entender a diversidade que está colocada. Historicamente foi imposta uma identidade única. Um dos jargões mais exaltados é a frase de José Martí: “*Más que negro, más que blanco, nosotros somos cubanos*”.

A construção de um Estado nacional faz sentido quando a gente pensa nessa coisa do país que tem um povo. Mas, enfim... esse povo é o povo único? É um povo heterossexual? É um povo branco? É composto apenas de homens? De ateus? Ou existe uma diversidade de vozes que necessariamente precisa ser ouvida para que a revolução vá ganhando cada vez mais sentido orgânico? Percebem? Sobre a questão racial especificamente, muitos elementos positivos foram construídos após a Revolução. Contudo, em poucos anos, Fidel Castro, em discurso afirmou que Cuba havia superado o racismo. Apenas dois anos depois do início da Revolução, discursou o Grande Fidel. Ele reconheceu publicamente que o racismo tinha sido superado em Cuba. Obviamente ele tinha muitos dados para demonstrar isso: que a universidade estava muito mais inclusiva, fato até mencionado por Che Guevara na época, de que as universidades agora eram coloridas. Contudo, como se desconstrói um processo secular assim? São muitos os desafios ainda colocados e que por muito tempo não se podia falar, pois eram considerados atos contra a Revolução. Sem debate, reflexão, como avançar em questões centrais? Portanto, esses olhares plurais, de relações de gênero, raciais, de diversidade precisam ser incorporados para se pensar caminhos possíveis, ou, então, as contradições vão continuar muito inerentes.

Queria destacar mais um ponto antes de fechar. Penso que duas falas anteriores trouxeram isso: a importância dos currículos nas universidades, para isso que a gente está discutindo sobre olhares diversos. Em levantamentos feitos por muitas pesquisadoras e pesquisadores, foi identificada a ausência completa, ou quase, de temas vinculados à história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Isso em um país com a maioria da população negra! Isso inclusive embasou (mais uma vez a gente volta ao Lula, né?) a primeira lei do Presidente Lula, de 9 de janeiro de 2003, que foi a de n.º 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Por que que isso focou na educação básica? Na época fizeram um levantamento dos livros didáticos e quando falavam da questão racial,

quando traziam a população negra, traziam-na sob uma imagem de subalternidade, como a do capitão do mato açoitando o escravizado. Essas imagens, esses estereótipos, que acabam só reiterando esses lugares de outro subalternizado. Ocorreu um debate muito grande na época, onde foi abordada a importância de ter uma outra abordagem, outros olhares que enriquecesse a formação de crianças e jovens, para a diversidade do Brasil. O Brasil tem mais de duzentos e vinte línguas indígenas, mais de trezentos povos indígenas, são diversos povos e comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, fundo de pasto, faxinais, são mais de seis mil comunidades quilombolas em todas as regiões. A diversidade é gigante. E onde isso está presente nos livros didáticos, na formação docente, nas escolas? Onde estão presentes as narrativas negras e indígenas ao longo de nossa história? Portanto, a primeira lei do Presidente Lula foi muito marcante, mas ela é um grande desafio ainda. Por quê? Sua implementação ainda é limitada na educação básica e demanda maior efetividade. Além disso, ela mexe na educação básica, mas ela não mexe no currículo das universidades. Então quais são os profissionais que vão para a escola implementar essa lei? Os mesmos que não tiveram nenhuma disciplina pautando isso. O curso de antropologia, na UnB, por exemplo, tem uma disciplina optativa, de Relações Raciais. Uma! Em uma análise curricular de diversos cursos universitários, ou não se oferta disciplina alguma sobre o tema, ou se oferta uma disciplina optativa, que talvez esse profissional, que vai para a ponta implementar essa lei, vai acessar. São desafios extremamente presentes. Mas alguns outros pontos positivos também estão, como a implementação de universidades na Amazônia, no Sertão.

Nos últimos anos da gestão petista, a gente vivenciou essa expansão do ensino superior. Agora cabe lutar e continuar essa luta para a qualificação desse espaço de formação da educação e para a afirmação contínua e permanente da nossa riqueza da diversidade.

Obrigada.

Minicurrículo

Militante do MST em Goiás, membro da coordenação nacional. Engenheiro florestal, especialista em agroecologia, mestre em agroecossistemas e doutor em Geografia.

EXPOSIÇÃO

Bom dia.

Primeiro quero agradecer, em nome do MST, ao convite para poder dialogar um pouco com vocês nesse espaço sobre o que o MST está lendo nesse momento; quais são as contradições desse momento; quais são os impactos dentro dos direitos humanos na luta pela terra nesse momento, — mas também para que a gente não saia muito para baixo, para que a gente saia um pouco animado —, o que a gente tem pensado e construído como caminhos para superar o momento no qual nós vivemos. Agradecer esse espaço, essa oportunidade. E lembrar da importância do que foi colocado pela Bárbara, e várias vezes nós temos destacado a importância que foi dentro dessa conjuntura a vitória dessa votação no STF, juntamente com os companheiros e companheiras da CONAQ, do movimento quilombola.

Muito bem, duas lembranças antes de começar a minha fala: primeiro, Lula livre! Segundo, dia dezessete de abril lembramos os vinte e dois anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando vinte e um Sem Terras foram assassinados, pela motivação de um processo de tentativa de destruir a luta pela terra, assim como em outros momentos na nossa história, e que foi superado pela força e pela resistência, não só do povo sem-terra, mas de toda a classe trabalhadora do Brasil.

Eu não estava aqui ontem, estava lá em Goiás. Eu sou do MST de Goiás, então eu não acompanhei o que foi debatido ontem. O Paulo fez uma introdução, de modo que talvez algumas coisas que direi aqui, ainda que rapidamente, para situar a minha fala, possam ser repetitivas, mas é importante trazer para vocês como o MST tem lido esse momento. Primeira questão fundamental: nós entendemos que a nossa geração, nós todos que estamos aqui, estamos em uma quadra muito singular da história, que é a de uma crise estrutural do capitalismo. Bom, isso já aconteceu de outras vezes, mas esse período de crise estrutural do capitalismo tem características específicas, que torna muito diferente esse momento, e que tem consequências diretas em como vão se dar os conflitos, inclusive nos nossos territórios.

Qual é o elemento central, diferente de outras crises estruturais, de outros períodos, que pela economia política era de superar a crise de superprodução? *Nós estamos numa mudança do núcleo de funcionamento do capitalismo.* Nós estamos vivendo a materialidade da mudança desse núcleo, que é do capital industrial para o capital financeiro, isso tem consequências diretas nas formas de exploração que nós vamos enfrentar no dia a dia dos nossos territórios e das nossas realidades. O geógrafo estadunidense e amigo do MST, David Harvey,¹ vai dar duas qualidades para esse processo. Uma qualidade é a sua flexibilidade — ele chama de acumulação flexível. O capital hoje tem uma capacidade extraordinária de organizar como ele vai se reproduzir em todo o globo, vinte e quatro horas por dia. Graças às tecnologias digitais, as bolsas de valores, a financeiraização da economia, um pequeno número de burgueses, ultraburgueses, conseguem investir

1 HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004; Id. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

em setores de acumulação distintos, por exemplo, mineração, automobilística, agricultura... das formas mais supostamente antagônicas entre o arcaico e o moderno possível.

Além de ser flexível, essa acumulação é uma acumulação por espoliação, ela depende da subjugação da natureza e dos seres humanos, sejam comunidades, sejam trabalhadores do mundo urbano. Ela depende de uma sobre-exploração, que em outros períodos não era neste nível, a não ser talvez no período em que se passa a observar o surgimento da origem desse conceito, que é acumulação originária, acumulação primitiva, que é justamente esse processo histórico brutal de formação da classe trabalhadora. Harvey vai ler que esse é o novo ciclo de acumulação brutal.

Diante disso o que nós estamos entendendo? Se não se encerrou, está muito limitada à capacidade civilizatória do capitalismo, e a barbárie tende a se tornar cotidiana, e nós temos visto isso se reproduzindo em quatro grandes dimensões: a primeira é a dimensão política. Há uma crise política que a gente lê ela como esgotamento da legitimidade da democracia burguesa. Isso não é só no Brasil, mas no mundo inteiro. Não há mais crença no sistema político que nós conhecemos, mas no fundo há algo mais estrutural, que é um grande embate entre esse processo de reorganização do capitalismo financeiro, e as formas que foram fundadas pelo capitalismo industrial, que é o Estado-Nação.

O que nós estamos vivendo é o confronto entre uma tentativa de internacionalizar completamente a capacidade de acumulação do capital e o Estado-Nação, que fora construído para os interesses das classes ricas, para as elites, mas que em alguma medida, graças às grandes lutas dos povos, foi também a possibilidade de mediação de grandes conquistas. Esse Estado-Nação está sendo combatido, e a forma de gerí-lo está completamente deslegitimada. Então é uma crise política profunda, que não é de sigla. Nós estamos vivendo a aparência de um processo de sigla aqui no Brasil, mas ele é muito mais estrutural, muito mais profundo, e isso tem reflexo direto em como nós nos organizamos para lutar na cidade e no campo, em como que as pessoas participam de processos individuais ou coletivos.

A segunda dimensão é a econômica, que não entrarei em detalhes por conta do tempo, e por conta de partir do pressuposto que estamos mais familiarizados com ela. Uma terceira dimensão é a crise ambiental, e eu vou retornar a ela um pouco mais ao fim da minha fala. Esse não é um tema simples de ser dialogado. O que significa “crise ambiental” para a grande maioria da população que vive na cidade e que não tem mais relação concreta com grande parte dos territórios de onde nós estamos falando, dos povos do campo, das florestas e das águas? Essa crise não são só mudanças climáticas, como nos fazer ver os grandes meios de comunicação, porque mudança climática é algo intangível, que está em todo lugar e em lugar nenhum.

A crise ambiental é, principalmente, envenenamento dos nossos solos, envenenamento das nossas águas, envenenamento dos seres humanos. Ela é escasseamento dos recursos hídricos acessíveis, ela é desmatamento, ela é desterritorialização. Então essa crise ambiental é o fim da biodiversidade, uma restrição drástica dela, — e mesmo essa biodiversidade que está sendo conservada, sofre constantes ataques, que a regulamentação da Resolução 169 da OIT tenta evitar. Ataques de grandes empresas como a Natura, tentando se apropriar da biodiversidade e seu conhecimento tradicional associado, que na realidade são bens comuns de toda a humanidade. Enfim, há toda uma alteração brutal do meio ambiente produzida por esse capitalismo, que gera uma crise que nós só estamos iniciando o entendimento dela. E por último a crise social. Nós vemos o aumento da fome pelo mundo, de aumento dos conflitos urbanos e agrários, do genocídio — principalmente nos países capitalistas periféricos — da grande maioria da sua juventude.

Essas quatro dimensões conformam o que nós estamos entendendo, para além das crises analisadas pela economia política clássica, como a conformação de uma nova, de um novo período da história, e nós temos de ter muito claro isso. Sendo assim essa crise vai aparecer de forma mais contundente no Brasil com o golpe, mas ela não vem só com o Golpe. Se nós formos olhar, a partir do nosso processo, como MST, a violência, de acordo com os dados que a Bárbara trouxe da CPT, a violência no campo aumenta dois anos antes do golpe. O processo de criminalização tem um repique agora.

Essa criminalização teve um momento dramático em 1997, quando Fernando Henrique Cardoso tomou como definição destruir o MST, e não conseguiu, graças à legitimidade da luta por reforma agrária e pela solidariedade nacional e internacional. Depois, a criminalização da luta pela terra vem com uma nova leva em 2005, quando o MST salta de em torno de sessenta mil famílias acampadas para trezentas mil famílias acampadas, pois as pessoas tinham a esperança de que o governo democrático e popular do Presidente Lula fosse fazer a reforma agrária, o que não aconteceu efetivamente na dimensão que era necessária. Vem a CPI da terra, vêm assassinatos.

Agora, ela teve uma retomada, a partir de 2015. Então, antes do próprio golpe, as forças conservadoras e as forças reacionárias já estavam se movimentando, pois as elites econômicas já haviam identificado que a crise estava alcançando o Brasil. A crise, que estourou sua dimensão econômica em 2008, nos Estados Unidos, rodou o mundo como um zumbi em torno de cadáveres na Europa em 2009 e 2010, e chegou aos países de capitalismo periférico a partir daí. Então esse processo, influenciado pela crise estrutural do capitalismo, deságua no Brasil na forma do golpe, — e o que nós estamos vendo no golpe é mais do que uma simples disputa política. Os objetivos do golpe são mudanças estruturais na democracia brasileira, e talvez a mais drástica delas seja a emenda constitucional 95, a PEC do fim do mundo, a PEC do teto dos gastos.

Mesmo o economista mais liberal vai dizer que democracia é a capacidade do povo de decidir como será gerido o orçamento de uma nação: de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos. Isso está proibido no Brasil por vinte anos. Havendo crescimento econômico ou não, por vinte anos estamos fadados, — a não ser que nós revertamos essa conjuntura, essa correlação de força —, a viver, não nos padrões de 2015, que já eram ruins, do primeiro ano do governo Dilma, que já estava com a política de austeridade, mas com os padrões de 2016 e 2017. Isso é o fim de qualquer possibilidade de futuro minimamente civilizatório em nosso país. Portanto, são mudanças estruturais que estão acontecendo com o processo do golpe. Não é simplesmente uma disputa entre o PSDB, PMDB e PT. Há questões estruturais de projeto, de fato, de nação que estão colocados.

No que diz respeito à luta pela terra, é nessas horas que aparecem as formas estruturais do que até então era um grande fetiche, inclusive para parcela significativa da esquerda, que é o agronegócio. A reforma agrária não aconteceu no Brasil. Mesmo no governo Lula, o que houve foi uma política de assentamentos em alguns locais onde havia conflito. Havia o encantamento, inclusive da esquerda, pelo agronegócio. Por conta da tecnologia, por conta de uma suposta alta produtividade a questão agrária, supostamente, estava resolvida; aquele latifúndio atrasado magicamente havia sido superado por formas modernas de exploração da terra. Não era mais necessária a reforma agrária para desenvolver a terra no Brasil.

E o que aparece quando esse processo se desvenda com o golpe? As forças atrasadas são a estrutura do agronegócio, o latifúndio, o latifundiário de gene social escravista, que são os netos de escravocratas. Eles aparecem e são a base de sustentação desse governo golpista. No último dia quatro de abril era a votação do HC de Lula. Dividiu-se a Esplanada de novo em

dois campos, um do lado de cá, o campo democrático, do lado de lá, o campo fascista. Inicialmente estava o Vem Pra Rua, não tinha mais do que cinquenta, sessenta pessoas. Depois de mais ou menos uma hora, descem em marcha de três a quatro mil pessoas de verde e amarelo. Quem eram? Não era a classe média de Brasília, era a União Democrática Ruralista, a UDR! Não era a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), não era a Kátia Abreu, supostamente moderna, era a União Democrática Ruralista, fundada na década de oitenta, à base de leilão de gado para comprar arma para matar sem-terra, para matar índio, para matar quilombola. Eles estavam no dia quatro de abril aqui.

Agora eles têm contradições. E é isso que nós precisamos: explorar essas contradições, para superar esse modelo da morte. Eu levanto algumas grandes contradições, que temos observado durante o movimento. Primeiro, não cabem mais direitos humanos e da natureza para eles, o que entre em 2005 e 2010, se findou, principalmente com a votação do Código Florestal, que era um discurso supostamente modernizante do agronegócio. Para eles é preciso acabar, o que para eles é “flexibilizar”, com a fiscalização do trabalho escravo; para eles não é preciso haver FUNAI, Incra... tem de ser destruído. Ministério Público só precisa dessa banda, que supostamente investiga corrupção. Não tem de ter fiscalização ambiental, não tem de ter Ibama. Eles não têm a perspectiva de construção de um projeto de sociedade, porque se articulou o capital financeiro internacional com esse latifúndio arcaico, atrasado.

Eles vão avançar sobre territórios, e isso é uma contradição porque nós estamos resistindo nos territórios. Não é verdade aquele discurso que o agronegócio não precisa de terra. É mentira! Está nos dados deles, eles estão avançando sobre os territórios de assentamentos. Está aí a lei de privatização dos assentamentos que o Temer sancionou, Lei n.º 13.465, que privatiza os assentamentos, mas eles avançam sobre o território indígena e sobre território quilombola também. Isso são contradições que nós temos que explorar. Eles destroem o meio ambiente, está muito claro isso hoje, como por exemplo com a questão hídrica. Há dois, três anos quem falava sobre questão hídrica era meio doido. Questão hídrica era só em São Paulo. Hoje mais de cem cidades do país vivem em algum momento do ano com o racionamento. Brasília, é um exemplo. Nós estamos vivendo aqui já uma. E isso vai aumentar, por conta do agronegócio e da mineração, e não por conta da torneira em casa.

A última grande contradição é o alimento. Eles não produzem alimento; eles produzem mercadorias para mercados transnacionais. O que dessas comódites vai para a indústria alimentícia é altamente envenenado e altamente processado. E mesmo lá na periferia, aqui em São Sebastião, lá em Sobradinho II, a população está ciente disso, que está comendo porcaria, e gostaria de comer uma alimentação saudável.

O que nós estamos entendendo como MST? Mudou a situação da luta de classes do Brasil com relação à questão agrária. A realidade em que nós vivíamos na década de noventa, quando foi o auge da luta por reforma agrária, era uma realidade de muita proximidade mesmo entre quem mora na cidade com o campo. Hoje não. Hoje aquilo que Karl Marx chamou de ruptura metabólica,² em que a sociedade se cinde entre quem mora na cidade, se desconecta do campo e da natureza, é real. Os filhos de vocês não sabem de onde vem as coisas. Esses dias uma companheira, em São Paulo, do setor de educação, estava trabalhando numa horta dentro de uma escola de um bairro de classe média, quando foi elaborar, com as crianças, a construção da horta, começando pelo que queriam plantar, uma delas disse que queria plantar Coca-Cola.

2 FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Então há uma desconexão. Como esse trabalhador urbano, que está em um território altamente insalubre, do ponto de vista ambiental, vai compreender as dimensões subjetivas, culturais, ancestrais do território quilombola? Se nós não reconectarmos essas relações, nós estaremos sendo idealistas, e nós, do campo, vamos ser novamente derrotados. E não é só pelo inimigo de classe, mas sim pela incompreensão das próprias classes trabalhadoras urbanas, que não conseguem, por não ser tangível a elas, hoje, o que é o campo.

Então, de forma telegráfica, nós temos que resistir contra a perda de direitos, nós temos que fortalecer as organizações do campo, das águas e das florestas. Mas nós temos de ter um novo projeto para o campo, que produza alimentos, alimentos saudáveis, em sintonia com a agroecologia, com cooperação, com outras relações sociais do território de gênero, de raça, de geração, e que chegue à classe trabalhadora, de forma não só acessível e barata, mas também como uma construção de nova concepção de mundo. É essa a possibilidade de uma nova sociedade. No campo há muito dos elementos dessa sociedade, mas não só no campo. Também na cidade há essa possibilidade de reconstrução de um projeto de nação, de projeto de civilização, que nós estamos acreditando que precisamos fazer. Eles abandonaram isso. Não há mais liberalismo nacionalista que tenha interesse em desenvolver o país, mesmo na perspectiva deles. Esse é o nosso papel, do campo progressista, dos povos do campo e das cidades, e é com essa clareza que nós estamos, apesar de peleando muito e com muita dificuldade, animados para o enfrentamento do que vem adiante. Obrigado.

COMENTÁRIOS

Gente, tinham me falado que era até meio dia (risos). Bom, então, quero agradecer. O debate foi rico, mas sempre falta tempo, né? Mas, sobre essa polêmica que apareceu aqui de Brasília. Quem é de Brasília levanta a mão, por favor. A maioria. Eu acho que o principal aqui que fica como, digamos assim, “aperitivo”, é nós fazermos um esforço dialético de compreender a contradição dinâmica entre projeto de nação e poder popular. Como a gente constrói isso de uma forma que o projeto de nação não seja de uma perspectiva autoritária, de imposição, e qual a materialidade desse projeto, que Brasília é um bom exemplo? Sua estética é socialista e dialogava com o projeto de nação pensado por Oscar Niemeyer, e outros de sua época. Que nós também não abandonemos a perspectiva de projeto de nação. O Guayasamin (Oswaldo), que é um pintor equatoriano, ele escreve uma carta lindíssima para o Oscar Niemeyer e para o Lúcio Costa. Nesse sentido de uma nova sociedade, de uma sociedade socialista, ele depositava na esperança da construção de Brasília, a construção dessa capital do novo mundo, de um mundo socialista.

Como isso entra em choque com essas contradições estruturais da relação capital-trabalho? Que quando o projeto de Brasília foi forjado, estávamos em uma sociedade capitalista, muito claramente, em um projeto inclusive de aceleração da exploração capitalista, esses são elementos que vão estar presentes concretamente nos treze anos de governo PT. Isso é central. Há o projeto estruturado ao longo de décadas de construção popular, mas também, de correlação de força em uma dinâmica de aliança de classes, que nós chamamos de neodesenvolvimentismo, e que trouxeram uma série de elementos que foram importantes para o povo, para a classe trabalhadora e para o campo, fundamentalmente a gente ressaltou muito isso. Mas que, contraditoriamente, foram centrais para o avanço do capitalismo no Brasil, das elites, para a concentração de renda.

O exemplo Minha Casa, Minha Vida é muito claro, que foi colocado aqui. Especulação imobiliária pura. Pegar terrenos que não tinham valor de mercado, ou valor baixíssimo, e os transformar, da noite para o dia, em pérolas do mercado imobiliário. É isso. Então essas contradições elas estão dadas agora para nós.

Para o MST, temos a clareza que esse processo de construção de um projeto de nação tem de estar profundamente ligado ao trabalho de base. E aí, concretamente, a esquerda desaprendeu a escutar os seus. A não ser que a gente ache que esquerda é um grupo iluminado, elitizado. As poderosas ferramentas de massas que foram desenvolvidas na década de setenta, na década de oitenta, não foram produzidas pela Universidade, e mais: a intelectualidade brasileira só vai discutir questão agrária na década de cinquenta e sessenta, por conta das ligas camponesas. Então sempre foi a capacidade de mobilização nossa, dos trabalhadores e do povo do campo que produziu projeto, é isso que nós temos que resgatar, é essa possibilidade de construir projeto a partir do trabalho de base, que não é levar a verdade pronta e acabada, é desvelá-la junto com o povo. É sabendo quais são os caminhos que nós temos de percorrer, mais do ponto de vista utópico, sabendo quais são as principais contradições do processo capitalista, como a gente mobiliza aquela comunidade, aquela realidade.

E aí eu quero encerrar com um exemplo que nós vivemos em Goiás: de 2013 para cá, que acho que traz esses elementos todos, inclusive com direitos humanos. Em 2013, a partir das Jornadas de Julho, aquele levante popular, muita contradição também, para a gente entender. Nós tínhamos seiscentas famílias acampadas no estado de Goiás. Naquele momento nós fizemos a leitura de que era importante retomar o trabalho de base na grande Goiânia, que é o mesmo processo de marcha para o Oeste, a mesma coisa, só que com trinta anos atrás do que é construído Brasília. Então no final de 2013, início de 2014, nós vamos construir esse processo de trabalho de base. O que nós vamos identificar no trabalho de base? As pessoas não aguentam viver mais na cidade. A cidade é um inferno! É inferno pelo transporte; é inferno pela violência; é inferno pelo tráfico... e a crise já começava a aparecer. Famílias, não só a família nuclear pequeno-burguesa, mas famílias de fato, quase camponesas, moravam em casas apertadas do Minha Casa, Minha Vida, com uma ou duas rendas. E isso está pior hoje. O trabalho de base que nós continuamos fazendo em Goiânia, favorecendo essas famílias, que voltaram a ser, ou se transformaram, em catadores de material reciclável, ou estão vivendo só do Bolsa-Família.

Nós fizemos esse processo com dois elementos. Primeiro, vamos para uma luta em uma terra próxima; mas nós vamos para uma luta não só por terra mas para uma de vida, e esse projeto de vida tem a ver com produzir alimento. Nós saímos dia 31 de agosto de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Anápolis... toda aquela região para conhecer ali, e fomos para as terras roubadas pelo senador Eunício de Oliveira, do Ceará. Lá se chama Complexo Santa Mônica, entre Corumbá Alexânia e Abadiânia, com mais de vinte mil hectares, que o Senador tem aqui. Quem quiser conhecer o processo de desapropriação desse território, que é recente, final da década de oitenta, final da década de noventa, procure o documentário "Passarin" - da cineasta Camila Freitas - na internet, que vai mostrar diversas entrevistas feitas com camponeses, que o senador desapropriou.

Nós entramos no dia 31 de agosto com três mil famílias nesse território, dessas famílias cerca de 60 %, 70 % estavam na cidade. Então esse é um elemento que nós estamos trazendo da nova questão agrária brasileira e que nós desenvolvemos como novo programa agrário do MST, que é a reforma agrária popular. Não é só mais terra para quem nela trabalha, é terra para quem nela quer trabalhar. Disso daí, no final do ano 2015, nós iniciamos outro processo, já na

região do agronegócio, Sudeste Goiânia e o verde de Santa Helena, ocupamos uma usina de cana falida do grupo Naoum, que tem hotel aqui em Brasília, quatro mil famílias acampadas.

Desses dois processos, nós saltamos de seiscentas famílias para seis mil famílias acampadas no Estado Goiás. O que acontece em 2016? Em abril de 2016 pela primeira vez no Brasil, então no período do golpe, nós estávamos montando acampamento pela democracia aqui, na resistência ao primeiro passo do golpe, foi dia 17 de abril, a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Pela primeira vez foi utilizada uma lei criada no processo da Copa, pelo Governo Dilma, de organização criminosa. Foi a primeira vez utilizada contra uma organização social, uma organização popular. O MST foi enquadrado ali como uma organização criminosa.

Nós tivemos quatro militantes e dirigentes, dentre eles um que o Paulo Maldos conhece muito bem, o Valdir, militante e dirigente histórico do MST, da Via Campesina, enquadrado como organizador de facção criminosa. Valdir ficou oito meses preso; Luiz Batista Borges ficou um ano e dois meses. Natalino e Dhyessika estão resistentes à prisão até hoje. Mais ou menos sete meses depois, o mesmo itinerário se repete em outro polo de massificação no Paraná, aonde doze companheiros foram enquadrados também na Operação Casca, — essa foi até para o Fantástico —, dentro de organização criminosa. Então é essa a realidade que nós estamos vivendo. O trabalho de base massifica, tem todas as condições de nós retomamos essas poderosas ferramentas de massa para reverter esse golpe, é a única possibilidade. Mas nos preparemos porque a disputa vai ser difícil. Mas nós vamos sair dessa dor; não temos dúvida disso. Nós estamos convencidos desse processo; nós já temos que ter muita clareza que como são as ferramentas que eles utilizam, o que está por trás de tudo isso, para que a gente consiga enfrentar esse período. Então, só com esse relato que eu queria finalizar esse processo que nós estamos vivendo. Mais uma vez obrigado e bom dia.

ALDO ZAIDEN BENVINDO

Minicurrículo

Psicólogo e mestre em Ciências Sociais pela UnB. Foi Coordenador Nacional de Combate à Tortura e Membro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Atualmente é Conselheiro na Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas, compõe a Clínica Aberta de Psicanálise na Praça Roosevelt (SP) e coordena o grupo Precisamos Falar sobre o Fascismo (RJ). Atua como Psicanalista em São Paulo.

EXPOSIÇÃO

Bom, boa tarde, bom dia.

Eu estou emocionado e, depois dessa fala sua, especialmente a do Paulo Maldos, acho que eu não vou conseguir falar sem ‘marejar’, mas se tiver, vai rolar. Por quê?

Eu sou de Brasília, moro em São Paulo há 7 anos, mas mesmo gostando e odiando, não vou voltar; gosto muito de São Paulo. E é uma alegria vir para Brasília. Quando venho para cá, em qualquer evento, fico na casa dos meus pais, e hoje cedo vim de carona; é uma surpresa vir para esse evento na Escola Classe, mas o que é a Escola Classe?

Acho que a maioria das pessoas aqui é de Brasília. Estava explicando para o Paulo Maldos, mudando um pouco a minha fala, pois acho que tem tudo a ver com a conquista de território, privatização, golpe e um pouco o que se fez com o Galdino, vou falar um pouquinho sobre isso: a questão da representação, a mudança de perspectiva público-privada e o que quer dizer esse projeto de nação, o abandono disso, e o que é esse auditório. Esse auditório é um dos sonhos de Anísio Teixeira, essa escola, a Escola Parque, é uma das poucas escolas pensadas já no plano do Lúcio Costa e construída com a arquitetura do Niemeyer. Nós estamos em um belo exemplo das primeiras escolas inauguradas em Brasília, ainda em 1959-60, junto com a igreja que foi inaugurada em 1957, a 308 Sul e a 307 Sul; a 105 e a 106 Sul, junto ao Cine Brasília, a 107 e a 108 Sul, assim como as Quadras 500, 700 até lá em cima nas Quadras 900, onde tem a Escola Elefante Branco (CEMEB). descendo, a gente tem o clube de vizinhança. Enfim, o que que é isso? É um conjunto vizinhança, de comunidade. Uma ideia que nunca “pegou”, mas que no seu plano original coube como ‘um documento de nação’, de sonho de uma nação; lermos o relatório para a Nova Capital do Lúcio Costa, que foi o urbanista, e do Niemeyer, que foi o arquiteto, era uma descrição de um “desejo de nação”, uma vontade que aconteceu naquele momento, a qual se tentou executar com as contradições, mas que jamais aconteceu naquela forma. Entretanto naquele texto, que é ‘de chorar de bonito’, entendia-se que aconteceria uma integração como, por exemplo, nos apartamentos mais simples das 400, que são ‘super dignos, mas hoje custam quase um milhão de reais. Para quem não conhece e está vindo de fora, Brasília é dividida: são duas ‘asas’, a Norte e a Sul, e dois eixos, o Leste e o Oeste. O sentido oeste ficou com “W” para não ficar “O”, então ficaram as vias W1, W2, W3 (lado oeste) e as vias L1, L2, L3 (lado leste), além das Asas Norte, com 16 quadras para o sentido norte, e Sul, com 16 quadras no sentido sul. Então é muito fácil, uma questão de olhar o mapa e a coordenação. Então para cá: 400, 200, para cá você tem 300, 500, nós estamos na 300, isso aqui vai ser 500, ponto de ônibus do índio Galdino, 500, 700. Bom, isso não importa muito, mas o fato é que essas unidades se repetiriam e a ideia seria, por exemplo, que nos apartamentos mais simples, como disse, morariam os garçons, as copeiras, os motoristas, profissões menos remuneradas, em lugares muito dignos e que frequentariam as mesmas escolas e os mesmos ciclos comunitários nas unidades de vizinhança; nas escolas, com a mesma arquitetura, o mesmo nível de professores,

da mesma Fundação Educacional potente, teríamos os filhos de todos do mesmo bairro, fazendo a própria creche. Depois, juntariam as pessoas de duas ou três quadras, para irem da primeira à quarta série. Falo na minha linguagem, pois antes era outra, agora é fundamental e médio. Daqui a pouco não terá linguagem nenhuma. Mas a gente vai recuperar.

Uma utopia, uma estrada a ser percorrida, não é isso? E é uma frase que não é do Galeano, ele estava na mesma sala quando disseram. Mas ele gosta. Então, tem uma escola nessa quadra em que estamos, nessa escola tem uma creche, tem uma escola de primeira à quarta séries, e as pessoas, na verdade, as crianças iam começando a se integrar... essa aqui moraria com funcionário do Banco do Brasil, tem o Clube e se juntaria, tem um cinema, Teria um cinema a cada quatro quadras, mas só ficou o Cine Brasília, onde é feito o festival brasileiro; os outros agora viraram igrejas. Era uma ideia de integração comunitária impressionante. Esse era o sonho imaginado por Lúcio Costa, a escala gregária: essa escala de quadras é uma escala a ser respeitada, compreendida. É muito difícil para um país desorganizado fazer uma cidade organizadíssima. Não deu muito certo.

O setor de hotéis, por exemplo. Quando você sai de um hotel, você quer ter um restaurante, não outro hotel. Então, há uma série de erros assim, para quem vem de fora, sofre um tanto. Mas se todos saírem daqui e andarem pela 308 Sul, que foi executada com jardins Burle Marx por exemplo, e azulejos do Athos Bulcão, enfim, melhor que o Brasil produziu no seu modernismo, com a Igrejinha aqui. Então, nós estamos em um ponto central, essa escola reuniria as pessoas do lugar, para aqui viriam todas(os) as(os) adolescentes, de toda região e aconteceria neste teatro atividades culturais. Então a gente está no centro de um pensamento político de um futuro do Brasil que foi sonhado como democrático.

Estou muito feliz e emocionado de estar aqui, entretanto essa escola não deveria ter cerca, e ela tem cerca há muitos e muitos anos. Lembro dela em uma época que não tinha essa cerca. A quadra era aberta. Isso aconteceu nos anos 90, quando a pauta da privatização entrou mesmo aqui e foi absorvida pela população de Brasília. Isso é muito esquisito; vejam bem: essa escola aqui hoje cercada, mas aberta para o nosso seminário e tantas outras atividades, também vive uma situação. A 308 Sul, a 307 Sul e as quadras 400 viraram, desde o início, lugares tão dignos que não comportaram os candangos, os trabalhadores que a construíram.

Desde o início Brasília foi um lugar de exclusão social. Hoje nós estamos chegando a 3 milhões e 100 mil habitantes na grande Brasília. Vai ultrapassar Belo Horizonte. O entorno, a periferia do DF, um lugar que nasceu 'faroeste', onde moram as pessoas para quem tais apartamentos, apenas um pouco mais modestos aqui, seriam destinados às pessoas mais simples, com trabalhos menos remunerados, teve invasões, desde o início, em um processo de degradação das condições de moradia e não inclusão. Essa é uma marca de Brasília: a segregação, onde as cidades satélites surgem assim, ou seja, o sonho de uma "desejosa convivência inter-classes" já começa com problemas.

Parece mesmo que Brasil não suporta a ideia de socialismo ou mesmo de convivência comunitária, desde aquele momento inicial até o presente. Vejam, a cidade, que nos anos Lula e Dilma, ao contrário dos anos 90, que teve seu funcionalismo público humilhado pelo governo Fernando Henrique, pela privatização, pela demissão e arrocho, foi valorizada, recontratada, com filhos que foram colocados em posições valorizadas, imigração de pessoas qualificadas, para um estado que funcionou bem para as políticas públicas que o grande Governo Lula, esta mesma cidade 'panelou' ensurdecidamente no processo recente do Golpe, de forma fascista, e isso me envergonha enormemente. Então, volto à questão dessa escola, do seu território perdido e, como psicanalista, ressalto

a questão do inconsciente, já que essa talvez seja uma encomenda, ou eu esteja falando isso o tempo todo, está ótimo. Percebi quando ouvi uma notícia de um pedido dos moradores da região que foi acatado pelo governo local, que as escolas públicas daqui não eram utilizadas como uma opção da classe média, mas sim as escolas privadas, isso desde os anos 70; as belas escolas que se integrariam com essa estrutura de fina arquitetura, com os professores da Fundação Educacional do DF o (que apesar dos baixos salários, ganham acima da média do Brasil inteiro). Temos aqui em Brasília cinco ou seis escolas públicas, espaços estes que são utilizados, com raríssimas exceções, por funcionários do comércio, por empregadas, etc. A notícia tratava de um abaixo assinado para reduzir o horário das escolas perto dos prédios nesta quadra, a 308 Sul, porque a alegria das crianças mais pobres que a gente está escutando aqui, nesse sábado, incomodava o sono das pessoas; este pedido foi acatado pela Secretaria de Educação: reduzir o horário das escolas numa cidade que foi pensada para que tivesse comunidade. Quer dizer, existe aí uma ‘clivagem’ absoluta de projeto, um asco à pobreza, um asco à vulnerabilidade..

Brasília é o que? O que é o Brasil? O que é a classe média? A classe média alta da qual estou falando é o pessoal que veio da roça, é um pessoal a que veio de uma origem que não é essa que se pensa, da qual ela se enxerga, que é contra a taxaço de grandes fortunas, porque acham que vai tocar nelas, que ‘aplaude o Itaú e vaia o Banco do Brasil’, achando que é banqueiro, que não é bancário, e assim se enxerga, fidalga, devendo o valor do apartamento, não tem nada garantido para os filhos, mas acredita que está é dona de Bens de Capital, negando sua vulnerabilidade, sua condição de trabalhador

É uma coisa deliróide, completamente deliróide, e que entrou de forma potente, por exemplo, na cidade em que as pessoas são remediadíssimas,¹ e não teriam isso. Então, pensando nessa história do Niemeyer, lembrei de outra coisa que me deixou meio comovido: lembrei das escolas do Brizola, do homem que mais inaugurou bibliotecas no Brasil. O Brizola também chamou o Niemeyer e fez os CIEPS, com Darcy Ribeiro nas comunidades do Rio de Janeiro. São coisas que ficaram, como essa escola está aqui. Parece que a gente tem que se apegar um pouco ao concreto armado. Essas coisas ainda congregam, a gente está aqui, não ficou. Então nós temos um país sonhado, um país desconstruído, um país desejado, um país demolido. O pacto de 88, o pacto de 91, não sei, todas essas coisas estão sendo negadas. Há quem diga que está pior do que 64, e vou concordar. Não foi feita a reparação da escravidão, a gente está vendo aí. O Tales esteve aqui ontem, abriu com uma fala interessante, eu não pude ver, mas com certeza, as falas dele foram geniais; ele escreveu um livreto, um cordel que chama: “somos contemporâneos de nossa escravidão”, e isso é verdade.

Nós estamos aí vivendo uma existência ‘do incômodo’, da não reparação sobre a escravidão, que faz com que essa vivência social das pessoas seja um incômodo de ter crianças pobres gritando perto de você; a alegria dessas crianças não é alegre para a classe média.

O fato de as pessoas mais simples, ou negras, especialmente negras, começarem a ir para a universidade, enfim a gente sabe, já conhece esse rosário todo sobre o que está sendo disputado. Está sendo disputado o fato do Capital ser refratário a um pensamento comunitário. O Capital é refratário ao público, ele é necessariamente fragmentário, coloca as pessoas em uma disputa individual por conseguir o seu lugar. Nesse sentido, podemos entender o que está acontecendo. E aí eu acho que entra um pouco nos meus cinco minutos, e voltando para o debate que seja para complementar. E o que está acontecendo? Nós temos uma dispersão de cena, ainda pode ser qualquer outra linha psicanalítica, mas uma explosão dos “eus” dos

1 N.R. Que tem situação financeira não muito folgada, mas que permite atender aos seus gastos.

narcisismos, das individualidades. Isso é produto de um golpe financista ou da explosão do capitalismo que é, necessariamente, fragmentado. Ou responde a isso, responde a isso de uma forma muito clara. Então, como nós, que temos uma perspectiva de vida democrática, podemos responder a isso não sendo mais fragmentários?

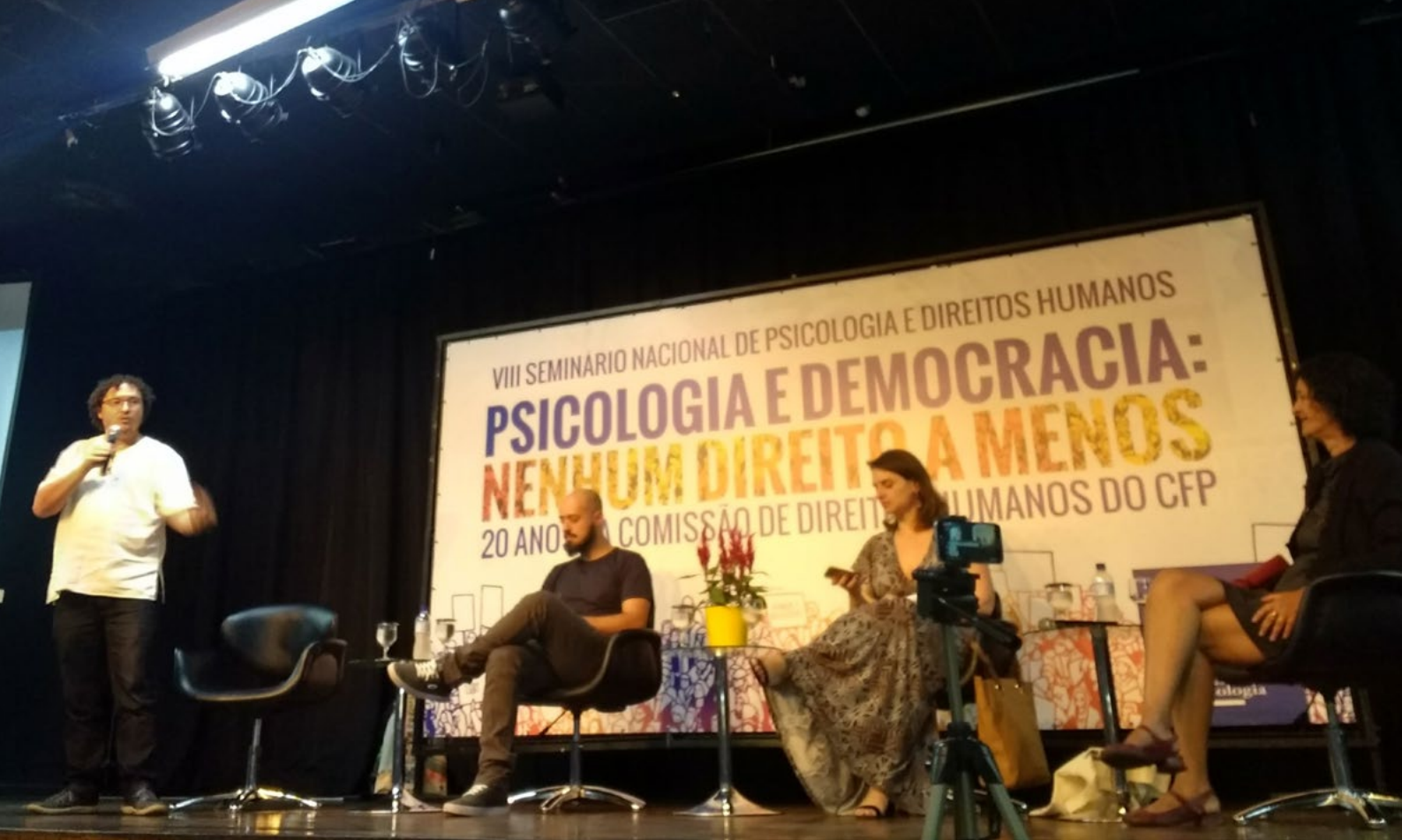
Diante de uma necessidade, essa é a pergunta que eu coloco, de uma necessidade de fazer a busca por representação, uma representação que é que se está colocando, representação que a gente faz aqui, na ideia de comportar a dimensão da reparação histórica, como agir para não virar uma coisa mais fragmentada, fazendo isso de forma balanceada, criando unidade dentro das diferenças que têm que ser compensadas? Uma pergunta que eu coloco para se pensar: por que existe violência dentro da gente, neste momento, que é necessária? Mas existe uma outra violência externa que talvez seja também muito necessária colocar aqui. Então, qual é a energia que a gente tem que balancear? Isso é uma provocação? Não. É uma pergunta real.

Faço parte de um coletivo que vai na praça Roosevelt (não estou junto do coletivo neste momento), atendendo e entendo que neste sentido, frente ao que está acontecendo, a dispersão constitutiva do capitalismo, que acentua essa fragmentação entre nós mesmos, como coloquei, conexões entre as pessoas se fazem absolutamente necessárias. É um fato importante, que tem me deixado muito mobilizado, e como! Então, penso na disputa de territórios, como conseguir conquistar o inconsciente dessas pessoas que estão capturadas pela ideia de que eles vão conseguir um lugar nesse espaço de suposto gozo, do qual não fazem parte da opressão, ser um “patrão”, mesmo quando não se é, um opressor, não um oprimido pelo Capital, ainda que em grau muito diferente. Acham que estão em outro lugar, estão dissociados. Aí já é um pensamento, que seria essa classe média que nega, nega, nega, a sua posição de também parte de algum lugar, de opressão, muito menos do que a classe trabalhadora, mas que não se vê como trabalhadora quando é bancária por exemplo, e se ver como banqueira. Falo de uma classe alta, não estou falando de um lumpesinato, nem de uma classe excluída; mas sim de uma classe incluída. Mas é aqui que se mobiliza, e que certa forma se mobiliza pelo golpe, que de certa forma, diz que dirige ou forma, a chamada mobilização popular a qual a gente tem que reagir.

Essas são as primeiras considerações. O que me pegou foi o fato de a gente ter um auditório sonhado e desconstruído, uma cidade pensada para ser socialista, e desconstruída. Um projeto de nação, que foi tentado e que foi fudido, uma Universidade pensada pelo Darcy Ribeiro, e como ele mesmo fala, uma filha prostituída. Um CIEP lascado, uma constituição rasgada, um governo que faz com que nós acreditemos que as coisas serão de um jeito, porém, são muito piores. Como faremos uma luta civilizatória? Quais são os embates e as maneiras estratégicas novas? Qual a tática e a variação de correlação que temos que fazer com realidade? É um pouco isso, a integração é possível? Que diálogo?

Concluo com isso: nós estamos em uma travessia onde todos atores que trabalham com a ideia de travessia pensam, e vou pensar assim, que o conhecimento é uma produção conjunta e as ideias emergem do conjunto de pessoas nos seus encontros existenciais; a gente está aqui pensando isso, e isso forja uma nova possibilidade exponencial de valor; a gente está ‘fudido junto’, a gente vai pensar, vai sair conhecimento e pensamento otimista, e mesmo na tristeza, a gente se junta, emergindo pensamento e conhecimento.

Então é isso. Eu me preparei para falar sobre cidade, para pensar sobre território perdido e pensei nesse lugar. Quando falamos do índio Galdino, lembro que estava chegando na escola, que estudava aqui em cima e tinha gente comentando: “mas era só um mendigo”, meio que concordando com aquele pessoal lá. Um deles estudava na minha escola.



DIÁLOGO 4

Desafios da comunicação
e da democracia diante da
manipulação e da cultura de
ódio nas ruas e nas redes

BIA BARBOSA

Minicurrículo

Jornalista, especialista em direitos humanos, mestre em Gestão e Políticas Públicas (FGV). É cofundadora e uma das coordenadoras executivas do Intervozes. Foi Secretária Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) entre abril de 2014 e abril de 2018.

EXPOSIÇÃO

Bom dia a todas e todos!

Queria agradecer muito o convite e parabenizar o Conselho Federal de Psicologia por essa iniciativa. Tanto pelo Intervozes quanto pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, acompanhamos de perto o trabalho da Comissão de Direitos Humanos do CFP e o Conselho desde a gestão da Roseli Goffman, que foi quando passei a conhecer melhor o CFP. Até hoje o Conselho tem sido um aliado estratégico da luta pela democratização da comunicação e por outra mídia na nossa sociedade.

Sobre o tema dessa mesa, antes de entrar no discurso de ódio, gostaria de fazer uma reflexão geral, para a gente entender como é que chegamos nesse quadro de uso dos meios de comunicação, não só das redes sociais, para a propagação de violência da maneira como vemos hoje. E não podemos dissociar essa realidade, que vivemos hoje, da maneira como historicamente o sistema de comunicação foi constituído no Brasil.

Acho que não é nenhuma novidade para esse público falar o quanto essa mídia é concentrada, nas mãos de poucos grupos, de poucas empresas. Mas precisamos sempre relacionar essa concentração com o tipo de conteúdo que é veiculado não só pela mídia tradicional, mas pelos meios de comunicação no geral. O Brasil, ao contrário de outras democracias, fez uma opção muito clara nas décadas de 40 e 50, quando os meios de comunicação de massa se instalaram no país, por um sistema prioritariamente privado, comercial, com fins lucrativos, de radiodifusão. O Estado brasileiro não só se omitiu no sentido de constituir uma comunicação pública e de garantir um sistema de comunicação plural e diverso como sempre atuou, independentemente de que governo estivermos tratando, em aliança com o poder dos grupos de comunicação. E não enfrentou, do ponto de vista da regulação, das leis e das normas instituídas no país, a necessidade de um sistema plural e diverso, que representasse e que desse voz à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, etária, de orientação e identidade sexual que existe na nossa sociedade. E é por isso que tão poucos segmentos sociais se sentem representados de fato, hoje, nos meios de comunicação.

Assim, chegamos ao quadro atual, com os meios de comunicação tendo jogado um papel central, em primeiro lugar, na desestabilização política do governo Dilma, e depois na legitimação do impeachment e na instalação desse governo, que nós consideramos ilegítimo, e que está no poder até hoje. Quando falamos de democratização da comunicação, trazemos a bandeira de que não há democracia sem mídia democrática. Há alguns anos, fazíamos essa crítica no sentido de apontar que nossa democracia ainda não havia sido consolidada. Hoje, vivemos um quadro de exceção, de ruptura democrática, para a qual os meios de comunicação jogaram um papel central. E o debate que a gente faz hoje sobre o discurso de ódio em relação a grupos sociais e às questões de gênero também é um discurso de ódio contra a política, como você bem colocou no seu texto introdutório, Roseli. Essa ideia de propagação de uma proposta de aniquilação, de acabar com o outro, vem de muito mais tempo.

Hoje precisamos entender o fenômeno do discurso de ódio considerando o contexto de internet, de um espaço de velocidade muito grande, mas é preciso considerar que temos um sistema de comunicação que historicamente exclui os negros, que historicamente invisibiliza e trata de uma maneira totalmente discriminatória os indígenas, que historicamente estereotipa qualquer orientação sexual que não seja a héteronormativa, que trata a mulher e o corpo da mulher como um objeto a ser comercializado pela publicidade. Esse sistema de comunicação sempre foi constituído assim, e o Estado brasileiro não enfrentou e não agiu diante de uma série de violações de direitos humanos que sempre aconteceram nesse espaço midiático. Por isso chegamos ao quadro de hoje.

Eu não consigo dissociar, por exemplo, o discurso de ódio que vivenciamos nas redes sociais com o fato de termos, em algumas capitais do Brasil, de 7 a 8 horas de programas “policialescos” difundindo discurso de ódio para a população. E quando sabemos que a imensa maioria da população brasileira ainda tem na televisão o seu principal canal de informação, mesmo com todo o crescimento da internet, não podemos desconsiderar este aspecto. Os números mais recentes mostram que 70% da população brasileira tem acesso à internet. Mesmo assim, quando a televisão não é o primeiro canal de informação da população, ela é o segundo. Então ainda há um poder de informação e de formação da chamada opinião pública, em torno de quaisquer assuntos, muito dependente e vinculado ao poder dos grandes grupos de comunicação privados, comerciais com fins lucrativos. Então se não enxergarmos a relação entre o sistema de comunicação existente, historicamente controlado por empresas, com um poder de formação e de manipulação da sociedade até hoje, influenciando inclusive os tomadores de decisão do país e usados para os interesses não só econômicos mas também políticos das empresas que controlam esses canais, e o problema do discurso de ódio na internet, estaremos enxugando gelo.

Vamos achar que vamos resolver essa questão com as redes sociais e não vamos entender que esse sistema está todo relacionado e é historicamente legitimado pelos meios de comunicação tradicionais. Porque o ódio pelos negros, o ódio pelas mulheres, o ódio pelos homossexuais, o preconceito contra os indígenas, contra os nordestinos, ele não nasce nas redes sociais. As redes são o espaço em que esse preconceito se propaga em alta velocidade e chega a muita gente. Mas esse preconceito está dado na nossa sociedade, e ele é legitimado pelos meios de comunicação quando eles invisibilizam, estereotipam, criminalizam e quando silenciam toda nossa diversidade.

Entrando na agenda da internet, o impacto do ponto de vista da propagação do discurso de ódio nas redes é significativo. Não é algo para a gente banalizar, devemos tratar com seriedade que a questão exige. Ao mesmo tempo, medidas como as que tem sido tomadas, por exemplo, como a remoção em massa de conteúdo, como algumas plataformas têm feito, sem critérios e sem transparência, podem respingar na violação de outro direito nosso, que nos é muito caro: o direito à liberdade de expressão.

Se a gente transfere, por exemplo, para atores privados como essas plataformas a tarefa de analisar se um determinado conteúdo se enquadra em discurso de ódio, ou se determinado conteúdo viola direitos humanos e, portanto, tem que ser removido imediatamente, e se não entendemos que toda análise de conteúdo deve ser equilibrada com a garantia do exercício a liberdade de expressão, não tenhamos dúvidas: o elo mais fraco dessa história, que somos nós, defensores de direitos humanos, seremos ser os primeiros a serem silenciados. Já há inúmeros exemplos de protestos feministas que são silenciados na internet. Uma pesquisadora europeia tem estudado como o Facebook diferencia a divulgação de ataques que acontecem contra

Israel de ataques que acontecem contra a Palestina. Então precisamos pensar esse cenário e, primeiro, entender que o discurso de ódio vivenciado hoje nas redes sociais tem uma relação direta com o que outros meios de comunicação também produzem do ponto de vista da formação da opinião pública no Brasil, ou da manipulação da informação no Brasil.

E a resposta para isso não pode passar pelo cerceamento da liberdade de expressão de uma maneira indiscriminada. Temos que tratar, sim, essa questão do ponto de vista da Justiça, para que seja possível equilibrar o exercício da liberdade de expressão com outros direitos que devemos preservar. Ninguém está defendendo aqui - e historicamente afirmamos isso - que a liberdade de expressão é um direito absoluto. Muito pelo contrário, ela precisa ser limitada a partir do momento em que o exercício dessa liberdade viola outros direitos. É por isso que achamos, por exemplo, que os programas “policialescos”, da forma como são constituídos hoje, não poderiam estar no ar, porque violam sistematicamente nossa Constituição. Vários conteúdos que passam de uma maneira recorrente na televisão brasileira violam direitos fundamentais e essas emissoras deveriam estar sendo responsabilizadas por essas violações. Por outro lado, se transferimos a responsabilidade de quem vai avaliar se determinado conteúdo viola ou não direitos humanos, corremos o risco muito grande de também termos o exercício da nossa liberdade de expressão cerceado, neste caso, pela atuação dessas plataformas.

Então é um jogo de equilíbrio que, com todos os problemas que o nosso Judiciário tem, talvez tenhamos que manter nas mãos do Judiciário, para que a gente não incorra no risco de ter plataformas tomando decisões sobre que conteúdos podem circular ou não nessa esfera que, cada vez mais, é a grande esfera de debate público na nossa sociedade.

Justamente por conta dessa preocupação, lançamos no final do ano passado uma campanha chamada “Conecte Seus Direitos”, que convidamos todo mundo para conhecer e se somar. É uma campanha para afirmar que, também no campo da internet, todos os nossos direitos devem ser garantidos, nossos direitos devem ser protegidos e respeitados, e não violados, mas também para afirmar que nossa liberdade de expressão também deve ser garantida no mundo online. Porque, se ainda existe um espaço em que conseguimos fazer alguma disputa de ideias, alguma disputa de valores nessa contra narrativa, para chegar a uma parcela da sociedade que não chegaríamos de outra maneira, esse espaço ainda é a internet. E infelizmente esse espaço também, como os meios de comunicação tradicionais, têm sido cada vez mais controlado por grandes empresas de comunicação, como Google, Facebook e Amazon.

É um cenário em que precisamos trocar o pneu com o carro em movimento; em que precisamos encontrar respostas para essas questões enquanto elas estão nos desafiando de uma maneira cotidiana. Cada dia temos uma nova agenda para responder em relação a isso, mas acho fundamental, nesse contexto, afirmar a fundamental defesa dos Direitos Humanos, independentemente de que lugar estivermos. E essa é outra agenda que trazemos dentro da campanha. Racismo é crime no mundo offline e no mundo online; não preciso ter uma lei específica dizendo que racismo é crime na internet. O que precisamos é garantir que a aplicação da nossa legislação e do já temos na nossa sociedade também valha na internet.

No oito de março deste ano, lançamos uma série de adesivos da campanha Conecte Seus Direitos com os dizeres “assédio é crime na rua e no aplicativo”, porque a violência contra a mulher precisa ser combatida no mundo offline e no mundo online. Então nossa agenda e nossa resposta para o discurso de ódio tem que ser a resposta da defesa dos direitos humanos. E o desafio é, num cenário com a internet cada vez ocupando um espaço mais primordial no debate público e também sendo cada vez mais controlada e direcionada por grandes atores das

redes sociais, encontrar uma resposta que garanta que os direitos humanos não sejam violados de maneira sistemática nesse espaço das novas tecnologias de informação e de comunicação e que nossa liberdade de expressão também não seja atingida pela ação dessas plataformas.

Não tem resposta fácil em relação a isso, mas é um debate que precisamos fazer. É aí fundamental ter espaços como esses para refletirmos juntos sobre alternativas, para entendermos que não vamos resolver o problema do discurso de ódio removendo conteúdo em massa na internet. Vamos enfrentar esse problema combatendo o discurso de ódio que existe fora da internet, entendendo que o ambiente virtual propaga e dá amplitude, tem um alcance significativo. Mas precisamos enfrentar essa questão de uma maneira mais sistêmica, inclusive enfrentando uma agenda que é historicamente sonogada no Brasil que é a violação de direitos humanos no meios tradicionais de comunicação, pauta em que o CFP sempre teve um papel superimportante e que conta com uma série de iniciativas da sociedade civil. Essas agendas precisam ser tratadas de maneira coordenada e articulada, por que de fato isso hoje é uma ameaça para a nossa democracia.

Sobre a questão democrática – e eu encerro com isso –, hoje não podemos nem mais falar que nossa democracia não vai se consolidar se não tivermos uma mídia democrática. É preciso dizer que não vamos retomar a nossa democracia se não tivermos uma mídia democrática, onde nossa diversidade possa ter voz. É isso. Muito obrigada.

COMENTÁRIOS

Obrigada pelas perguntas. Sobre a questão da liberdade de expressão, esse é o grande debate que a gente enfrenta. Nunca usamos, no movimento pela democratização da comunicação, o discurso da defesa da liberdade de expressão para justificar violações de direitos. Muito pelo contrário, quem usa esse discurso não só para justificar a violação de direitos mas para justificar que o sistema de comunicação continue com sempre existiu no Brasil são os grandes proprietários dos meios de comunicação, que, quando pautamos qualquer discussão sobre regulação da mídia, são os primeiros a dizer que regular os meios de comunicação, ou responsabilizar os meios de comunicação por violações, seria praticar censura. Não é à toa que eles foram até o Supremo Tribunal Federal para acabar até com a política de classificação indicativa, que é uma regulação mínima para proteger crianças de conteúdos inadequados. Sabemos que ainda vivemos a história da ditadura no Brasil, que a geração que lutou contra a ditadura e sofreu a censura na pele ainda está viva. E que quando esse fantasma da censura é manipuladamente utilizado por quem não aceita nenhum tipo de regulação dos meios ou de responsabilização por violações de direitos nos meios de comunicação, esse discurso do cerceamento à liberdade de expressão vem à tona.

Mas precisamos, sim, afirmar que a liberdade de expressão tem limites, e entender que os direitos humanos são interdependentes e não hierarquizáveis. Ou seja, a liberação de expressão não é superior à dignidade humana, ela não é o direito mais importante ou mais relevante, por exemplo, do que o direito à vida. Não é um direito que tem peso maior do que o direito das mulheres, o direito da população negra, o direito a exercer sua orientação sexual. Só que precisamos equilibrar esses direitos. E entender que, a partir do momento em que achamos que a liberdade de expressão não é algo muito caro, vamos ser os que mais vamos sofrer com isso.

Quando a gente fala em liberdade de expressão, não está falando só da rede social, da internet. Estamos falando, por exemplo, de mobilização de rua. Os protestos no Brasil, nesse

último período e nesse contexto de golpe que vivenciamos tem sido brutalmente reprimidos, mais do que sempre foram. Ou seja, a nossa liberdade de expressão de poder ir à rua, de falar “Fora Temer”, de lutar contra a reforma da previdência, da população do Grajaú sair às ruas e defender os seus direitos, tudo isso precisa ser defendido. E se a gente não defende a liberdade de expressão também como um direito fundamental, não absoluto ou superior a outro direito, mas um direito fundamental, todos sofreremos com isso.

E aí precisamos conseguir diferenciar um discurso que de fato é de ódio, que prega violência, que propõe a aniquilação de um grupo social, um discurso racista, homofóbico, machista do restante, porque esses discursos não estão amparados pela proteção que o exercício da liberdade de expressão tem no âmbito internacional, da Declaração dos Direitos Humanos. Então, é esse tipo de discurso que tem que ser responsabilizado, que tem que ser punido, ser removido, e isso não é violar a liberdade de expressão. Por outro lado, também não podemos banalizar o que é a conceituação do discurso de ódio, porque se banalizamos e tratamos tudo como discurso de ódio, também vamos sofrer as consequências da interpretação do que é e o que não é discurso de ódio, sendo tratado como tal.

É um debate superdifícil de fazer, mas por isso mesmo precisamos sempre trazer a Declaração Universal dos Direitos Humanos e como ela propõe o equilíbrio entre todos os direitos. Não esquecer que a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas que não cabe ali dentro a violação de direitos.

Para terminar, acho que o movimento social brasileiro, no geral, na sua diversidade, tem uma proposta e um projeto de comunicação para o país, e a gente vem discutindo isso há muito tempo. A Conferência Nacional de Comunicação por exemplo, que mobilizou quase 60 mil pessoas no Brasil todo em 2009, apontou uma diretriz muito clara sobre como o país deveria conduzir não só a regulação da comunicação, mas as políticas públicas nesse campo. E essa diretriz vai justamente no sentido de não entender a comunicação como um espaço dos especialistas, de entender a comunicação como um direito de cada cidadão e de cada cidadã. E quando falamos de um direito, todo mundo tem que se apropriar e reivindicar isso. Acho que a gente tem esse projeto. A questão é que não conseguimos fazê-lo ser incorporado pelos governos quando a gente pôde. Perdemos a oportunidade de fazer isso, e agora estamos pagando um preço muito caro, por não ter mexido também nessas estruturas, porque a mídia teve um papel central no processo de golpe que vivenciamos.

Precisamos voltar ao governo para poder implementar esse projeto? Eu acho que não. Não precisamos entender o governo federal como o único espaço para fazer isso. Vamos pensar nas prefeituras, nas cidades, nos territórios. Vamos pensar nos estados, vamos diversificar o nosso olhar para o tratamento dessa questão também. E vamos constituir e fortalecer as nossas ferramentas e os nossos espaços de comunicação, não dependendo só do governo para isso. O governo central é fundamental, e perdemos uma oportunidade histórica nesse sentido. Mas não dá para sentarmos e falarmos “enquanto a gente não chegar ao poder de novo não vamos fazer nada para enfrentar isso”. Acho que o enfrentamento é cotidiano, e o debate da formação é fundamental. Por isso parabênzo e agradeço mais uma vez o convite para o seminário.

Muito obrigada!

Minicurrículo

Trinta anos; palmeirense; morador do Grajaú (distrito do Extremo Sul de São Paulo) e integrante-fundador do coletivo Periferia em Movimento. Jornalista com especialização em História, Sociedade e Cultura, e interessado em saber como as narrativas influenciam na formação e consolidação de identidades territoriais, e *vice-versa*, e o entendimento e luta pela garantia de direitos a partir disso.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde a todas e a todos!

Primeiramente eu queria agradecer aqui o convite para participar desse seminário. É muito importante estar discutindo isso em uma Seminário de Psicologia.

Meu nome é Thiago Borges; eu sou do Periferia em Movimento, que é um coletivo de comunicação, jornalismo, que atua no extremo sul de São Paulo.

O que a gente faz hoje não é nenhuma inovação exatamente, é algo que já vem sendo feito há muito tempo. Mídias livres estão aí desde o final do século dezoito. Existiu no Brasil, e sempre na luta pela garantia de direitos. E aí trazendo para as periferias de São Paulo, a gente tem um trabalho, que é anterior ao que a gente tem hoje, ao que esses coletivos de mídia têm hoje em São Paulo, que é do Rap, que é dos poetas de saraus, que também são nossa mídia.

Então só para lembrar isso também, que eu considero importante, porque se a gente está aqui hoje também, se eu estou aqui agora falando para vocês é porque tem muita gente que veio antes, percorrendo, abrindo esses caminhos para a gente. Aí eu queria fazer uma pergunta, propor uma reflexão para vocês, não precisa responder agora, que a gente sempre faz com adolescentes com quem a gente atua, para que a gente faz, para quem a gente realiza oficinas em escolas lá na região de onde a gente trabalha. Eu queria perguntar para vocês qual que é a notícia do dia, pensem sobre isso. Qual que é a notícia no lugar de onde vocês estão vindo, na cidade de vocês, no bairro de vocês, na quebrada de vocês, e por que que isso é notícia? Eu venho do Grajaú, alguém conhece Grajaú? Já ouviu falar? Extremos sul de São Paulo, ficou nos últimos anos ganhando notoriedade por conta do Crioulo que é um *rapper* local também. O Grajaú é o distrito mais populoso da cidade de São Paulo, com mais de meio milhão de habitantes. Ele está localizado na região extremo sul, que também compreende ali Parelheiros, Cidade Dutra, que é uma região que tem cerca de oitocentas mil pessoas, e é uma das regiões consideradas mais vulneráveis da cidade de São Paulo. É uma região que começou a ser efetivamente ocupada nos últimos quarenta anos de forma mais contundente. A maioria dos moradores é de migrantes do Nordeste, de Minas Gerais. Os meus pais, por exemplo, foram para essa região para trabalhar e encontram nela terrenos baratos para morar, porque é uma região de mananciais, área de Proteção Ambiental, logo, de preservação de mananciais e que, portanto, não deveria ser habitada. E pelo fato de não poder ser habitada, permitiu que o governo, que os governos, os sucessivos governos se omitissem de suas responsabilidades, sendo é uma região que historicamente sofre uma série de violações de direitos. Não por acaso é uma região que tem 60 % da população negra. Se a gente considerar que na cidade de São Paulo esse percentual é de 35 %, vocês já podem entender qual é a situação dessa população; o que que acontece e o que não acontece; o que deixa de ser feito. Também é uma região que é considerada pelo mapa da Assistência Social de São Paulo como uma das regiões mais vulnerabilizadas, e é nesse lugar que a gente atua, que O Periferia em Movimento atua.

O Periferia em Movimento é uma coletiva de comunicação que busca dar visibilidade para quem está na luta pela garantia de direitos, em diversas frentes, na luta contra o genocídio, na discussão sobre gênero, sexualidade, cultura, identidade, moradia e meio ambiente, mobilidade, direito à comunicação... e a gente faz isso com a proteção de conteúdo. Hoje a gente tem um alcance médio de cento e vinte a cento e cinquenta mil pessoas por mês nos nossos canais, página na Grande Rede e mídias sociais. Mas a gente sabe que isso também não basta, porque apesar desse alcance, ele ainda é limitado. A gente ainda acaba alcançando um público que, querendo ou não, é o público que já está interessado nessas temáticas, então a gente também faz encontros de aprendizagem, que são cursos, oficinas, palestras. Nos últimos anos a gente fez mais de oitocentas horas de oficinas e cursos para mais de três mil participantes, a maioria adolescentes, estudantes de escolas públicas dessa região que a gente atua, que é o extremo sul de São Paulo.

Acabei por fazer toda essa introdução para abordar a temática dessa mesa, que é o discurso de ódio, e manipulação da informação. E aqui foi muito falado sobre o quanto a internet hoje está sendo utilizada para potencializar esses discursos. E a gente lida com esse discurso o tempo todo desde sempre.

A mídia hegemônica desumaniza o tempo todo os nossos corpos. Ela desumaniza a nossa existência; ela tenta anular a nossa existência, a existência de quem vive nesse nesses territórios periféricos, e aí estamos falando do extremo Sul, que é uma região de extremo conflito, que é uma região que tende a continuar crescendo populacionalmente nos próximos quarenta anos, enquanto a cidade de São Paulo já parou de crescer na média. Então é a gente que está sofrendo diretamente com isso, porque a gente é invisibilizado, ou quando ganha alguma visibilidade, é uma visibilidade estereotipada, pejorativa. E quando a gente chega às escolas e pergunta para esse menino, para essa menina o que é notícia no seu bairro, o que é notícia na sua *quebrada*, a resposta é sempre a violência. Sempre a violência. Lá na décima, décima primeira resposta alguém fala: “Mas teve uma vez que estava tendo peça de teatro aqui. Eles vieram e mostraram e contaram isso”. E por que isso acontece? Será que só tem violência, será que só tem coisa ruim acontecendo aqui nesse lugar onde a gente vive? Ninguém vem aqui mostrar, por exemplo, o trabalhador, a trabalhadora que tem de sair às cinco horas da manhã e ficar três horas no “busão” para chegar ao trabalho. Ninguém conta a história dele.

E por que que isso acontece? E aí a partir daí a gente faz toda uma discussão sobre o papel da mídia. Essa mídia que sempre, — eu vou usar um termo da moda agora, *fake news*, com o que a gente sempre teve de lidar —, porque nas periferias é tudo *fake news*, o que e contribui para essa estereotipação, para essa inviabilização e para tentativa de anulação da nossa existência, não vou dizer tudo, mas no geral é o que a mídia hegemônica faz com periferias. E isso é muito presente no nosso dia a dia.

Ontem a gente estava comentando, por exemplo, a TV tem uma força muito grande, principalmente onde a gente mora, no extremo sul, em que você não consegue ter internet em determinados bairros, quando tem é velocidade máxima de dois mega. Vou citar o meu caso como exemplo: tive que brigar com a Vivo na Anatel porque a Vivo era a única operadora que atendia a região e não queria abrir, liberar uma porta para que eu conseguisse ter acesso a esse serviço. Então a gente tem pessoas que vivem em bairros mais afastados, que é uma região também que tem uma parte que é rural, que elas não têm acesso à internet, não tem celular. Então a televisão acaba sendo o único meio de informação dessas pessoas. E o que essas pessoas assistem? Elas assistem o programa do Datena. E eu não estou falando de pessoas que eu não conheço! Eu estou falando do meu vizinho; eu estou falando de pessoas da minha família.

E esses programas estão mostrando a gente, de uma forma totalmente desumanizada. Eu vou continuar reforçando essa questão da desumanização, porque na verdade é isso, esse tipo de telejornalismo está banalizando as nossas histórias, está banalizando as violências que a gente sofre cotidianamente, está naturalizando essa violência. Então não me surpreende que, quando ontem eu vi, — eu acho que foi a Marcelle —, que é do Fórum de Segurança Pública, falando aqui que eles fizeram um estudo e que constataram que o que mais impacta as pessoas não é necessariamente o homicídio, a gente tem sessenta mil homicídios por ano, mas não é isso que impacta as pessoas, o que impacta é o roubo. Então isso não me espanta, porque isso é construído cotidianamente. Esse discurso de ódio é construído cotidianamente. Esse imaginário em que as nossas vidas não têm importância, está cotidianamente dentro das nossas casas.

Então como que a gente lida com isso? Como que a gente desconstrói isso? Como que a gente lida com esse discurso de ódio, que é muito mais potente, muito mais potente numa casa na periferia do que aqui, por exemplo, no Plano Piloto, em Brasília. Porque aqui você ainda tem outros acessos, ali se está falando de acesso. Eu não estou falando nem do conteúdo que é veiculado. Você consegue ter acesso a outros meios e quem sabe construir uma outra, tecer outras narrativas que estão sendo propostas. Como que a gente lida com isso, nesse cenário? Eu me lembro de uma artista marginal, que é lá do Grajaú também, que é a Tatiane Monte, que sempre fala dos quintais compartilhados, que a gente tem que reconstruir esses quintais compartilhados, que antes a gente tinha nas *quebradas*. Hoje está cada vez mais raro as pessoas se sentarem na calçada, conversarem; as crianças irem à casa uma da outra; jantar na casa da vizinha; almoçar na casa de outra pessoa... havia uma convivência maior.

A gente está falando de afeto, de reconstrução desses afetos, do quanto que a nossa mídia também trabalha essa afetividade, não no sentido de “vamos nos abraçar e sermos felizes”, não é isso. É pensar as relações de uma forma mais profunda, e pensar nas suas demandas, nas demandas reais da população, o quanto que a nossa mídia, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica está comprometida com essas necessidades; o quanto que a gente está sendo afetivo nos conteúdos que a gente está tendo, que a gente está produzindo. Eu acho que isso é um caminho de ser mais afetivo, na nossa comunicação, mas a gente ainda está tateando os formatos. No caso do Periferia em Movimento a gente tem pensado em outros, e os encontros de aprendizagem já são uma alternativa que a gente encontrou, porque os adolescentes geralmente não acessam os nossos canais, então a gente vai falar com eles aonde eles estão, mas a gente tem buscado outros caminhos como mapas, como *memes*, como *stop motion* (o expositor mostra uma reportagem).

Eu queria exemplificar com essa reportagem que é sobre saúde sexual e reprodutiva de meninas. Ela foi feita por duas adolescentes, que participaram desse processo de aprendizagem do Periferia em Movimento, que são a Duda e a Evelyn. Elas optaram por utilizar duas personagens, na linguagem dos *memes*, falando na linguagem dos adolescentes. São duas bonecas conversando. A gente colocou isso no Facebook, o que provocou uma grande repercussão, e isso a gente utiliza em oficinas também, porque é uma forma de a gente mostrar que há outras possibilidades de se fazer comunicação, que não é só aquele linguajar chato do Jornal Nacional, que ninguém suporta mais, e que não precisa ser apelativo como esses sensacionalistas da tarde.

É um outro exemplo, que eu queria mostrar, é de um *stop motion* que a gente fez sobre a reforma da previdência, ano passado, quando ela estava para ser votada, nas vésperas da greve geral. Felizmente, não rolou a votação da reforma da Previdência. Mas a gente buscou; a gente buscou trazer um olhar local, territorializado de como que essa reforma da Previdência afetaria

a gente. É um vídeo, dentre outros, que a gente produziu, que também teve um grande impacto porque não é um assunto tão simples de se explicar para as pessoas, sobre a previdência. Ele teve uma boa repercussão também, e passou a ser utilizado em escolas, com os movimentos.

Então é pensar para quem que a gente está produzindo esses conteúdos. Por que a gente está produzindo esses conteúdos? Será que de fato a gente está acolhendo as demandas das pessoas nesses conteúdos? Então eu penso que é para gente democratizar de fato a comunicação, e ter de fato uma democracia, que nunca existiu nas periferias, porque a gente está vivendo um período de golpe, mas ela não deu tempo de a gente viver em um Estado democrático. Eu penso que se a mídia hegemônica o tempo todo nos desumaniza, então a gente está do outro lado; a gente tem que radicalizar nessa humanização.

COMENTÁRIOS

Agora eu vou tentar responder algumas das perguntas. Eu penso novamente que a gente tem que voltar a falar sobre afeto, porque há de se construir ou reconstruir essas conexões, com quem a gente está trabalhando. Desse modo eu vou citar de novo a Tatiane Monte, artista marginal lá do Grajaú. Ela trouxe uma provocação uma vez que não é o como a gente está fazendo que a gente tem que discutir, mas com quem, para quem que a gente está fazendo. Discutindo para quem se dirige o “como”, ele surge naturalmente nesse processo. Não é tão simples, mas ele vai surgir organicamente. O que me leva muito a pensar se a gente está praticando essa escuta ativa; se a gente está acolhendo.

Ontem eu estava falando com o pessoal sobre, por exemplo, as igrejas evangélicas que existem nas periferias a rodo. Na minha rua tem quatro. Elas são demonizadas, muitas vezes, inclusive, pela esquerda ou principalmente, não sei. Só que elas fazem um trabalho que é fundamental, que é de acolhida. Então aquela pessoa que muitas vezes não é representada em nenhum outro ambiente, no seu dia a dia, é nesse espaço em que ela o é, onde ela é obreira, que é a pessoa que vai visitar alguém doente, que arrecada cesta básica, que canta lá no coral da igreja, ela é alguém. Alguma necessidade dela está sendo atendida nesse ambiente. Eu estou dando um exemplo da igreja só porque é um local, é algo muito presente na vida da *quebrada*, mas há outros também.

E a gente está nesses espaços, ou a gente está fazendo essa escuta ativa dessas demandas? Eu acho que o discurso de ódio não é generalizado. Há as pessoas que produzem esse discurso e há as que reproduzem. Eu acho que com as que produzem não tem diálogo, sabe? Elas pensam assim, elas acreditam de fato nisso, elas estão convencidas de que é isso mesmo. Mas a gente pode colocar alguns pastores, e padres, e religiosos, enfim, líderes religiosos que produzem esses discursos. Mas quem reproduz muitas vezes reproduz por que não teve tempo na sua rotina nem de refletir sobre o que isso quer dizer. Então eu acho que há um processo que é pedagógico, inclusive, que é o de escuta. É uma via de mão dupla. Não é só a gente ir lá e explicar, mas também entender e aprender a construir esse processo pedagógico.

E aí eu acho que isso também tem que ver com a luta pela democratização da comunicação. Eu não sei se há medo. Eu acho que não é medo exatamente. Eu acho que é a gente está tão cansado de apanhar por todos os lados, que a gente precisa primeiro construir um corpo, um exército, para conseguir, de fato, que esse direito ele seja garantido. As pessoas têm de entender que a comunicação é um direito. E aí se você se coloca em um recorte territorializado, como é que você fala de um direito a comunicação, quando a pessoa não tem água encanada

em casa? Quando ela não tem esgoto tratado; quando ela não tem vaga na escola; quando a gente vive um processo de militarização intensa. Então essa discussão precisa ser travada, e não só por nós, que estamos na comunicação, nesse campo da comunicação, mas também, por exemplo, por quem está na Psicologia, e toda assistência social, que muitas vezes é quem consegue chegar lá na ponta, e fazer essa discussão sobre essas narrativas, que as pessoas acabam reproduzindo muitas vezes.

Eu me lembrei muito também de uma questão que a gente tem vivido, que é da militarização cada vez mais frequente em São Paulo. São Paulo não é como o Rio de Janeiro, e outras capitais, em que a violência do estado é mais visível. Ela acaba sendo um pouco mais sutil, nem tanto, mas é o que a gente tem visto hoje é que há uma militarização que não está só nas ruas, na repressão, nas abordagens nas ruas. Mas a gente vê uma militarização, por exemplo, no caso das medidas sócio-educativas, de policiais, com suas viaturas paradas na porta de medida sócio-educativa, onde esses meninos vão cumprir cumprir a medida, esses meninos que infringiram a lei de alguma forma. A gente vê por exemplo, diretores de escolas chamando a PM para “intermediar” conflito entre alunos, ou entre aluno e professor, ou entre familiar e equipe da escola, na escola. Então a gente vê a presença da polícia em espaços de convivência; espaço de cultura na periferia. Há todo um processo que a gente tem visto em que o mediador de qualquer coisa que aconteça acaba sendo a polícia. Então eu acho que tem que ver com a primeira fala, que é das conexões. A gente perdeu essa conexão talvez. Essa conexão está enfraquecida. Desse modo, a gente precisa recriar essas conexões reais, não só adicionar lá no Face.

Minicurrículo

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2019). Coordenou debates online no Ministério da Justiça entre 2010 e 2011 e foi coordenador geral de novas mídias e outras linguagens de participação na Secretaria-geral da Presidência da República de 2011 a 2016. É Diretor de Tecnologia do Instituto Cidade Democrática. Atua principalmente nos temas *software* livre, dados abertos e plataformas digitais de participação social.

EXPOSIÇÃO

Boa tarde pessoal!

Eu vou falar sobre o tema do uso das plataformas digitais de comunicação, internet e vou fazer um trocadilho sobre a independência do Cyber-espaço frente ao Capitalismo de Dados, então eu vou falar um pouquinho desses conceitos.

Essa aqui é a imagem do John Perry Barlow. Faleceu esse ano, em fevereiro. Era muito amigo do Gilberto Gil, e em 1996 ele escreveu um texto que eu vou ler o primeiro parágrafo para vocês, que é o Manifesto de Independência do Ciberespaço, e o contexto em que ele escreveu esse texto, que foi o Fórum Econômico Mundial. Então estava lá todo o um por cento da sociedade, reunida em Davos; e os governos já começando, o Estado aliado ao capital já começando a querer a interferir na internet.

Lá, em noventa e seis, a internet ainda era pré-histórica, ela era um espaço de muita liberdade, e aí já estavam querendo regular, sempre pelos mesmos discursos de coibir postagens agressivas, coibir pornografia, etc., e aí o manifesto começa assim:

“Governos do mundo industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço. Eu venho do espaço cibernético, o novo lar da mente, em nome do futuro eu peço a vocês do passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós, vocês não têm a independência que nos une”.

Então o John Perry Barlow — a gente pode considerar que ele é um dos precursores do tecno-otimismo, que acreditava muito que a tecnologia teria esse papel utópico de nos libertar das forças que nos oprimiam. Por um lado, o John Perry estava certo — Realmente a gente viveu no Brasil, principalmente nos últimos dez anos, essas tentativas de interferência no espaço da internet. Há dez anos a gente estava lutando contra o “AI-5 Digital”, que era uma lei que criminaliza várias práticas na internet, que depois deu origem ao marco civil, que foi uma lei para contrariar essa iniciativa, que fez com que o ficasse reconhecido mundialmente o Brasil como um país que conseguiu produzir uma legislação de vanguarda, que protege direitos na Grande Rede, que protege a neutralidade dessa Rede. Ano passado acabou de ser derrubada nos Estados Unidos uma iniciativa como essa, e quiseram fazer o mesmo no Brasil.

O Marco Civil protege essas coisas. E por esse lado John Perry estava certo, a gente tem de tomar cuidado. Inclusive eu chamo a atenção de vocês para uma coisa que está acontecendo agora, que é a legislação de dados pessoais no Brasil. Estamos correndo alguns riscos com isso, um deles é o PLS 330/2013, que está tramitando no Senado. Ele abre várias brechas para as empresas terem acesso aos nossos dados; e há também um risco agora de desresponsabilizar o Estado, o poder público, de ter cuidado com os nossos dados, afetando municípios, afetando outros poderes, então é uma agenda para a gente ficar ligado. Essa agenda da interferência do Estado na internet é uma agenda importante, sempre pensando que o Estado está sempre

aliado ao capital, com o um por cento. Porém, há uma outra agenda complementar a essa, que na época não estava muito sendo vislumbrada pelo John Perry: a internet ainda não tinha se transformado no *shopping center* que ela se transformou hoje, supercomercial, super-orientada aos negócios, e principalmente, o que é o tema central dessa minha fala, a questão das plataformas digitais em que, nesse processo do capital de ocupar a internet, o produto passa a ser a gente. Nas redes sociais os seus dados que estão circulando ali não são seus, são da plataforma, e ela, o modelo de negócio da plataforma é baseada em fazer compartilhar esses nossos dados, ou seja, compartilhar a gente com parceiros e com estratégias comerciais dos parceiros da Rede. E isso é feito por meio de vários artifícios, por exemplo, o Facebook. Se vocês olharem a imagem, a gente está dentro dessas bolhas, em que a gente só se vê se a gente é azulzinho; a gente só vê as coisas azuizinhas, e toda a diversidade, toda a cor fica fora da bolha, a gente tem menos contato. Isso é importante para os negócios porque a gente fica segmentado, e assim os parceiros da rede conseguem passar mensagens mais assertivas para a gente, para vender coisas, além de criar uma sensação de conforto em que você está com os que pensam iguais, desse modo, leva a gente a ficar mais confortável, a compartilhar mais coisas e dar mais informação para a rede. Isso então é bom para os negócios; é bom para a lucratividade de quem detém essa plataforma, na qual *nós* somos o produto. E aí a gente fica com aquela sensação, como as que se sentem nessas enquetes de Facebook, aquelas que a gente faz perguntando para a nossa bolha mais próxima o que ela pensa, como a que foi feita, perguntando para o pessoal quais eram os resultados de discussões políticas no Facebook. A opção era: “Você muda de opinião”; a segunda opção era: “Eles mudam de opinião”, e a terceira opção era: “Ninguém muda de opinião e todo mundo fica puto”, dando como resultado cem por cento a terceira opinião. Então a gente sai com aquela sensação de que nada acontece nas discussões de Facebook, mas acontece.

Não para a gente, mas para quem sabe manipular a gente de uma maneira inteligente, como foi o exemplo da Cambridge Analítica, que é um escândalo recente, que eu faço questão de trazer para a gente discutir.

A Cambridge Analítica conseguiu, por meio dos nossos dados, fazer estratégias para atender às necessidades dos seus clientes, que era na campanha em prol da saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, em 2016, e a campanha do Donald Trump nos Estados Unidos para presidência. Então esses eram os clientes da Cambridge Analítica. Ela usou o Facebook como um elemento dessa campanha. Esse escândalo da Cambridge Analítica foi um problema gravíssimo de violação aos direitos humanos de pelo menos oitenta e sete milhões de pessoas, numa tacada só, com o aplicativo da Cambridge Analítica, no Facebook. Isso por si só, já seria motivo para um alerta gigantesco, por conta de um vazamento de dados dessa proporção, e com o uso que foi feito disso. Mas eu acho que para o contexto do Seminário do CFP é melhor que eu traga o alerta para um outro problema associado a esse, que é o uso da psicologia com uma arma para a violação dos Direitos Humanos. Então parte do uso que a Cambridge Analítica fez dos dados de oitenta e sete milhões, era para poder chegar, analisar essas pessoas com base nos cinco perfis daquela teoria dos grandes cinco da Psicologia, que são: saber se a pessoa tinha traço de neurotismo e instabilidade emocional; saber se a pessoa era mais extrovertida ou introvertida; se a pessoa tendia ou tinha um traço psicológico mais para agradabilidade ou não; o nível de consciência da pessoa, e também o quanto a pessoa está aberta para experiências novas ou não. Com base nessas informações, dessas oitenta e sete milhões de pessoas, a empresa forjava mensagens específicas para, no caso do uso que fizeram, principalmente para aqueles que estavam mais indecisos.

Se você está indeciso, e há alguém que sabe te manipular psicologicamente, nesse nível, a chance de eu mudar de ideia com uma mensagem é muito maior. E essas mensagens então eram feitas de forma muito direcionada para essas pessoas, com base em atender às necessidades dos clientes da empresa, no caso, a Cambridge Analítica. Isso tem um efeito, ainda mais no que foi usado, em um processo de discussão pública, tem um efeito brutal para a democracia. Como diz Danilo Doneda, um professor que estuda essa agenda da proteção dos dados pessoais; “O controle sobre a vida das pessoas afeta o livre arbítrio”; diminui as escolhas possíveis para uma pessoa fazer, e isso está no coração do sistema democrático, então a manipulação afeta de morte o sistema democrático.

O que é esse fenômeno? Esse fenômeno é o fenômeno do Facebook. Então agora Mark Zuckerberg, dono Facebook, senhor do Facebook vai lá no Congresso Americano, e diz que vai implementar medidas... Acabou assumindo a culpa, mas o problema é muito mais embaixo. O problema não está só no Facebook, só em uma plataforma, o problema está no sistema que é chamado capitalismo de dados, assim como no capitalismo teve, no início, o cercamento das propriedades, o cercamento da propriedade intelectual, mais moderno, o capitalismo de dados é como se tivesse acontecendo o cercamento dos dados, ou seja, da gente, como se a gente tivesse sendo cercada a partir dos nossos dados, e grandes acumuladores de dados. O Facebook é um exemplo, o Google é outro, a Amazon é outro. Acumuladores de dados, que vão aumentando seu poder a partir do acúmulo de informações sobre nós, a partir do acúmulo do que nos representa do que a gente é. Então já está sendo chamado também de capitalismo de vigilância, além de capitalismo de dados, — e é legal a gente prestar atenção que, na verdade dados já começam a ser considerados como um novo petróleo; a nova moeda da democracia. Estamos chamando de novo petróleo porque todas as atividades econômicas vão passar por quem detém ou não dados, e moeda da democracia, porque a gente vê os impactos para a democracia, que aqueles quem concentram os dados, podem causar.

A gente deu um exemplo de uma única empresa, de um único aplicativo, e o desastre que causou. Imaginem isso multiplicado, com todo mundo que está fazendo isso. E aí, eu fico como se eu tivesse vindo aqui só para trazer más notícias; a gente sai daqui agora se abraçando, chorando... não tem jeito. Não, talvez existam algumas saídas, então nós vamos falar um pouquinho delas.

Não é fácil, a luta não é fácil, mas como a gente pode fazer para trilhar um outro caminho? Então eu acho que uma principal é a questão das políticas públicas digitais. Na época do manifesto da independência do Ciberespaço, John Perry falava para os governos não virem encher o saco de quem estava na internet e oprimir. E a gente viu que por uma parte ele estava certo, mas por outra, é importante a gente ter a regulação. É importante para o Estado regular, porque senão a gente deixa a internet nas mãos das empresas, e foi o que aconteceu! Como exemplo de regulação bem-feita, a gente pode citar o processo de legislação de proteção de dados da Europa, que está entrando em vigor agora, em maio, se eu não me engano. Ele foi construído com muito debate, uma década de debate. Ele traz um conceito sobre a portabilidade de dados. Ou seja, não vai ter mais aquele negócio de Facebook falar: “Esses oitenta e sete milhões de pessoas, que a gente vazou os dados para a Cambridge, concordaram em ter seus dados vazados.” Foi esses um dos argumentos usados pelo Facebook, porque quando a gente concorda com os termos de uso da plataforma a gente está dando para eles os nossos dados. E a partir dessa nova regulação na Europa, não vai mais ter essa balela, as empresas vão ter de se adequar à portabilidade. Então as pessoas vão ser donas dos seus próprios dados. Se um dia eu quiser transferir os meus dados do Facebook para outra plataforma, livre, construí-

da, por exemplo, pelo Conselho Federal de Psicologia, junto com outras organizações, eu vou poder fazer porque a regulação vai exigir isso.

Outras saídas são os projetos de descentralização da internet. Cito aqui a fala do José Muriilo, um estudioso de descentralização da internet há várias décadas também.

Existem projetos que trabalham com licença livre, com *software* livre, com transparência, e com mecanismos de transparência. Não adianta o Facebook vir falar que vai colocar uma *tag* nos *posts* avisando, não é esse tipo de transparência que funciona! Transparência é quando um agente externo consegue ter acesso. E isso só funciona quando as infraestruturas são livres.

Aqui está o exemplo de três projetos: o Login Cidadão, Mastodon, Empurrando Juntos. Dois desses projetos são brasileiros e já trabalham nessa perspectiva de infraestruturas livres.

E é isso. Eu acho que o que fica para o debate é a seguinte mensagem: a gente tem de caminhar para um movimento em que a gente volte a ser dono dos nossos dados, e isso feito por meio de infraestruturas livre, é uma forma que a gente tem de ferir esse dragão do capitalismo de dados, que começou a gerar os primeiros problemas. Esse caso da Cambridge Analítica é só a ponta do *iceberg*. O pior está por vir. Então é importante isso.

COMENTÁRIOS

Bom, gente, obrigado pelas perguntas, obrigado por proporcionar essa oportunidade de a gente dialogar sobre esses temas. Eu vou responder a pergunta sobre a facilidade do uso das tecnologias fechadas, proprietárias, nas dificuldades de uso das livres.

Eu acho que para o nosso movimento, para o momento que já tem essa tomada de consciência da importância de a gente investir em coisas livres e abertas, a gente tem um desafio que é diminuir as barreiras de entrada das organizações e governos. Porque eu acho que teve até uma virada nesse movimento. A gente sempre falava: “Não, é difícil usar. Mas é importante usar porque é livre.”. Acho que tem que superar essa fase, e dizer: “Não, é fácil usar também!”. E uma vez a pessoa está dentro, quando a organização está dentro, ela vai entender, e aí nós vamos poder trilhar juntos esse caminho. Então o primeiro desafio é diminuir essas barreiras de entrada, e aí eu acho... Sobre a questão da Cambridge Analítica Brasil, então tem muita gente já, mesmo antes da testemunha, porque o que aconteceu agora recentemente com a questão da Cambridge foi que surgiu uma testemunha, um menino que trabalhou lá, e que está delatando a Cambridge e o Facebook. O pessoal da Cambridge, inclusive ia dar palestras no Facebook. A relação era super-orgânica entre os dois. Mas aí, do Brasil, o pessoal começa a usar também como propaganda: “Eu sou a Cambridge no Brasil, eu estou fazendo a, eu vou usar na campanha.”. O que a gente tem que ver é o seguinte: o problema da Cambridge é *um* exemplo! A questão maior é: qual é a engrenagem, o mecanismo, que é o capitalismo de dados? Então a chance desses usos serem feitos na campanha do Brasil independe da Cambridge Analítica estar no Brasil ou não, porque o mecanismo, a engrenagem está, porque nós estamos dentro do Facebook, todo mundo. Então pronto. Acabou. Isso já dá para a gente ter certeza de que esse mecanismo vai ser usado, mesmo se a Cambridge não estiver no Brasil. Eu acho que essa é a nossa preocupação. Então atacar esse processo é atacar o coração do dragão do capitalismo de dados, e não atacar uma empresa ou uma plataforma específica. Tomemos o Facebook e a Cambridge, que foram o nosso exemplo: como que a gente ataca o coração do dragão? Os primeiros pontos são a regulação, e aí eu volto a falar sobre a regulação que o Brasil está tentando fazer do PL 230/2013, PLS, que está sofrendo um ataque agora em relação

a excluir as responsabilidades dos setor público, — e já houve algumas entradas de questões problemáticas sobre o uso que as empresas podem fazer; como nós podemos, em plena discussão sobre o que as empresas privadas estão fazendo no mundo, evitar abrir brecha para uso de dados pessoais por empresas.

Então a gente estaria na contramão, então vamos ficar de olho nisso, no PLS 330/2013, e vamos olhar também a regulação que a Europa está fazendo, que é uma regulação interessante, que entra em vigor agora, em 2018, e que traz aquele conceito da portabilidade de dados, que é muito importante. É uma forma de você enfiar um espeto no dragão, porque com portabilidade de dados o capitalismo de dados tem mais dificuldade; as organizações têm mais dificuldade em aglutinar todos os nossos dados em um local só, em uma plataforma só, numa empresa só.

Então eu acho que fica com uma mensagem de pontos para a luta. E, para uma organização do porte do CFP, fica essa mensagem de como é importante que uma organização como essa articule e invista em infraestruturas livres, porque é a única forma que a gente tem realmente de contrapor, de fato, o capitalismo de dados, porque a solução não vai vir das empresas, o que está vindo delas é o problema, como a gente já viu.



ISBN 978-65-5069-005-2



9 786550 690052 >

“Foi e continua sendo fundamental que esta Comissão de Direitos Humanos, nesses últimos vinte anos, venha reafirmando a indissociabilidade entre psicologia e política. (...) Sempre temos uma atuação política, queiramos ou não.”
(Cecília Coimbra, primeira coordenadora da CDH-CFP)

